



**Ana Carolina de Oliveira Santana**

**Avós no cuidado compartilhado de netos(as)  
e conflitos intergeracionais**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro  
Maio de 2025



**Ana Carolina de Oliveira Santana**

**Avós no cuidado compartilhado de netos(as)  
e conflitos intergeracionais**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**  
Orientador  
Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Profa. Ariane Rego de Paiva**  
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Myriam Moraes Lins de Barros**  
UFRJ

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Ana Carolina de Oliveira Santana**

Graduou-se em Serviço Social na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), em 2015. Participou como aluna bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq - PIBIC, no período de 2012 a 2014. Especializou-se em Atendimento à Criança e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica, em 2016, pela PUC-Rio. Experiência profissional em atendimento e avaliação de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilização social. Atuou como Assistente Social e Coordenadora de Equipe no projeto Núcleo de Atendimento à Crianças e Adolescentes (NACA-Rio), que pertence ao Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos, coordenado pela Fundação para a Infância e a Adolescência (FIA). Atualmente prossegue como integrante do grupo de pesquisa Famílias, Violência e Políticas Públicas (FAVIPP), do Departamento de Serviço Social PUC-Rio, sob liderança do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

#### Ficha Catalográfica

Santana, Ana Carolina de Oliveira

Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais / Ana Carolina de Oliveira Santana; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2025.

154f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Famílias. 3. Cuidado compartilhado. 4. Avós. 5. Conflitos intergeracionais. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

## Agradecimentos

Quem caminha com fé, nunca ficou pelo caminho. Gratidão a minha espiritualidade por manter o meu Ori firme. Eu não ando só e por isso eu também agradeço:

À minha família espiritual, pelo imenso cuidado, pelo acalanto, disponibilidade, acolhimento, carinho, amor e axé recebido. Vocês me fortalecem!

À minha família carnal, especialmente minha mãe e minha irmã, por toda torcida, amor, carinho, paciência, incentivo e compreensão pela minha ausência. Amo vocês!

À minha amada esposa, Renata, minha maior incentivadora neste processo árduo e também em tantos outros. Gratidão pela parceria, respeito, cuidado, paciência, carinho, compreensão, amor e por ser o meu abrigo. Eu te amo imensamente!

Ao professor Antonio Carlos de Oliveira, pelas aulas primorosas e por ser um orientador atento, companheiro, compreensivo, incentivador, amoroso, acolhedor, querido e cuidadoso. Minha gratidão, meu amor, minha admiração e meu respeito por você!

Às professoras Ariane Paiva e Myriam Lins de Barros pela disponibilidade e por terem aceitado gentilmente o convite para participar das bancas de qualificação do projeto de dissertação de mestrado e de defesa do trabalho final. As contribuições foram instigantes, valiosas e fundamentais para o processo de produção do conhecimento. Gratidão pelo carinho, disponibilidade e acolhimento!

Aos professores do PPGSS, especialmente Ariane Paiva, Valéria Bastos, Irene Rizzini e Rafael Soares, pelas aulas primorosas, pelo respeito, carinho e trocas riquíssimas que tivemos. Minha eterna admiração!

Às funcionárias e aos funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, especialmente Joana e Rosa, pela disponibilidade, presteza, paciência e orientações.

À Professora Sueli Bulhões da Silva, pelo exemplo de profissional, pela dedicação, amor, solidariedade, companheirismo e pela sua força. É sempre gratificante e um privilégio contar e estar com você!

À minha terapeuta, que cuidou e cuida da minha saúde mental. Um mergulho profundo, necessário, avassalador e libertador, principalmente ao longo dessa jornada. Gratidão!

Às pessoas que contribuíram indireta e diretamente para o avanço do mestrado, especialmente às minhas queridas parceiras, Fernanda Martins e Carolina Barbosa, que me deram todo o suporte desde o início. Vocês são sinônimos de responsabilidade, persistência, parceria, empatia, acolhimento e afeto. Gratidão por estarem comigo também nesse momento!

Às minhas queridas parceiras que também contribuíram diretamente para o desenvolvimento da dissertação: a Júlia Oliveira, pelo trabalho exemplar na tradução e Carolina Terra, por compartilhar seu vasto conhecimento sobre levantamento bibliográfico. Gratidão pelas conversas e afago!

Ao querido parceiro, Anoberto Serafim Mattos, Coordenador da Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo, pela sua disponibilidade, carinho, atenção e presteza. Gratidão a toda equipe da CCA pelo acolhimento, especialmente aos

profissionais Felipe Lemos, Carolina Petrillo, Thais Azevedo, Simone e Jessica Gomes, vocês foram fundamentais para a pesquisa de campo.

Às minhas amigas, meus amigos e amigas que acompanharam esse momento tenso e intenso. Gratidão pelo cuidado, incentivo, carinho e compreensão. É maravilhoso saber com quem contar! Amo muito vocês.

À turma 2023, pessoas queridas que conquistei ao longo do mestrado. Gratidão pela parceria, risadas, pelos lanches, acolhimento e pelo afeto compartilhado!

Ao Núcleo de Estudos FAVIPP, pelo incentivo, pela união, carinho, escuta e trocas riquíssimas que tivemos. Vocês são especiais! Quero estender o meu agradecimento ao meu amigo e à minha amiga da “Mídias FAVIPP”, Ravi Xavier e Isabel Silvestre, pela nossa parceria, sintonia, respeito e cumplicidade durante esse tempo. Gratidão!

À PUC-Rio e à CAPES, pelo apoio e auxílios concedidos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Santana, Ana Carolina de Oliveira; Oliveira, Antonio Carlos de. **Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais**. Rio de Janeiro, 2025, 154p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo analisar conflitos intergeracionais, a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, cujo principal instrumento para produção de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com cinco famílias, inseridas em projetos de avaliação e acompanhamento familiar, executados por equipe multidisciplinar da Casa da Criança e do Adolescente, em Nova Friburgo/RJ. A análise dos dados foi conduzida utilizando o método de interpretação de sentidos. Os resultados evidenciaram a prevalência de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, apontando a necessidade do suporte de sua ascendência – aqui materializada pela presença de outra figura feminina, a avó, que coopera no exercício da função de cuidadora –, o que lhe confere maior mobilidade para outras atividades, ao mesmo tempo que produz tensionamentos referentes à autoridade parental, a concepções e a práticas educativas e sobreposição ou supressão de lugares intergeracionais. Além disso, a necessidade do suporte de avós advém da intensificação de atividades das mulheres mães, da precariedade de políticas públicas e da reduzida participação paterna.

## Palavras-chave

Famílias; Cuidado Compartilhado; Avós; Conflitos Intergeracionais.

## **Abstract**

Santana, Ana Carolina de Oliveira; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Grandparents in shared care of grandchildren and intergenerational conflicts.** Rio de Janeiro, 2025, 154p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims to analyze intergenerational conflicts based on the shared care exercised by grandparents for their grandchildren and its interference in the exercise of parenting. This is a qualitative research approach, whose main instrument for data engenderment consisted of semi-structured interviews with five families, included in family assessment and monitoring projects, carried out by a multidisciplinary team at Casa da Criança e do Adolescente, in Nova Friburgo/RJ. The data has been analyzed under the method of interpretation of meanings. The results showed the prevalence of single-parent families headed by women, indicating the need for support from their ancestors – here materialized by the presence of another female figure, the grandmother, who cooperates in the exercise of the role of caregiver –, which gives them more preponderant mobility for other activities, while at the same time engendering tensions regarding parental authority, educational concepts and practices and overlapping or suppression of intergenerational places. Furthermore, the need for support from grandparents arises from the intensification of activities of mothers, the precariousness of public policies and minimized paternal participation.

## **Keywords**

Families; Shared Care; Grandparents; Intergenerational Conflicts.

## Sumário

1. Introdução	15
2. Famílias: entre cuidado e conflitos intergeracionais	32
2.1. Percurso histórico sobre famílias: mudanças e permanências	33
2.2. Famílias Brasileiras: um panorama das relações familiares na contemporaneidade	41
2.3. Relações familiares: cuidado compartilhado e conflitos intergeracionais	47
3. Avós e Figuras Parentais no cuidado de crianças e adolescentes	53
3.1 Construções teóricas sobre cuidados	53
3.1.1. Famílias, Cuidados e Classe	56
3.1.2. Famílias, Cuidados e Gênero	60
3.1.3. Famílias, Cuidados e Raça	65
3.1.4. Famílias, Cuidados e Geração	68
3.2 Avós na contemporaneidade: surgimento de novas atribuições e rede de apoio	72
4. Cuidado compartilhado por avós e figuras parentais e conflitos intergeracionais	79
4.1. Percurso Metodológico	80
4.2. Aspectos Éticos da Pesquisa	86
4.3. Caracterização e inserção no campo de pesquisa	87
4.4. Caracterização das famílias	90
4.5. Sentidos atribuídos ao cuidado compartilhado e conflitos intergeracionais entre avós e figuras parentais	99
4.5.1. Cuidado Compartilhado	101
4.5.2. Conflito Intergeracional	115

5. Considerações finais	127
6. Referências bibliográficas	133
7. Apêndices	146
7.1. Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	146
7.2. Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturado com avós	149
7.3 Apêndice 3 – Roteiro de entrevista semiestruturado com figuras parentais	151
8 Anexos	153
8.1. Anexo 1 – Parecer Câmara de Ética PUC-Rio	153
8.2. Anexo 2 – Carta de Anuência	154

## Lista de figuras

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção do corpus analítico da pesquisa	25
Figura 2 - Fluxograma do processo de seleção do corpus analítico da pesquisa	28
Figura 3 - Gráfico da Proporção de unidades por presença de cônjuge – Brasil – 2022	45
Figura 4 - Gráfico da Proporção de unidades domésticas por presença de cônjuge e filhos(as) – Brasil – 2022	46
Figura 5 - Instituição Casa da Criança e do Adolescente, Nova Friburgo/RJ	87
Figura 6 - Mapa da Região Serrana	89

## **Lista de quadros**

Quadro 1 - Caracterização dos avós entrevistados	91
Quadro 2 - Caracterização das figuras parentais entrevistadas	91
Quadro 3 - Sistematização dos núcleos de sentido e ideias associadas da pesquisa em tela	100

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 - Produções acadêmicas resultantes de pesquisa geral com categorias isoladas, utilizando 1 critério	24
Tabela 2 - Distribuição percentual das famílias, segundo tipo de arranjo familiar, por sexo do/a responsável	46

## **Lista de siglas**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAVIPP – Núcleo de Estudos sobre Famílias, Violência e Políticas Públicas

FIA – Fundação para a Infância e Adolescência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação

NACA – Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPGFSC – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes

Oasisbr – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto

# 1

## Introdução

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGSS/PUC-Rio), vinculada à linha de pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais.

O objetivo do estudo consiste em analisar conflitos intergeracionais, a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade. Trata-se de uma pesquisa analítica, exploratória e de abordagem qualitativa.

O interesse pela temática sobre Família e Intergeracionalidade surgiu a partir das minhas escolhas acadêmicas e da minha trajetória profissional, advindas do amadurecimento no campo empírico, com muitas inquietações e reflexões, para finalmente se concretizar no objeto de estudo a ser pesquisado.

Durante o curso de graduação, realizei estágio no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA), atuando com a temática de violência contra criança e adolescente. Participei, na qualidade de bolsista<sup>1</sup> de Iniciação Científica/CNPq, no projeto de pesquisa, vinculado à linha de pesquisa Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, abordando o tema “Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes”, durante o período de agosto de 2012 a julho de 2014. Este também se tornou objeto de estudo para o meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação e, posteriormente, de Pós-Graduação em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência Doméstica, concluída no ano de 2017, pela PUC-Rio.

A minha trajetória profissional, como Assistente Social, iniciou-se no ano de 2015 compondo a equipe multidisciplinar no Núcleo de Atendimento à Criança

---

<sup>1</sup> Projeto de iniciação científica sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira e também Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Famílias, Violência e Políticas Públicas (FAVIPP), intitulado “Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes”. Neste trabalho foi mencionada a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, em uma perspectiva que adote o grupo familiar como totalidade, considerando todos integrantes como titulares de direitos, podendo e muito contribuir para compreensão acerca da complexidade dessa expressão da violência, produzindo ainda subsídios para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas.

e ao Adolescente (NACA) e, após adquirir experiência em trabalhos na área da saúde pública e também na saúde privada, retornei para este mesmo núcleo atuando novamente como Assistente Social e posteriormente como Coordenadora de Equipe. O NACA, que constituiu o *locus* desta pesquisa, faz parte do Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Víctima de Violência, que integra uma política de estado, coordenada pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), no qual a equipe de profissionais possui expertise comprovada na área de prevenção e assistência a crianças, adolescentes e familiares supostamente envolvidos em dinâmicas de violência. O referido Núcleo tem como objetivo elaborar uma avaliação interdisciplinar de casos de alegação de violência intrafamiliar<sup>2</sup>, doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, excetuando-se a exploração sexual, sendo encaminhados para a Instituição por diversos segmentos do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)<sup>3</sup>, principalmente por Conselhos Tutelares, Polícias Civil e Militar, Poder Judiciário (Juízos da Infância e Juventude, Família e Criminal), Ministério Público e Defensoria Pública.

Após o recebimento dos casos, por meio dos órgãos do SGDCA, verifica-se o atendimento dos critérios estabelecidos pela Instituição para avaliação, ou seja, crianças e adolescentes que se encontrem em situação de violência doméstica/intrafamiliar, com a faixa etária de até 18 (dezoito) anos incompletos ou 21 (vinte e um) anos se for pessoa com deficiência, constar o relato da notificação e os dados completos das pessoas envolvidas. A partir daí a equipe interdisciplinar do NACA inicia o seu trabalho com a finalidade de compreender a dinâmica sociofamiliar em que crianças e adolescentes estejam inseridos, com ênfase na alegação de violência, embora atenta a outros aspectos das relações familiares e do contexto que as circunda. Para tanto, são utilizados como instrumentos

---

<sup>2</sup> É utilizado o conceito de violência intrafamiliar proposto pelo Ministério da Saúde: “É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (...) não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre mas também às relações em que se constrói e efetua” (Ministério da Saúde, 2002, p. 15).

<sup>3</sup> O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é o sistema responsável pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este sistema deve operar de forma articulada como dispõe a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Santana, 2016). O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes é integrado por: Conselhos Tutelares (CTs), Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Poder Judiciário (Juízos da Infância e Juventude, Família e Criminal), Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, Secretarias de Saúde e Educação e Programas de Atendimento públicos e privados (Fonte: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006).

técnicos atendimentos aos familiares, adolescentes e crianças, ao alegado(a) autor(a) da violência, além de estudo de caso interinstitucional e informações obtidas junto a outros integrantes do SGDCA.

O processo de avaliação busca incluir, sempre que possível, as pessoas que fazem parte do contexto familiar da criança/do adolescente, sendo crucial a análise dos vínculos familiares e sociais estabelecidos, assim como das questões subjetivas em jogo, com vistas a interferir no contexto onde supostamente estejam sendo vivenciadas situações de sofrimento e/ou violação de direitos. Contempla ainda a elaboração de um relatório interdisciplinar, no qual conste a análise da suposta situação de violência e a proposição de medidas que promovam não somente a proteção de crianças e adolescentes, como também a qualidade de sua convivência familiar e comunitária.

Vale destacar que, diante do contexto de violência sexual intrafamiliar, no qual a família passa por diversas intervenções na tentativa de garantir seus direitos, é importante analisar as consequências geradas para esta família após a revelação da violência. Já que a revelação pode desencadear na não efetivação de direitos humanos, quer de crianças e adolescentes, quer dos demais integrantes do grupo familiar, desde a revitimização até a ruptura dos laços familiares. Então, cabe aos profissionais do SGDCA a responsabilidade de uma intervenção interdisciplinar qualificada para o melhor atendimento, por meio de subsídios para exercê-los.

É nesse ideal que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, enfatiza a efetivação do atendimento, ao propor a existência de serviços especializados de Proteção Social Especial, com a centralidade da família na abordagem de situações em que crianças e adolescentes tenham tido seus direitos violados ou se encontrem em iminência de tê-los.

A PNAS prevê a atuação integrada das três esferas de governo. No nível federal, a maior parte do orçamento deve ser garantido, destinado à implementação dos programas e serviços, bem como à definição de suas diretrizes. Essas referências gerais, tais como propostas no Guia de Orientação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), determinam que, no âmbito dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), deve funcionar o “Serviço especializado de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”.

A partir de 2009, com a aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tal atendimento passa a ser oferecido no âmbito do Serviço de Proteção e

Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ainda nos CREAS, quer em âmbito municipal ou regional. No nível dos governos estaduais, a complementação orçamentária deve ser garantida, também a supervisão das equipes locais – sobretudo quanto à adequação às diretrizes nacionais – e, de maneira suplementar, a oferta de programas ou serviços específicos.

Conforme enfatiza Santana (2016), o governo do Estado do Rio de Janeiro desenvolve um programa que se baseia na perspectiva da intersectorialidade e da descentralização em todo território fluminense, sob a coordenação de uma Gerência de Maus Tratos, instituída na estrutura organizacional da Fundação para a Infância e a Adolescência (FIA). E tem como finalidade o alinhamento dos Núcleos de Atenção às Crianças e aos Adolescentes (NACAs) aos princípios norteadores e condizentes com a política estadual de direitos da criança e do adolescente.

Diante do aprendizado acerca do trabalho supramencionado, pode-se afirmar que as experiências profissionais como assistente social tornaram minhas percepções sobre a construção da realidade social aguçadas e me permitiram desenvolver um olhar mais crítico. O conhecimento do contexto histórico aliado à teoria e à prática do Serviço Social contribuíram para me fornecer instrumentos para decifrar a realidade com a qual lidava no meu cotidiano de trabalho, evitando preconceitos que se façam valer pelos imediatismos.

Devendo considerar, em princípio, como a família está inserida e articulada, mesmo com todas as contradições e peculiaridades, em um sistema socioeconômico, político e cultural e, observando a partir dessa perspectiva, buscar evitar a estereotipização, ao tratar o ambiente familiar como adequado ou não ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tais considerações permanecem relevantes na abordagem do objeto de estudo no mestrado, dada a relevância do contexto em que se processam os cuidados compartilhados por avós e figuras parentais.

A família representa, em nossa sociedade, o primeiro espaço de socialização e cuidado dos indivíduos. Esta importância está explicitada, por exemplo, nos inúmeros papéis que lhe atribui a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2009).

[...] a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades,

além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2009, p. 41).

Dentre essas funções da família, ganha destaque o cuidado, outra categoria central na pesquisa e a cujo debate está reservado um capítulo dessa dissertação,

[...] apresentado como forma de promoção de vida e bem-estar, corresponde ao estímulo e facilitação do processo de desenvolvimento das capacidades individuais dos membros da família, como também do grupo familiar, por meio da provisão de um ambiente físico e simbólico que favoreçam o crescimento mútuo (Ribeiro, 2016, p. 91).

Portanto, a atuação da família é essencial – embora não só –, pois é em seu convívio que o indivíduo aprende e incorpora os instrumentos de socialização (língua, padrões de comportamento, normas sociais) dos quais precisará em sua jornada na sociedade, além da própria experiência de cuidado. No entanto, isso não significa que essa atuação se dê de maneira uniforme, cada família formula suas maneiras próprias de se relacionar e se expressar, de acordo com suas vivências – bem como cada responsável pelo cuidado tende a se basear em concepções próprias. Além disso, as formas de cuidado obedecem a tais peculiaridades, como aponta Ribeiro (2016):

[...] as formas de cuidado não são uniformes, mas sim, peculiares a cada dinâmica familiar, ocorrendo a partir da rede de significados que cada um dos seus membros desenvolve durante a sua vida, atrelado ao contexto cultural, histórico e socioeconômico. Entender o significado de cuidar e como se desenvolve no cotidiano familiar é, portanto, um desafio, pois o mesmo está imbuído de um universo cultural de valores, crenças e vivências (Ribeiro, 2016, p. 50).

Cabe ressaltar que tal pluralidade de concepções e práticas tende a resultar em conflitos intergeracionais, entre figuras parentais e avós, ao compartilharem os cuidados cotidianos de filhos(as) e netos(as) e, a partir do exposto, consideramos importante problematizar e aprofundar o debate sobre a presença de avós, como rede de suporte fundamental. Com tal presença, pode-se encontrar conflitos entre as diferentes gerações, principalmente quando necessidades e desejos entre mães, pais e avós são díspares e entram em conflito. O que se torna especialmente relevante, por se ter como objeto de estudo os conflitos intergeracionais decorrentes dos cuidados compartilhados de netos(as), como suporte no exercício da parentalidade. Conflitos intergeracionais são plurideterminados e presentes nos diversos espaços de sociabilidade, não sendo possível atribuir sua origem a um único ou prevalente elemento (Deutsch, 1973).

No âmbito das relações familiares, que especificamente nos interessa nesta pesquisa, diferentes papéis sociais tendem a conferir certo grau de autoridade, levando em conta a sucessão das gerações, configurando que o exercício deste poder possui intenso potencial de geração de conflitos. Nesse espaço cotidiano de interação social, as relações intergeracionais foram sócio-historicamente construídas em base de desigualdades de poder, com cada geração, buscando se reafirmar em relação às anteriores.

Especificamente no que se refere ao cuidado compartilhado de crianças e adolescentes por gerações distintas – sobretudo em contextos em que avós surgem como suporte ao exercício de função, em princípio, de obrigação das figuras parentais –, tal assimetria acaba por reforçar ou desestabilizar, em muitos aspectos, relações hierárquicas idealizadas como inequívocas (Novaes et al., 2012). É precisamente na interpelação dos elementos que encerram essa disputa de poder e pela hegemonia de determinar o melhor interesse de crianças e adolescentes envolvidos no cuidado compartilhado por avós e figuras parentais que a categoria “conflitos intergeracionais” ganha centralidade na questão de pesquisa.

A introdução da categoria “cuidado compartilhado” no âmbito dos estudos sobre cuidados em famílias - em especial, embora não exclusivamente, aqueles relativos a crianças e adolescentes - ocorre no processo de reflexão crítica complementar, a partir da noção de circulação de crianças<sup>4</sup> (Fonseca, 2006).

Tendo em conta as condições de vida experienciadas por famílias da classe trabalhadora - baixa remuneração pelo trabalho realizado, reduzido número de vagas em creches, quase inexistência de ensino em horário integral e de atividades em contraturno -, com frequência, crianças tornam-se responsabilidade de toda a rede de solidariedade em que o grupo está inserido, com destaque para família extensiva e rede vicinal. Um processo de relativa coletivização dos cuidados com as crianças integra o conjunto de estratégias de sobrevivência elaboradas por esse segmento populacional, em resposta à omissão do Estado (Freitas, 2002).

Entretanto, torna-se igualmente relevante ressaltar que tal estratégia não responde exclusivamente à precariedade das condições econômicas das famílias na criação de filhos - em que pese a importância de tal dimensão. Essa circulação de crianças também é parte constitutiva de sua cultura - algo que se aproxima do

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Fonseca (2006) para designar a transferência de uma criança de uma família a outra, seja em caráter mais ou menos informal, por guarda temporária, ou permanente, como na adoção.

que Bourdieu (2007) denomina *habitus* de classe -, operando como uma forma de apoio recíproco, de reforço de laços e vínculos que repercute na forma de organização familiar e coletiva dos cuidados e da compreensão sobre infância.

Nesta pesquisa, a expressão “cuidado compartilhado” é utilizada para caracterizar situações em que os cuidados de crianças e adolescentes são exercidos, de maneira simultânea e complementar, por ao menos uma das figuras parentais e por uma avó ou um avô. Excluindo-se, portanto, contextos em que avós exercem o cuidado exclusivo e substitutivo às figuras parentais, por quaisquer motivos.

O interesse pelo estudo acerca da presença de avós no cuidado compartilhado iniciou por meio da minha prática profissional, mas corroborado, sobretudo, a partir do levantamento das produções científicas, sendo observada a prevalência de estudos sobre as avós. E diante disso, abordando as relações intergeracionais, cuidado, transmissões geracionais, rede de suporte e outras questões pertinentes à temática.

Vale destacar que incluir os/as avós nos estudos oportunizou o aprofundamento da discussão sobre famílias, cuidados e intergeracionalidade, considerando o cuidado compartilhado como uma perspectiva possível de compreender melhor essas relações, a partir das práticas e comportamentos familiares e intergeracionais cotidianos. Nesta pesquisa isso se deu a partir das interações entre avós e figuras parentais mediadas pelos cuidados de crianças e adolescentes.

Cabe sinalizar que não está sendo desconsiderado o papel que o avô vem ocupando nessa dinâmica familiar e que vem tomando algum espaço nas discussões acadêmicas. No entanto, para esta pesquisa será feito esse recorte, ressaltando que o objetivo é justamente analisar os conflitos intergeracionais, a partir do cuidado compartilhado, considerando historicamente a mulher – e a consequente prevalência da presença feminina (avós) – neste lugar de cuidado. O estudo ainda contribui, ainda que de forma gradativa, teoricamente para as reflexões sem perder a criticidade sobre a responsabilidade e as obrigações impostas à mulher, resultando em sobrecarga sobre o exercício do cuidado na família. Diante disso, foi definido o estudo sobre as avós no cuidado a netos(as). Destaca-se a escolha pelas avós na produção de dados na pesquisa de campo, considerando também a identificada solidariedade nas relações entre gerações de mulheres na família, conforme pontua Lins de Barros (2006).

Por tudo já apresentado, é essencial destacar os aspectos legais que envolvem os(as) avós, firmando-se nos marcos regulatórios constituídos a partir

da Lei 12.398/11, que acrescenta o parágrafo único ao art. 1.589 da Lei 10.406 do Código Civil de 2002 e a nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº5.869/73 – Código de Processo Civil, que estabelece novas regras para o exercício do poder familiar. Com isso, ampliando os direitos e deveres para uma maior parcela dos membros familiares, sendo estendido a qualquer dos avós o direito de visita aos netos, a critério do juiz, e observados os interesses da criança ou do adolescente.

De acordo com os artigos 1.696 e 1.698 da Lei 10.406/02 – Código Civil, a responsabilidade por prestar alimentos é sucessiva e complementar aos avós. Ressaltando que os avós somente serão obrigados pelos alimentos dos netos(as) na falta dos genitores ou se esses não estiverem em condições de suportar totalmente o encargo. Contudo, podemos observar, nas leis supracitadas, a importância e também a responsabilização dos avós no contexto familiar.

De acordo com Brito e Cardoso (2014), as figuras parentais encontram dificuldades de conciliar as atividades laborativas, pessoais e até parentais, solicitando a participação efetiva dos avós na criação dos netos para que, assim, mães e pais possam desempenhar seus papéis profissionais. Esses avós, alguns aposentados e estabilizados financeiramente, com frequência possuem maior tempo disponível, exercendo apoio efetivo, moral e suporte financeiro.

No que tange às figuras parentais, cabe reforçar que a pesquisa considerou a multiplicidade de configurações familiares, compreendendo a diversidade de famílias<sup>5</sup> que convivem na sociedade, tais quais pais e mães independentes ou monoparentalidade, biparentalidade heteroafetiva, biparentalidade homoafetiva, coparentalidade, multiparentalidade, famílias reconstituídas/recasadas, casais com filhos adotivos ou com filhos “de criação”, como elegíveis e potenciais participantes.

Para aprofundamento sobre a temática em questão, foi desenvolvido levantamento bibliográfico delimitando, prioritariamente, os descritores que norteariam todo o processo de busca e revisão bibliográfica, sendo estes: “Avós”, “Cuidado Compartilhado”, “Intergeracionalidade” e “Cuidado de Netos”. Posteriormente, procedeu-se ao levantamento de produções teóricas e acadêmicas, como artigos, dissertações e teses, sendo estas duas últimas produzidas nos programas de pós-graduação vinculados a Instituições

---

<sup>5</sup> Em Oliveira e Mito (2019), “a utilização do plural na grafia da palavra família reafirma a admissão da existência de uma diversidade de arranjos como significativo contraponto à prática recorrente de evocação de uma única imagem idealizada de família como referência e para se conceber e pensar pesquisas, intervenções e políticas” (Oliveira & Mito, 2019, p. 10).

reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), disponíveis em meio digital de acesso público (internet) e indexados em plataformas nas quais realizei a busca: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, tendo como marco temporal o período de 2013 a 2022.

Cabe ressaltar que, durante o levantamento bibliográfico, foi necessário ampliar o recorte temporal - inicialmente previsto para os últimos cinco anos -, devido à reduzida produção científica obtida como resultado. Diante do exposto, pode-se considerar o período pandêmico da Covid-19, vivenciado recentemente, como um óbice à produção de conhecimentos em áreas nas quais a pesquisa de campo e o contato direto com participantes se tornaram recursos bastante necessários. Outra análise evidenciada é que, embora os estudos sobre avós tenham aumentado nas últimas décadas, os resultados encontrados no levantamento apontam que tais pesquisas ainda são relativamente escassas, sobretudo quando se investiga a relação de avós com as figuras parentais em contextos de conflitos intergeracionais.

Em seguida, com o objetivo de refinar o levantamento, foi utilizado o operador booleano<sup>6</sup> “AND” e o comando “entre aspas” para buscar a ocorrência exata de descritores com mais de uma palavra, como “cuidado de netos”. Dessa forma, algumas combinações feitas foram “cuidado compartilhado” AND “avós”; “avós” AND “intergeracionalidade”; “avós” AND “cuidado de netos”. Após o cruzamento entre os operadores booleanos, exemplificados acima, foram localizadas 93 produções acadêmicas no total, sendo 33 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 54 no Oasisbr e 6 artigos no Portal de Periódicos CAPES.

Foram definidos critérios de inclusão: produção científica (artigos ou teses ou dissertações), período de publicação (2013 até 2022), país em que foi publicado (Brasil) e idioma (Português). Como critérios de exclusão, foram estabelecidos: duplicidade de produção científica, temática não adequada ao escopo da pesquisa, idioma diferente de língua portuguesa, texto completo indisponível e publicações realizadas fora do Brasil.

Após a aplicação dos critérios de inclusão – o tipo de produção, limitação temporal e idioma –, foi realizada uma busca visando identificar o maior número

---

<sup>6</sup> Operadores booleanos são termos utilizados em pesquisas bibliográficas para refinar e controlar os resultados da pesquisa. Eles incluem palavras como "AND", "OR" e "NOT" e são usados para combinar ou excluir termos de pesquisa.

de produções científicas com o uso dos descritores separadamente, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Produções acadêmicas resultantes de pesquisa geral com categorias isoladas, utilizando 1 critério

Descritores	SCIELO (artigos)	Periódicos CAPES (artigos)	CAPES (Teses e Dissertações)	Oasisbr (Teses e Dissertações)	Total
<b>Avós</b>	38	337	157	300	832
<b>Cuidado</b>	13	45	14	57	129
<b>Compartilhado</b>					
<b>Intergeracionalidade</b>	6	37	321	404	768
<b>Cuidado de Netos</b>	0	0	2	8	10
<b>Total geral</b>			1.739		

Fonte: Elaboração própria (2024) (Base de dados Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Oasisbr e Banco de Teses e Dissertações da CAPES).

Ao inserir os critérios de exclusão – textos indisponíveis, não adequados ao escopo da pesquisa, embora apresentassem as expressões de busca no título e no resumo, mas que não estavam integralmente representadas no conteúdo das produções científicas, idioma e país –, a partir do estabelecimento desses parâmetros e por meio da leitura do título e do resumo, iniciou-se a seleção de produções científicas que efetivamente seriam analisadas.

Em seguida, os dados coletados foram inseridos em uma planilha Excel para registro e elaboração por categorias de forma quantitativa e qualitativa (de conteúdo), representadas pelas seguintes variáveis: i) descritor; ii) título; iii) Autor(as); iv) Ano; v) Publicação; vi) Estado; vii) Região; viii) Resumo; ix) Palavras-Chave; x) Subtema; xi) Tipo de Material; xii) Base; xiii) Link e xiv) Área de conhecimento.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, obteve-se o seguinte desenho da metodologia para os artigos, demonstrados na Figura 1:

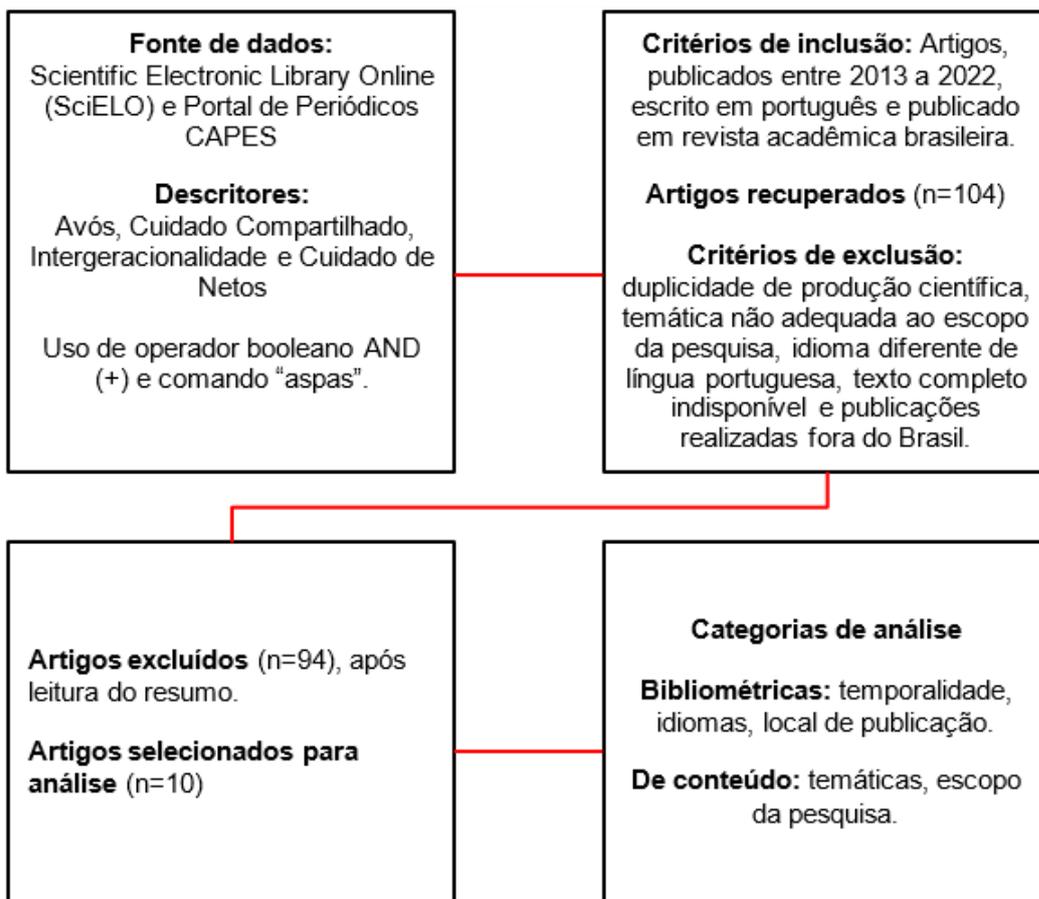


Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção do corpus analítico da pesquisa.  
Fonte: Elaboração própria (2024) a partir do modelo de Hayashi et al. (2021). (Base de dados Scielo, Portal de Periódicos CAPES).

Em relação às dissertações e teses, temos o seguinte desenho da pesquisa, dispostos na Figura 2:

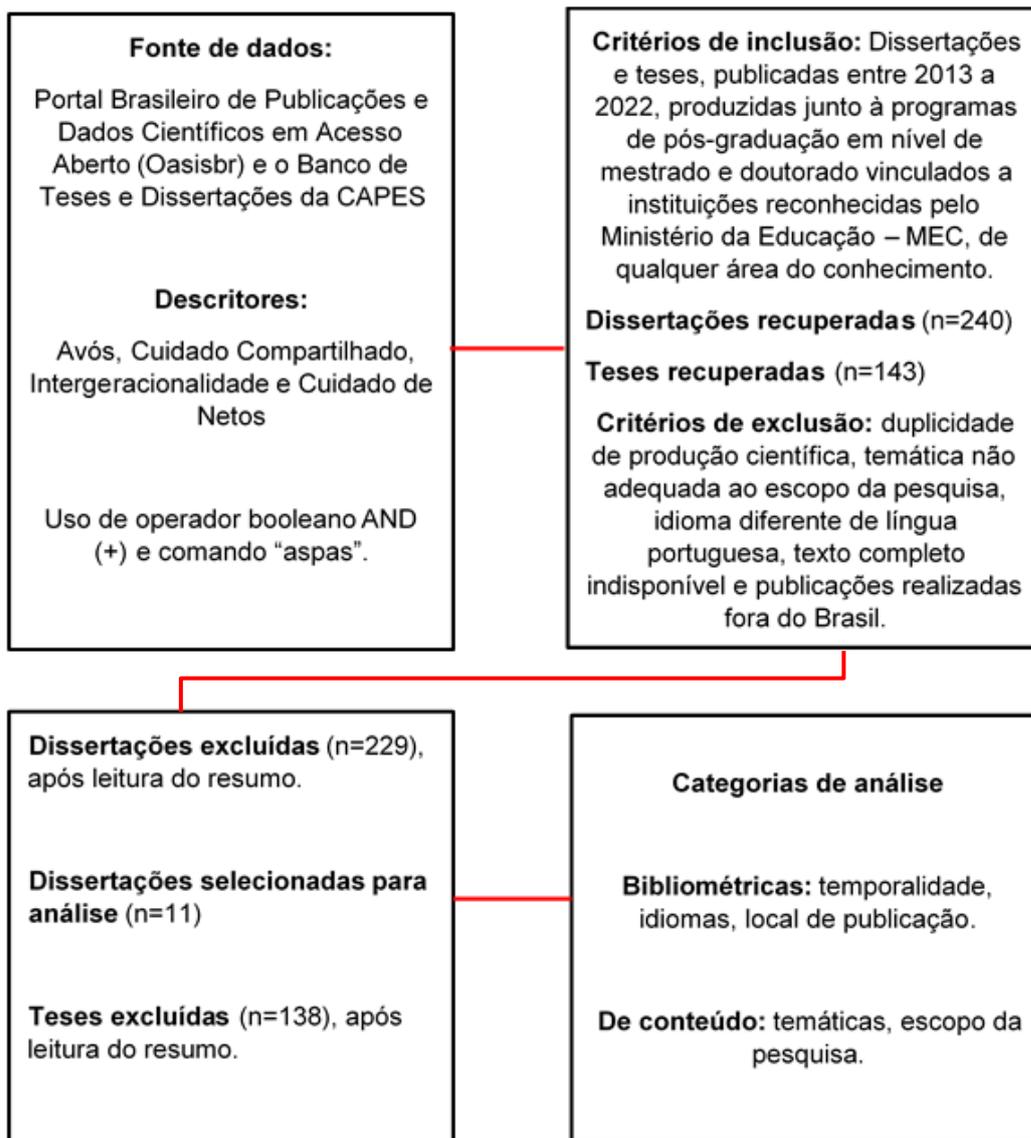


Figura 2 - Fluxograma do processo de seleção do corpus analítico da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria (2024), a partir do modelo de Hayashi et al. (2021). (Oasisbr e Banco de Teses e Dissertações da CAPES).

Ao analisar as áreas de conhecimento correspondentes às dissertações, às teses e aos artigos produzidos sobre “Intergeneracionalidade”, ‘Cuidado de Netos’ e, principalmente, “Avós”, a distribuição das publicações acadêmicas, indica um total de 26 publicações. Dentro dos dez artigos analisados, a maioria substancial é da área de Psicologia, com oito publicações, enquanto Antropologia e Educação são representadas com uma publicação cada. Nas teses, entre as cinco catalogadas, a Psicologia novamente se destaca com três, complementadas por uma tese em Sociologia e outra em Sociedade e Cultura. As dissertações, totalizando onze, são dominadas por sete na área de Psicologia, seguidas por uma única dissertação

em cada uma das seguintes áreas: Enfermagem, Serviço Social, Política Pública e Sociedade, e Família na Sociedade Contemporânea<sup>7</sup>.

É possível identificar as produções envolvendo a temática sobre: Transmissão Intergeracional, Influência Geracional e Transmissão de Conhecimento. Referente à utilização do descritor “Cuidado Compartilhado”, as poucas produções encontradas são da área de Ciências da Saúde, Enfermagem, debatendo principalmente sobre o “Cuidado exercido entre a Equipe Multidisciplinar” e também sobre “Cuidado compartilhado entre a equipe de saúde com a família no âmbito hospitalar”.

Podemos verificar que as publicações refletem um foco significativo nas relações intergeracionais, especialmente no contexto das relações entre avós e netos, e o papel dos idosos dentro da estrutura familiar contemporânea. Temas como “Avós Guardiões”, que discute sobre avós como responsáveis pelo cuidado e criação integral dos netos(as); “Avosidade”, estudando o lugar da avó como apoio parental; “Relacionamentos entre avós e netos”; “Parentalidade” e “Relações intergeracionais” são também frequentemente mencionados, evidenciando a importância do estudo das dinâmicas familiares e dos laços afetivos e de cuidado entre diferentes gerações.

Outros temas como “Famílias homoafetivas femininas” (Fachinetti, 2019) expandem ainda mais o escopo de investigação, abordando a diversidade das configurações familiares, mostrando as complexidades e a profundidade dos estudos sobre família e intergeracionalidade. Essa variedade de temas não só evidencia uma rica área de pesquisa, mas também destaca a relevância de entender as nuances das relações familiares em contextos diversos e em constante transformação.

Diante do levantamento bibliográfico realizado, foi possível observar a relevância teórica da temática da pesquisa, o que aponta a necessidade de aprofundar ainda mais os conhecimentos que permeiam o cotidiano profissional. Cabe destacar que os trabalhos analisados possuem seus estudos centralizados nas avós como importante rede de suporte para família, nas relações com os(as) netos(as), porém pouco discutido sobre o cuidado compartilhado entre diferentes gerações e os possíveis conflitos que surgem a partir dessas relações.

Logo, partindo do conhecimento acumulado e do referencial teórico existente, podemos situar a problemática em questão de forma que seja possível compreender o contexto no qual a pesquisa está inserida. Para tal, são adotadas

---

<sup>7</sup> Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC).

as seguintes categorias de análise: “famílias”, “cuidados de crianças e adolescentes”, “cuidado compartilhado” e “conflitos intergeracionais”. Sendo assim, a reflexão teórica acerca dessas categorias representa a principal referência para análise do material produzido na pesquisa de campo, cujo diálogo pode, via de consequência, resultar em subsídios à dimensão técnico-operativa da intervenção de profissionais de serviço social que lidam diretamente com famílias e conflitos intergeracionais em seu cotidiano.

Em decorrência do processo de formação social brasileira, as relações familiares se estruturaram em demarcada divisão sexual do trabalho. Nela a responsabilidade pela dimensão reprodutiva - na qual se insere a função de cuidado da prole - recai sobre as mulheres, com tudo que representa de sobrecarga e conseqüente redução de tempo disponível para dedicar a outros elementos atinentes a um projeto de vida (Ribeiro, 2023).

Em que pese a existência de processos de mudança operados nos padrões daquelas relações - com crescente, embora ainda reduzida, participação masculina no cuidado da prole -, a determinação desigual de tal divisão permanece expressiva (Jesus, 2021). Um dos sinais de tal atribuição generificada da responsabilidade por prover cuidados a crianças e adolescentes reside justamente na busca de suporte junto a outras mulheres, notadamente as avós, elemento central de nossa questão de pesquisa.

Outros fatores - inclusive de ordem macrosocietária - igualmente influenciam a organização social do cuidado, impondo a necessidade de recurso a avós no compartilhamento da responsabilidade por tarefas do cotidiano de filhas e filhos. Alguns elementos que se somam à complexidade do contexto familiar em análise são extensas jornadas laborais das figuras parentais, tempo destinado ao deslocamento casa-trabalho-casa, escassez de vagas em creches e horário reduzido de seu funcionamento são

Percebe-se que pais e mães enfrentam dificuldades de administrar as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos. Durante a minha atuação enquanto Assistente Social no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA/Rio), principalmente ao longo do processo de avaliação com as famílias para compreender o contexto familiar da criança/do adolescente, foi possível observar situações tais como: a participação ativa das avós nos cuidados dos netos e a interferência delas na educação deles, de modo que os pais podem deixar de ser atores principais no desempenho fático da guarda de seus filhos, terminando por gerar conflitos intergeracionais.

O processo de revisão bibliográfica revela expressivo aumento na produção acerca do cuidado exercido por avós. Tal prática intensificada é também em decorrência do processo de transição demográfica da população brasileira – com ampliação da expectativa de vida – e da precariedade de políticas públicas de proteção social que permita a mães e pais exercerem suas funções parentais aliadas à inserção no mercado de trabalho.

No entanto, a dimensão relativa aos conflitos como expressão de processos contraditórios próprios às relações sociais, consiste em abordagem praticamente inexistente, reafirmando a potencialidade de contribuição encerrada na questão de pesquisa.

Dessa forma, as produções analisadas concorrem para aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da garantia de direitos de crianças e adolescentes ao cuidado no seio de uma família, em contraste à crescente ausência do Estado na provisão das condições para tal e como ela afeta toda a sociedade, e em especial as mulheres, por serem sócio-historicamente definidas como responsáveis por tal cuidado.

Espera-se que os elementos apresentados e analisados possam contribuir com o debate da temática, sobretudo por sua fecundidade em suscitar questões de pesquisa, por sua relevância para o trabalho social com famílias e para o esforço em se construir relações sociais mais equânimes, com espaço para o convívio de diferentes gerações sem negação dos conflitos subjacentes, podendo torná-los produtivos para todos envolvidos.

A metodologia utilizada foi baseada nos princípios da pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa tem como objetivo trabalhar com os significados, os sentidos, as crenças, os valores e atitudes, ou seja, é um conjunto de fenômenos humanos e que faz parte da realidade social. O que a humanidade produz e que pode ser resumido a partir das suas relações, representações e intenções, que representam o objeto da pesquisa qualitativa, e dificilmente pode ser traduzido pela pesquisa quantitativa. É importante destacar que a diferença entre as duas abordagens não está na hierarquia, mas sim, na natureza de cada uma.

O processo de produção de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com avós e figuras parentais, durante o período de janeiro 2025, tendo como campo empírico de acesso a figuras parentais e avós que são avaliadas pelo Programa Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, no âmbito do NACA – que realiza a escuta especializada de crianças, adolescentes e famílias em casos de alegação de ocorrência de violência doméstica ou familiar.

E ainda o Programa “Evoluir” - de acompanhamento multiprofissional daquele mesmo perfil de usuários -, ambos desenvolvidos pela organização da sociedade civil Casa da Criança e do Adolescente, no município de Nova Friburgo/RJ, que nos forneceu Carta de Anuência para realização da pesquisa de campo (Anexo 2). Após análise, juntamente com a equipe técnica, de casos específicos acerca de famílias em que o atendimento indicava a presença de cuidado compartilhado entre avós e figuras parentais. Assim, foram selecionados potenciais participantes que estavam em avaliação interdisciplinar no NACA e possuíam condições de abordar os temas que compuseram o roteiro de entrevista sem lhes causar revitimização, caracterizada por processos de intervenção que agravam a situação conflitiva que as trouxe para atendimento no Programa. Foram excluídos casos em que avós foram notificados(as) como alegados(as) autores(as) da violência e aqueles em que foram cuidadores exclusivos. Necessariamente, precisava ter a presença de, ao menos, uma figura parental, buscando apreender sentidos atribuídos por avós e figuras parentais ao cuidado compartilhado e identificar principais conflitos intergeracionais decorrentes de tal compartilhamento.

Destarte, para que os dados fossem produzidos e analisados, no primeiro momento, foi apresentada a proposta de pesquisa tanto à Instituição como aos possíveis entrevistados que atendiam aos critérios estabelecidos - esse primeiro contato com usuários de ambos os programas foi realizado pela equipe técnica responsável por seu atendimento. Ao concordarem em participar do estudo, foram agendados previamente o dia e horário, ocorrendo a entrevista de forma individualizada e com a devida privacidade, na sede da Casa da Criança e do Adolescente, em Nova Friburgo. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas - sendo cinco mães, quatro avós e um avô -, obedecendo ao critério de saturação de informações, caracterizado pela ocorrência frequente de repetições no conteúdo das respostas, sem conteúdos novos, evidenciando o momento de interrupção da busca por outros participantes.

Dito isso, ao buscar responder à questão central da pesquisa, foram elaborados dois roteiros que funcionaram como guias para as entrevistas com avós e figuras parentais (Apêndices A e B).

Para análise do material resultante do trabalho de campo, foi utilizado o método de interpretação de sentidos, considerando princípios indicados por Gomes (2015), que consistem na busca da lógica interna dos fatos e identificação de tais relatos no contexto de cada participante. A teoria de interpretação de

sentidos articula as perspectivas hermenêutica e dialética, com o objetivo de considerar, a um tempo, o “significado consensual daquilo que nos propomos interpretar e estabelecermos uma crítica acerca dos dissensos e das contradições dos significados e sobre as suas relações com o contexto (Minayo, 2002; 2006)” (Gomes, 2015, p. 99).

Ademais, destaca-se que o projeto foi submetido à avaliação da Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sendo o parecer favorável para realização da pesquisa de campo (Anexo 1).

Para compreender a relação entre famílias e intergeracionalidade e, assim, os sentidos atribuídos por avós e figuras parentais ao cuidado compartilhado e identificar principais conflitos intergeracionais decorrentes de tal compartilhamento, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

## 2

### **Famílias: entre cuidado e conflitos intergeracionais**

“Quando se lida com as famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos - como idealização ou como realidade vivida - no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista” (Sarti, 1999, p. 100).

O presente capítulo objetiva promover reflexões teóricas relacionadas ao percurso histórico de famílias, as estruturas familiares na contemporaneidade e as relações familiares, com ênfase no cuidado compartilhado e nos conflitos intergeracionais.

Ao analisar a forma multidimensional que a família apresenta, torna-se fundamental explorar áreas distintas em que a temática está sendo discutida, pesquisando as multiplicidades de conceitos e formas por diferentes vertentes teóricas. Diante disso, foi realizado a interlocução com autores clássicos como Ariès (1979); Bourdieu (1989); Certeau (2011); Giddens (2003); Singly (2000). E também, os clássicos brasileiros, começando pelos trabalhos de Badinter (1985); Birman (2007); Bruschini (1993); Cardoso (2010); Freyre (2003); Lins de Barros, (1987); Da Matta (1987); Mioto (2019); Oliveira (2011); Roudinesco (2003); Samara (1987); Sarti (2011); Szymanski (1994) e outros(as).

Inicialmente utilizou-se produções teóricas de diferentes áreas de conhecimento que colaboram para a compreensão da formação das famílias brasileiras, sendo apresentadas diferentes configurações familiares e sua complexidade social e histórica. Em seguida, a partir das reflexões acerca da perpetuação do patriarcado, apresenta-se uma síntese histórica dos papéis sociais designados às mulheres nas famílias no decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira.

No que tange à contemporaneidade brasileira, período demarcado nesta pesquisa sobre estudos das famílias, apresenta-se as transformações nas relações e forma de organização familiares. Destacando as conceituações, reflexões e dados relacionados a multiplicidade de configurações familiares, parentalidade e conjugalidade.

## 2.1.

### Percorso histórico das famílias: mudanças e permanências

“A família de hoje não é mais nem menos perfeita do que aquela de ontem: ela é outra, porque as circunstâncias são outras”.  
Émile Durkheim

Ao abordar a temática sobre família, compreendendo inicialmente ser um fenômeno complexo, multifacetado e paradoxal, faz-se necessário destacar uma perspectiva histórica. Isso a fim de identificar as permanências e mudanças ocorridas no processo de transformações das relações e formas de organização familiares no Brasil, de modo a romper com a imagem idealizada de família, refletindo sobre suas mutações ao longo da história da humanidade.

Apoiando-se nos estudos de Engel, a autora Bilac (2003, p. 31) revela-se que a origem do termo “família” deriva de *famulus* (escravo doméstico) e foi a expressão criada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e à escravidão legal. O que caracterizava esse novo organismo era a presença de um chefe que mantinha sob o seu poder uma mulher, os filhos e um certo número de escravos.

Ressalta-se que, ao longo da história, o termo “família” denomina diferentes instituições e agrupamentos sociais, sobretudo, suas estruturas e funções econômicas, sendo socializadora e reprodutora de ideologia, conforme enfatiza Bruschini (1993). Diante disso, a autora reforça que o conceito sobre família deve ser capaz de abranger o plano econômico, o cultural e o psicológico, além da articulação entre eles.

Ao discorrer sobre essa temática, Padilha (2011) pontuou que a família é considerada como um sistema de relações, em que seus membros estabelecem espaço de sociabilidade, a partir do seu contexto social e pertencimento.

Família como instituição social contraditória e conflitiva, na qual ao mesmo tempo em que se reproduzem as relações sociais, tornam-se possível instituir espaço de construção de valores e ideias que permitem a formação e constituição de uma sociabilidade, possibilitando ao grupo familiar criar padrões de comportamento e cultura (Padilha, 2011, p. 206).

Também, em se tratando do assunto, Bruschini (1993) assevera que com os fenômenos naturalizados diante da concepção sobre famílias, sendo destacado a identificação do grupo conjugal, a partir da percepção de parentesco e a divisão de papéis, criou-se obstáculos para o processo analítico sobre a questão. Diante

disso, a autora sugere que, para estudar sobre família, torna-se necessário “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação mutável” (Bruschini, 1993, p. 56). Outra característica sobre família destacada pela autora é a mutabilidade do grupo familiar, sinalizando sobre não ser uma instituição natural, assumindo configurações diversificadas em sociedades e tempos históricos diferentes.

A partir da visão de Birman (2007) sobre família, reitera-se a necessidade de descrever a estrutura familiar na sua complexidade social e histórica, considerando os processos políticos e econômicos que nela se concentram. Diante disso, torna-se essencial diferenciar as estruturas de família nos seus respectivos estágios, considerando que as bases de força e as legitimidades presentes nesse processo possam ser bem analisadas, conforme destacado abaixo.

Em Oliveira (2011), percebe-se que, nesse processo histórico, considerado mutável e complexo, trilhou-se um caminho desde a indiferenciação entre casamento endogâmico ou exogâmico. Dessa forma, compreende-se que não havia a proibição da união de indivíduos da mesma consanguinidade; avançando para o segundo momento, caracterizado por restrições a este tipo de união, principalmente por interesses econômicos; até chegar à estrutura de família monogâmica patriarcal, destacando ainda a prevalência da dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino até os dias atuais.

Antes de adentrarmos ao modelo de família contemporânea, sendo este o período explorado desta pesquisa, faz-se necessário compreender sobre os três grandes tempos que marcaram a trajetória das famílias ocidentais – a patriarcal, a nuclear e a contemporânea.

Para tal compreensão, é necessário realizar um breve percurso histórico iniciando a partir da família “tradicional” europeia, sécs. XVI e XVII, que foi marcado pela não valorização da vida sexual e afetiva dos cônjuges, pois os casamentos eram arranjados pelas famílias para assegurar a transmissão de bens patrimoniais, conforme pontua Cardoso (2010).

O segundo grande momento é designado à família moderna, período do séc. XVIII até 1960, surgindo com o advento da industrialização e o fim das grandes propriedades rurais, sendo demarcado também pelo surgimento da família nuclear burguesa. Para Cardoso (2010), este modelo familiar foi caracterizado pelo amor romântico, que valorizava a correspondência dos sentimentos e dos desejos carnis do casamento.

Este período também foi marcado pelas atribuições dos cônjuges e a delimitação do espaço público e privado, ou seja, o homem com o encargo de prover financeiramente o grupo familiar. E o espaço privado era destinado à mulher enquanto responsável pelas tarefas de casa e a ocupar-se da prole, assegurando a felicidade de todos os membros.

Conforme citado por Roudinesco (2003) a família contemporânea surge a partir da década de 1960/1970 até o presente momento, como a família constituída pela união de dois indivíduos em busca de relações conjugais plenas, pautadas no amor e no prazer. Período demarcado também por mudanças que se referem à estrutura, à dinâmica familiar e aos valores sociais mais amplos, considerando o cenário contemporâneo.

Sobre as organizações familiares, o autor Birman (2007) irá trazer a sua contribuição apresentando o primeiro período como a “família pré-moderna”, distinguindo o que é nomeado como família tradicional por outros autores. Destacou-se que a família pré-moderna é compreendida a partir do contexto da família extensa, ou seja, coabitavam várias gerações no mesmo espaço, sendo atravessado sistematicamente pelo patriarcalismo, em que o pai tinha o poder absoluto e a mãe, era aquela figura reprodutora e submissa ao homem.

De acordo com Bruschini (1993), nesse período, não havia separação entre o público e privado, as famílias circulavam pelas ruas, não existia o isolamento, a sua constituição visava a transmissão da vida, a prática de um ofício, a conservação dos bens e a proteção da honra. A partir desse contexto, a família não era representada por funções afetivas e socializadoras, atribuía-se pouco o valor à privacidade, domesticidade, cuidados maternos, ternura e relações familiares com as crianças.

Ainda nesse momento histórico, conhecido como “Brasil Colônia”, é importante destacar que a família tinha um valor perante a sociedade brasileira, sendo valorizada e reconhecida como uma instituição fundamental à própria vida social. Identificada como um grupo social e também uma rede de relações, que se refere não só à família nuclear (marido, mulher e filhos), mas a toda parentela. Da Matta (1987) ressaltou em seu trabalho sobre a importância de estar inserido em um núcleo familiar, pois lhe daria certo prestígio, ou seja, pertencer a uma família era a possibilidade de uma classificação social, caso contrário, iria sofrer repugnação diante dos outros.

A discussão apreendida por Gilberto Freyre (2003) indica que a família brasileira, durante o período da colonização, era formada pelo regime patriarcal<sup>8</sup>, sendo a autoridade masculina a importância central do núcleo conjugal. Vale destacar que a figura do patriarca era consolidada pelo chefe ou “coronel”, dono do poder econômico e mando político.

Segundo Kehdi (2017), a composição da estrutura social era representada pelo chefe de família, o patriarca, a esposa e os descendentes legítimos, compostos por filhos e netos. O núcleo considerado secundário era formado por filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravizados, todos abrigados sob o mesmo teto, na casa grande ou na senzala. Cabe destacar que em ambos os grupos, seja no primário ou no secundário, sustentava-se a figura do patriarca como o responsável pela administração dos negócios, defensor da honra da família e exercendo a autoridade sobre toda parentela e aos demais dependentes que estivessem sob o seu controle.

De outro modo, Samara (1987) nos mostra que esse modelo de estrutura familiar, denominado patriarcal, serviu como base para caracterizar a família brasileira como um todo. Destarte, essa estrutura não se manifestou de forma homogênea na sociedade ocidental, pois outros modelos, estruturas e relações também se constituíram, variando de acordo com a organização da família em função do tempo, da cultura, da região e da condição social de seus indivíduos.

Diante do contexto europeu do séc. XVIII, a família moderna surge com características que a diferem da anterior. A partir do surgimento da escola, da privacidade, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas Instituições, principalmente a Igreja, pode-se demarcar a família nuclear burguesa, segundo Szymanski (2003). A partir desse período histórico começa a se condensar a relação entre pais e filhos, sobretudo as mães, que passam a ganhar espaços que não tinham no período da família extensa/tradicional, se tornando as responsáveis pela qualidade de vida dos filhos.

Um dos principais autores que trata sobre esse assunto é Philippe Ariès, trazendo como importante aporte teórico o seu livro intitulado “História Social da Criança e da Família”, de 1979, no qual aborda sobre as transformações nas relações família/sociedade e contribuindo para as discussões sobre a infância, a

---

<sup>8</sup> Estudos demonstram que esse modelo patriarcal descrito por Freyre foi considerado por várias gerações de estudiosos (historiadores, antropólogos e sociólogos brasileiros) como critério e medida de valor para compreendermos a vida familiar ao longo do tempo (Samara, 2002). E, assim como ele, também Sérgio Buarque de Holanda, em 1982, e Antonio Candido, em 1951, descreveram o conceito de família patriarcal como o modelo das famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história, segundo as características da grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento (Kehdi, 2017, p. 21).

família e os cuidados parentais. De acordo com a teoria Ariès, a autora Bruschini (1993) irá descrever a composição da família nuclear burguesa composta pelo triângulo pai, mãe e filhos, sendo caracterizado por uma complexa combinação de autoridade e amor parental. Nesse período também começa a se dar a diferença entre o espaço público e o privado, em que a mulher irá realizar a gestão do espaço privado e o homem irá gestar o espaço público, ou seja, ela, a cuidadora e ele, o provedor.

Diferentemente do que diz Philippe Ariès (1979), o historiador britânico Colin Heywood, autor da obra intitulada “Uma História da Infância: da idade média à época contemporânea no ocidente”, escrito em 2004, aponta que a concepção de infância sempre existiu e não a partir do séc. XVII, conforme defende historiador francês Ariès. Em seus estudos, Heywood irá analisar sobre a temática da infância em diversos países, como: Estado Unidos, Rússia, Itália, Reino Unido, França e nos países escandinavos.

Em suas pesquisas sobre a história da infância, o autor destacou, inicialmente, sobre as mudanças nas concepções de infância, a partir da idade média, posteriormente a relação das crianças com seus pais e com seus pares ao longo das etapas do seu processo de crescimento. E, para finalizar, dedicou-se às crianças no mundo mais amplo, envolvendo o trabalho, a saúde e a educação.

Ao longo do estudo, o autor identifica descobertas da infância em diferentes séculos, iniciando nos sécs. VI a VII e XII a XIV; nos sécs. XVI e XVII, finalizando no séc. XX. Vale ressaltar que, na pesquisa, foi considerado o aspecto da regionalidade, as condições socioeconômicas, de gênero e etnicidade, como elementos fundamentais para compreender a infância e suas pluralidades, diferentemente das análises de Ariès, que apreendeu os estudos nas classes abastadas.

Um ponto semelhante nos dois historiadores está na influência das transformações políticas, científicas, tecnológicas, sociais e culturais ocorridas no século XVIII, com ênfase na expansão da educação formal, por meio da escolarização infantil, e as mudanças da modernidade na organização familiar.

A família nuclear burguesa irá se distinguir do modelo tradicional patriarcal, a partir da ascensão da burguesia, da privatização da instituição familiar e da restrição do lar burguês. A autora Bruschini (1993) irá destacar que a família deixa de ser uma unidade exclusivamente econômica e torna-se um lugar de refúgio, de afetividade, na qual são estabelecidas relações de sentimento entre o casal e os filhos e o lugar de atenção à infância, surgindo esta como categoria social.

Em apoio a essa argumentação, Bruschini (1993) recorre ao autor Ariès ao

reforçar como a família moderna apresentou um novo conjunto de atitudes em relação às crianças, as formas de intimidade entre pais e filhos, principalmente a supervalorização do amor materno, intensificando uma preocupação com as qualidades emocionais das relações familiares. Na família burguesa, diferentemente da família tradicional, é possível observar o amor parental intenso e, como forma de punição, a possibilidade de retirar o amor, sendo considerado um padrão emocional característico pela autoridade dos pais, segundo Bruschini (1993).

É importante salientar que os membros adultos tinham seus papéis diferenciados e definidos de acordo com o gênero, isto é, o adulto masculino como a figura do pai-líder, responsável pelo provimento material; enquanto a adulta feminina, com o papel voltado para espaço privado do lar, ocupando o lugar de esposa, responsável pelos afazeres domésticos e sobretudo ser mãe, tendo ainda a atribuição de cuidar do bem-estar físico e emocional dos membros da família. O peso do papel da mãe é acentuado, principalmente a partir desse isolamento, em que não tinha o suporte de parentes e a figura paterna em sua atividade laborativa.

Como pode ser observado, essas construções culturais que reforçam características no universo masculino e feminino são identificadas também nas relações familiares, delimitando os espaços a serem ocupados e gerando cobranças sociais do seu papel. Essa dimensão adquire especial relevo para a discussão de cuidados compartilhados de crianças e adolescentes, por avós e figuras parentais. Ainda se tratando do assunto, Szymanski (2003) supõe sobre a aceitação do modelo de família burguesa como uma norma e não como um modelo construído historicamente e, conseqüentemente, estão imbuídos seus valores, regras, crenças e padrões emocionais.

Vale destacar que as famílias, durante o início da industrialização, principalmente as da classe trabalhadora, cujas condições de vida eram precárias e a sobrevivência era garantida mediante ao trabalho de todos os membros da família, já apresentavam configurações e funcionamento diferentes do padrão burguês, pois além de as mulheres realizarem atividades domésticas, também executavam suas funções laborativas nas fábricas. No entanto, à época, não havia um olhar que demarcasse a diversidade como algo potente ou desejável, via de regra desqualificando famílias que não correspondiam ao padrão hegemônico.

Ainda nesse período determinado pela estrutura de família moderna, inicia-se a construção etária, ou seja, a separação entre o que é ser criança, adolescente, adulto e pessoa idosa e, dentro do sistema patriarcal, é desenvolvido o costume da primogenitura, em que o filho mais velho herdava todas as terras do

pai e, caso tivesse outros filhos, seriam encaminhados aos estudos ou à vida religiosa. As meninas, enquanto não se casassem, eram encaminhadas ao convento para aprender a ler, cantar, escrever e bordar. Ainda nesse contexto, a Medicina, aliada ao Estado, passa a interceder nas famílias e alia-se às mães, contribuindo para a valorização da criança, o núcleo conjugal e o espaço privado do lar.

Ao situarmos historicamente, a partir da metade do séc. XX, denominou-se a família contemporânea, tendo características e especificidades que divergem do que assumiu a família moderna.

O que é denominado como “família contemporânea”, Singly (2007) chama de “família moderna 2”, considerando a formação desta família a partir dos anos de 1960 e atravessou por mudanças ao longo da segunda metade do séc. XX, tais como: a diminuição do casamento e famílias numerosas; aumento dos divórcios e das famílias monoparentais; maior controle de natalidade e a inserção das mulheres em atividades remuneradas. O sociólogo francês advertiu que, a partir de 1960, há um desaparecimento progressivo da legitimidade do casamento, deixando de ser um critério essencial para a formação de uma família, na qual a religião foi perdendo sua força, não mais conseguindo segurar casamentos com relações insatisfatórias.

Continuando nesse percurso teórico, Singly (2000) menciona que a família se compõe, principalmente, pelo processo de individualização de cada um de seus membros que querem desenvolver seus respectivos projetos, mas concomitantemente almejam a reciprocidade familiar. O elemento central não é mais o grupo reunido, mas os membros que o compõem. Nesse contexto de reflexões sobre família contemporânea ou moderna 2, o autor afirma que “esta família se transforma em um espaço privado à serviço dos indivíduos” (Singly 2000, p.15). Seguindo esta lógica, é possível compreender que os desejos e os projetos passam a ser individualizados, sendo perceptível a partir da maior independência das mulheres, a escolha mútua pelo divórcio, o desenvolvimento das negociações das necessidades das crianças, novas formas pedagógicas e etc.

Em relação à criança, no contexto contemporâneo, considera-se a importância e o reconhecimento de suas especificidades, cabendo à família a responsabilidade por proteger e garantir cuidados relacionados à saúde, à alimentação, à educação e etc. Ao longo da história, a criança passa a estar em evidência e tendo a sua importância legitimada na sociedade, com isso, passa a ter destaque na afetividade familiar e os direitos passam a ser garantidos

legalmente, rompendo com o paradigma menorista, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente a partir da sua publicação da década de 1990 (Brasil, 1990). Destaca-se que, ao introduzir a doutrina da proteção integral, a nova Carta Magna declara a criança e o adolescente sujeitos de direitos fundamentais. A nova legislação veio dar um novo significado às questões atinentes à infância e à juventude, sobretudo, no âmbito do judiciário.

Ao longo de seu trabalho Kehdi (2017) destacou outras transformações inerentes a este período, como a saída da mulher “não” pobre para o mercado de trabalho e o aparecimento das diferentes organizações familiares alternativas, como os casamentos sucessivos com parceiros(as) distintos(as) e filhos de diferentes uniões; casais homoafetivos adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros(as) isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas “produções independentes” tornam-se mais comuns; e, mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos.

No que tange ao reconhecimento e proteção legal aos diferentes tipos de agrupamento familiar, é importante frisar que antes da Constituição Federal Brasileira de 1988, a legislação civil havia adotado como modelo a família tradicional e, diante das transformações sociais que ocorreram no fim do séc. XX, a Constituição trouxe alterações significativas para o Direito da Família. A nova ordem instaurada pela Constituição de 1988 trouxe reflexões profundas a partir das mudanças ocorridas nas famílias, em que não se adota mais um modelo único de família.

Sobre as transformações na estrutura familiar, Giddens (2003) compartilha que somente uma minoria vive hoje no que poderia ser chamado de “família padrão” da década de 1950 – ambos os pais morando juntos com os filhos nascidos de seu casamento, sendo a mãe uma dona de casa em tempo integral e o pai, o provedor. Afinal, conforme destacado anteriormente, a multiplicidade de arranjos familiares se estabeleceu ao longo da história e, conseqüentemente, a mudança na forma de se relacionar.

Deste modo, a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), formaliza que as famílias passam a ser incorporadas na legislação de forma mais pluralizada, democrática, igualitária e respeitando as diferentes uniões. A Constituição corroborou formalmente para a libertação de uma estrutura familiar repressiva, sujeita não só a um conjunto de regras para disciplinar as famílias, oferecido não somente pelo Estado conservador, mas também pelo controle moral ditado pela Igreja.

Tendo em vista o exposto, foi possível analisar que a família é um conjunto vivo, contraditório, complexo e de pessoas com a sua própria individualidade. De modo que os fatores externos advindos das modificações culturais, econômicas, de novos valores sociais e religiosos, foram determinantes para as novas configurações e os distintos modos de funcionamento da família. A partir dessa perspectiva, no próximo tópico iremos transcorrer sobre as famílias brasileiras, destacando a relevância de entender as nuances das relações familiares em contextos diversos e em constante transformação.

## **2.2.**

### **Famílias Brasileiras: um panorama das relações familiares na contemporaneidade**

A partir de uma perspectiva histórica é possível identificar as diversas transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo nas famílias brasileiras. Entretanto, a ideia dos modelos de família monogâmica nuclear, burguesa e patriarcal ainda persistem na contemporaneidade. Sendo caracterizado por desigualdades nas relações de gênero e geração e mostrando o quanto esses modelos podem ser considerados a matriz da organização social, conforme assegura Oliveira (2011). Deste modo, as outras formas de organização familiar, que coexistem na atualidade, acabam sendo invisibilizadas diante da sociedade como um todo.

Apoiando-se nos estudos de Szymanski (1994), Oliveira (2011) revela que mesmo que o modelo de família nuclear burguesa não seja efetivamente vivido, ainda permanece no imaginário social, sendo pensado e idealizado, conforme dito anteriormente. Diante dessa compreensão, a autora propõe uma separação entre família “pensada” – em que a autoridade é exercida pelo pai e somente em sua ausência a mãe poderá assumi-la – e família “vivida”, em que efetivamente essa autoridade – seja por “novas configurações” das relações de gênero em algumas famílias, seja pela ausência concreta da figura do homem – muitas vezes é compartilhada ou exercida pela mãe<sup>9</sup>. Isso implica pensar que pode gerar uma

---

<sup>9</sup> No Brasil, de acordo com os Dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), o Censo de 2022 nos mostra uma mudança substancial em relação ao Censo de 2010. Entre as pessoas responsáveis pelas unidades domésticas, 50,9% eram homens e 49,1% mulheres; em relação ao ano de 2010 o percentual apresentado de homens responsáveis era de 61,3% e das mulheres 38,7%.

sensação de inadequação das famílias por não conseguirem responder ao modelo idealizado, reforçando a oposição entre o pensado e o vivido.

Seguindo essa direção, Oliveira (2011) analisa que a diversidade de arranjos alternativos, advinda do processo de transformação no modelo familiar, acaba gerando algumas dificuldades na definição de “famílias”. Deste modo, uma das formas para abarcar essa multiplicidade conceitual de arranjos é na utilização do termo “famílias”<sup>10</sup>, em lugar da designação no singular. Essa opção implica enfatizar a necessidade de abrir mão de uma imagem consagrada ou ideal de família, destacando que não há um modelo de família dominante. O que se afirma em Vaitsman (1994, p. 19), quando explana que “o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas”.

Com o advento de novas tecnologias reprodutivas, a partir de 1980, o universo naturalizado de família passou a ter uma dimensão de “escolha”, dissociando também a gravidez da relação sexual entre homem e mulher. Porém, mesmo diante do avanço de novas experiências das tecnologias de anticoncepção e de reprodução assistida, ainda não foi desagregada a visão de família da “natureza biológica do ser humano”, permanecendo a visão cristalizada socialmente, instituída pelos diversos dispositivos existentes na sociedade, conforme afirma Sarti (2015).

A partir da Revolução Industrial, ocorreu a separação entre o mundo do trabalho e o mundo familiar, instituindo-se a dimensão privada da família, sendo contraposta ao mundo público. Compreende-se que mudanças significativas foram relacionadas ao impacto do desenvolvimento tecnológico, sendo possível destacar as intervenções sobre a reprodução humana, segundo Scavone (1993 *apud* Sarti, 2015). Em escala mundial, a partir da década de 1960, difundiu-se a pílula anticoncepcional, possibilitando a separação da sexualidade da reprodução e interferindo na sexualidade feminina.

Diante disso, conforme ressalta Sarti (2015), foram estabelecidas condições materiais para que a mulher deixasse de ter a sua vida e a sua sexualidade condicionadas à maternidade como um só caminho. Com a expansão do feminismo, foi possível ampliar a atuação da mulher no mundo social, destacando

---

<sup>10</sup> Em Oliveira; Mioto (2019), “a utilização do plural na grafia da palavra família reafirma a admissão da existência de uma diversidade de arranjos como significativo contraponto à prática recorrente de evocação de uma única imagem idealizada de família como referência e para se conceber e pensar pesquisas, intervenções e políticas” (Oliveira & Mioto, 2019, p. 10).

as possibilidades de contracepção e o trabalho remunerado da mulher, ocorrendo mudanças substantivas nas famílias.

Essas transformações são acompanhadas na sociedade contemporânea brasileira, sendo possível identificar outros modelos familiares que assumem destaque, por exemplo as famílias denominadas como: monoparentais/independentes, famílias reconstituídas/recasadas, uniões consensuais, famílias unipessoais, famílias homoafetivas, entre outras.

Conforme assevera Hintz (2001), a estrutura familiar denominada como famílias monoparentais teve seu maior crescimento em números na contemporaneidade, sendo composta por pais ou mães e filhos. Essas famílias são consequentes de divórcios ou separações, em que um dos genitores assume o cuidado de sua prole e o outro não é ativo, ou famílias nas quais um dos genitores é solteiro(a) e a outra pessoa nunca assumiu a parentalidade.

Cabe ressaltar que, nas famílias monoparentais, é possível identificar o maior número de famílias formadas por mães e filhos, sendo mães separadas ou solteiras e, conseqüentemente, tornando-se chefes de famílias. Ainda nesse contexto, é possível identificar o crescimento de homens assumindo a parentalidade sozinho, contribuindo para novos estudos sobre relações e papéis parentais.

Assim como a família monoparental, a família reconstituída, denominada quando ocorre um novo casamento e um dos cônjuges já possui filho(s), também está em crescimento, com aumento em números de recasamentos. Os principais motivos atribuídos a essa estrutura familiar são os fatores econômicos e sociais, tendo dentre os elementos deflagradores a crescente independência das mulheres após a Revolução Industrial, a mobilização social, a liberação sexual e a busca pela felicidade individual.

Outra forma de configuração familiar são as uniões consensuais, caracterizadas por casais que optaram por não formalizar suas uniões, preferindo essa estrutura ao matrimônio legal. Hintz (2001) afirma que este tipo de união é composta por casais em sua primeira união ou entre casais que reconstituíram outras famílias.

De acordo com Hintz (2001), diante do processo expressivo de individualização, as famílias unipessoais vão se formando na sociedade contemporânea, sendo caracterizadas por aquela pessoa que opta por ter um espaço físico individual. A sua principal motivação é a independência individual, nela não há necessidade de trocas emocionais vindas de um convívio

compartilhado, evitando, portanto, os possíveis desentendimentos procedidos da vida em família.

Destarte, outra configuração familiar que vem crescendo significativamente, segundo dados do IBGE (2022), são as famílias homoafetivas, que decorrem por casais do mesmo sexo. Vale destacar que a legitimação das famílias homoafetivas ainda atravessa a influência do conservadorismo, porém os casais homossexuais começaram a desafiar, inclusive legalmente/juridicamente, sua condição marginalizada/marginal na sociedade brasileira, sendo possível identificar o aumento da conjugalidade e da parentalidade homoafetiva.

Conforme exposto anteriormente, os modelos de conjugalidade hegemônicos principalmente em países ocidentais, foram também contribuídos por fatores que envolvem a redução da taxa de fecundidade; aumento da expectativa de vida e conseqüente crescimento da população com mais de 60 anos; aumento do número de divórcios; crescente inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado, legitimação do aborto, uso da pílula anticoncepcional e reprodução assistida, impactando diretamente nas relações intergeracionais e no que se refere ao exercício da autoridade e da parentalidade<sup>11</sup>.

Diante disso, é possível analisar a partir do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como foco a composição familiar, baseada na relação de parentesco ou de convivência dos moradores com a pessoa responsável por domicílio. A unidade doméstica é definida pelo IBGE (2022) da seguinte forma:

A pessoa que mora sozinha, ou o conjunto de pessoas ligadas por relações de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que vivem em um domicílio particular, são também examinados o tamanho e a espécie das unidades domésticas (unipessoais, nucleares, estendidas ou compostas), a partir da condição de cada morador no domicílio (IBGE, 2022, p. 6).

Conforme a Figura 3, a distribuição do total de unidades domésticas pelos diferentes tipos de constituição mostra que, em 2022, 57,5% eram formadas por responsável e cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente (41,7 milhões de unidades). Em 2010, esse percentual era de 65,3%. As unidades domésticas compostas por pessoa responsável e cônjuge ou companheiro do mesmo sexo representavam 0,54% do total. Mesmo percentual ainda sendo pequeno,

---

<sup>11</sup> Juras e Costa (2018) destacam que “a parentalidade surge com a inclusão de um filho ao sistema familiar, exigindo do então casal o desenvolvimento de novas tarefas, voltadas à proteção, ao sustento e à educação dos filhos, formando, então, o subsistema parental. Ambos os papéis são carregados de crenças, valores e comportamentos construídos nas experiências com suas respectivas famílias de origem e outros vínculos comunitários e sociais”.

comparando com 2010 (0,10%), houve um crescimento expressivo. Em termos absolutos, o número de unidades domésticas com relações homoafetivas formadas por pessoa responsável e cônjuge ou companheiro do mesmo sexo passou de 59.957, em 2010, para 391.080, em 2022.

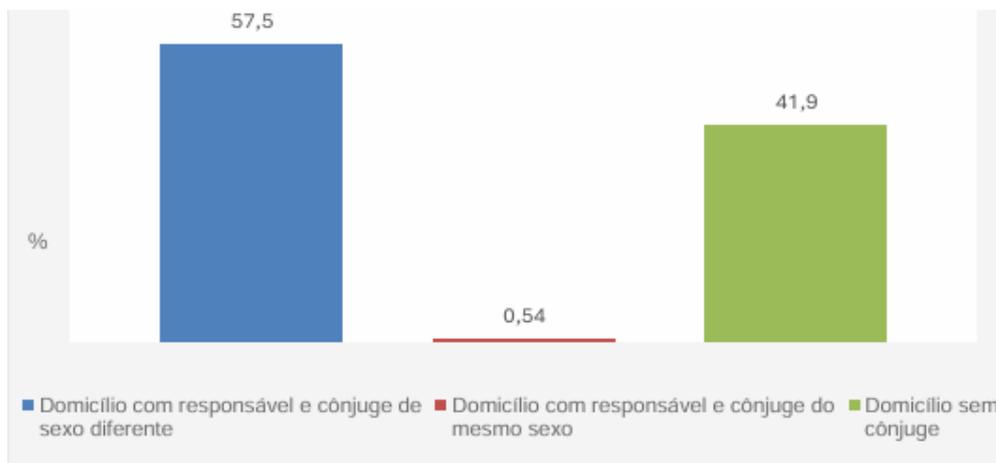


Figura 3 - Gráfico da Proporção de unidades por presença de cônjuge – Brasil – 2022.  
Fonte: IBGE (2022).

As informações apresentadas na Figura 4 indicam que nas unidades domésticas, em 2022, 30,7% delas são compostas pela pessoa responsável, cônjuge e filho de ambos somente. Em seguida, vêm as unidades domésticas compostas apenas pelo casal, 20,2%; e as unidades domésticas com responsável sem cônjuge e com filhos, 16,5%. Esses percentuais indicam uma mudança importante, evidenciando a redução das unidades domésticas compostas pelo casal com filhos de ambos que, em 2010, representavam 41,3% e o aumento de casais sem filhos, que no censo anterior representavam 16,1% do total.

Já as unidades domésticas com pessoa responsável sem cônjuge e com filhos, pouco variaram (era 16,3%, em 2010). Assim como as unidades domésticas compostas pela pessoa responsável e pelo cônjuge, com ao menos um filho do responsável ou do cônjuge, que representam as famílias recompostas por outra união, que passaram de 8,0% para 7,2%. As unidades domésticas com outros tipos de composição, ou seja, aquelas cuja pessoa responsável não possui nem cônjuge e nem filho ou enteado, passaram de 18,3%, em 2010, para 25,5%, em 2022.

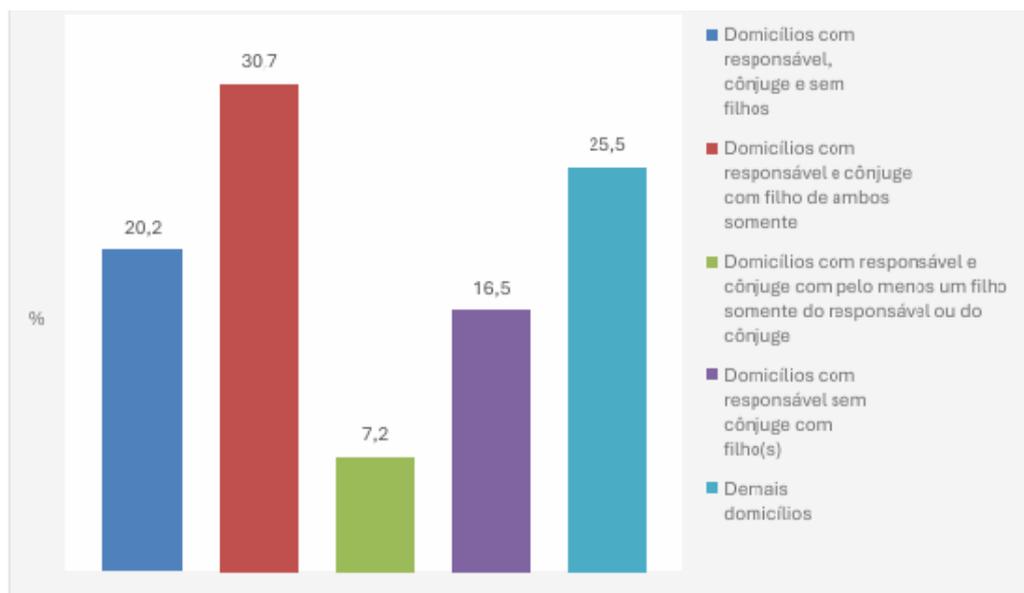


Figura 4 - Gráfico da Proporção de unidades domésticas por presença de cônjuge e filhos(as) – Brasil – 2022.

Fonte: IBGE (2022).

A Tabela 2 fornece informações importantes sobre as configurações familiares e sua divisão por sexo, durante o período de 2016 a 2022. Conforme exposto anteriormente, é possível identificar uma gradual e consistente mudança em curso nas famílias brasileiras, relacionada a alterações nas relações de gênero, com uma diminuição do número de filhos nos arranjos. Entre os arranjos familiares sem cônjuges, predominam as mulheres como responsáveis.

Tabela 2 - Distribuição percentual das famílias, segundo tipo de arranjo familiar, por sexo do/a responsável

Ano	Sexo do Responsável da Família	Arranjo Familiar							
		Casal com filho nuclear	Casal sem filho nuclear	Mulher com filho nuclear	Homem com filho nuclear	Casal com filho estendido	Casal sem filho estendido	Unipessoal feminino	Unipessoal masculino
2016	Total	39,5	15,4	10,0	1,5	6,2	2,1	6,6	7,6
	Masculino	49,8	19,8	0,0	2,6	7,3	2,5	0,0	12,7
	Feminino	24,4	9,0	24,7	0,0	4,5	1,6	16,4	0,0
2017	Total	39,3	15,7	9,8	1,6	6,2	2,1	6,6	7,4
	Masculino	49,0	19,8	0,0	2,8	7,3	2,6	0,0	12,9
	Feminino	26,2	10,2	23,1	0,0	4,7	1,5	15,5	0,0
2018	Total	38,4	16,2	10,0	1,6	6,0	2,2	6,7	7,7
	Masculino	47,4	20,5	0,0	2,9	6,9	2,6	0,0	13,9
	Feminino	27,1	10,8	22,5	0,0	4,8	1,7	15,1	0,0
2019	Total	37,7	16,2	10,0	1,5	5,7	2,2	7,0	8,0
	Masculino	45,6	20,5	0,0	2,9	6,4	2,6	0,0	15,2
	Feminino	29,0	11,3	21,3	0,0	4,9	1,8	14,8	0,0
2020	Total	38,6	15,9	10,9	1,6	5,5	2,1	6,8	8,1
	Masculino	47,3	20,3	0,0	3,0	6,2	2,4	0,0	15,1
	Feminino	28,5	10,9	23,4	0,0	4,7	1,7	14,7	0,0
2021	Total	37,4	15,8	11,0	1,8	5,3	2,0	6,5	8,4
	Masculino	44,8	20,2	0,0	3,4	6,0	2,3	0,0	16,3
	Feminino	29,3	11,2	22,9	0,0	4,6	1,6	13,5	0,0
2022	Total	35,0	16,5	10,3	1,6	5,4	2,2	7,1	8,8
	Masculino	40,6	20,9	0,0	3,3	5,8	2,5	0,0	18,1
	Feminino	29,6	12,4	20,1	0,0	5,0	2,0	13,9	0,0

Fonte: IBGE/PNAD (2022). (Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC – Núcleo de Informações Sociais).

Nota 1: Os arranjos nucleares são aqueles compostos por casal, com filho ou sem filho ou por mulher/homem com filho.

Nota 2: Arranjos estendidos são aqueles compostos pelo núcleo familiar do responsável, acrescido de outros núcleos também formados por parentes.

Diante desse contexto, da recomposição familiar e monoparentalidade, destaca-se o papel dos avós, nesse sistema de trocas intergeracionais. Segundo Vitale (2022), elas se apresentam tanto como rede de apoio concreta, como laços dentre as gerações que conferem identidade à história familiar. Vale pontuar que em determinadas situações, elas acabam ocupando o lugar de provedoras materiais e responsáveis pelo suprimento de cuidados no âmbito da família, conforme detalhado ao longo deste trabalho.

Assim sendo, na sequência, serão mobilizadas algumas noções referentes aos conflitos intergeracionais que decorrem do cuidado compartilhado entre avós e figuras parentais, sendo fundamental refletir inicialmente sobre elementos internos e externos que ocasionaram modificações nas relações familiares e pautados essencialmente nos papéis de gênero.

### **2.3. Relações familiares: cuidado compartilhado e conflitos intergeracionais**

As novas dimensões da vida familiar parecem colocar em evidência a presença das avós nas cenas familiares. De acordo com Sarti (2015), vive-se uma época em que a família, a mais naturalizada de todas as esferas sociais, é atravessada por transformações internas significativas e também interferências externas, configurando diferentes respostas sociais, culturais, econômicas e disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos.

A família é definida por um conjunto de normas, práticas e valores que ocupam seu lugar, seu tempo e sua história. Os desdobramentos reconhecidos nas famílias são observados a partir das normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção, as formas de remuneração e controle do trabalho; no âmbito da sexualidade e dos afetos; das representações dos papéis sociais de homens e mulheres, da infância e das relações entre adultos e crianças; assim como a delimitação do que é privado e público, por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, que incidem sobre as relações na vida doméstica (Biroli, 2014, p. 7).

No entendimento de Bilac (1995 apud Cardoso, 2010, p. 47) “a conquista do espaço público, o controle da fertilidade e a expansão da educação formal trouxeram transformações para a condição feminina”. Entretanto, estas transformações não propiciaram uma maior igualdade nas relações de gênero no

interior da família. A mulher, de fato, teve conquistas na esfera profissional, mas acabou aumentando sua carga de responsabilidades. Tanto as responsabilidades do âmbito doméstico, tradicionalmente atribuídas às mulheres, quanto do âmbito público.

Desse modo, a partir de mudanças ocorridas no séc. XX, mencionadas neste estudo anteriormente e, reforçando a luta do movimento feminista<sup>12</sup>, em que se reivindicavam relações mais igualitárias e se mobilizavam contra as desigualdades entre homens e mulheres, a mulher passou a almejar novos caminhos e ingressou no mercado de trabalho - aquelas que não tiveram, por gerações, de se submeter a trabalho escravo, doméstico e afins -, conquistando, em muitos casos, autonomia e independência financeira. Segundo Cardoso (2010), essas mudanças propiciaram o surgimento de outras formas de configurações familiares e alterações nos papéis desempenhados por homens e mulheres na vida doméstica. Diante do acúmulo de atribuições que as mulheres desempenharam, seja no âmbito profissional, doméstico e parental, ocasionou-se a necessidade do suporte de outras pessoas da família, principalmente a figura dos avós.

Essa realidade impõe a necessidade de refletir sobre como o modo de produção capitalista influencia na convivência entre pais e filhos, cujos pais precisam trabalhar e acabam por deixar seu (s) filhos (s) com avós, muitas vezes, aposentadas. Há uma relação direta entre os modos de produção, as relações de trabalho, as famílias e as desigualdades de gênero<sup>13</sup>.

Uma das hipóteses acerca do aumento do interesse em pesquisas sobre a participação das avós na criação de netos está centrada na necessidade desse apoio intergeracional, em virtude da intensificação da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Essas mulheres visam direitos e deveres similares aos dos homens, na expectativa de alcançar maior independência financeira e, principalmente, da necessidade de aumentar a renda familiar.

No que tange ao cuidado, em decorrência dessa construção sócio-histórica e quem deve exercê-lo, torna-se muito frequente o recurso de mulheres mães ao suporte de sua própria mãe, avó materna de sua prole. Contudo, por vezes, também à avó paterna aparece no processo de cuidado de seus filhos e filhas,

---

<sup>12</sup> Para entender melhor sobre o Movimento Feminista ver mais em: Pinto (2003), Singer (1983), Friedan (1971).

<sup>13</sup> A relação entre capitalismo e desigualdade de gênero é objeto de extenso debate. Sugerimos a leitura da autora Saffioti (1976).

sobretudo, tendo em conta a reduzida participação de homens pais nas tarefas relativas a tal trabalho, intenso, quase ininterrupto e não remunerado.

De acordo com Coutrim et al. (2006, apud Cardoso, 2011), a transferência do papel de cuidado, tradicionalmente ocupado pelos genitores, reforça a necessidade de arranjos familiares com o fim de manter o cuidado de crianças e seu acompanhamento escolar. Nesse caso, as avós ocupam importante função na organização da casa e na educação dos netos em idade escolar.

Para Peixoto (2000), avós que “criam ou cuidam” de seus netos possibilitam um forte vínculo entre eles, contribuindo para predileção de alguns avós, em detrimento dos outros netos, a quem só encontram de tempos em tempos. Em seus estudos a autora destaca que a natureza dessas situações é diferente, pois “criar” possibilita a construção de uma relação permanente, pois trata-se de manter e educar os netos, em suma, de substituir um dos pais ou os dois, se as circunstâncias exigirem e durante o tempo que for necessário. Inversamente, segundo a autora, a guarda/cuidado pode ser por um longo período, mas não contínua. Ambos os termos “cuidar ou criar” são atribuições das avós (Peixoto, 2000, p. 101).

Vitale (2015) cita a autora Cláudia Fonseca (1990) ao refletir sobre circulação de crianças em famílias populares, pois já desde o início do séc. XX, a antropóloga apontava a importância da presença de avós na dinâmica familiar e sua participação nos cuidados cotidianos das crianças da família, uma vez que era comum um casal residir com os pais. Com base no que dispõe a autora, ajudamos a analisar a inserção de avós no cuidado compartilhado de netos(as) e a formação desse circuito de solidariedade entre gerações. Vale ressaltar que essas trocas não se dão sem conflitos no seio da família.

Sarti (2011), ao estudar as famílias pobres, afirma que não devemos ver a família como um núcleo, mas como uma rede, uma rede que ramifica e envolve a gama de parentes e vizinhos. A família participa dos processos de mudanças e sua estrutura reflete a emergência de novas formas de relação entre os sexos e expressões de afetividade.

A pesquisa de Fonseca (1995) evidencia a dimensão dos laços de criação e argumenta sobre a circulação de crianças que emergem não só em decorrência da situação socioeconômica, mas também como uma prática cultural enraizada entre os pobres. Esta prática está inserida no sistema de trocas de ajudas mútuas que caracteriza a rede de parentesco, e tem como base tanto os aspectos vinculados à sobrevivência quanto os aspectos culturais no que se refere às trocas

recíprocas nas redes sociais. Conforme aponta Vitale (2002), no cerne desses circuitos de ajuda estão as relações de gênero e intergeracionais.

Sobre a solidariedade, Peixoto (2000) constata que a coabitação entre gerações também pode estimular a solidariedade familiar nos momentos difíceis das figuras parentais, citando o desemprego, o divórcio, o exercício de atividades laborativas e conseqüentemente a ausência nas atribuições com a prole. Diante desse contexto, Lins de Barros (2005), ao entrevistar mulheres idosas em camadas médias da população brasileira, observou uma explícita adesão das avós aos projetos de vida das filhas. Essas mulheres tinham o entendimento do trabalho das filhas como projeto de vida e justificavam-no pelo fato de ser uma atividade que contribui para a atribuição doméstica. Rocha-Coutinho (1998), a partir das suas pesquisas, destacou que a solidariedade feminina nas gerações parece ser cada vez mais constante, quando no período da contemporaneidade, as mulheres necessitam trabalhar, têm o desejo de ter filhos e, para tanto, solicitam a ajuda das suas mães.

O interesse de pesquisa está justamente nessa complexidade caracterizada pela inserção de avós no cuidado de netos/as como elemento que tanto agrega condições para organização do cotidiano familiar e da dimensão laboral de mães e pais como também produz tensionamentos referentes à autoridade parental, concepções e práticas educativas, além da sobreposição ou da supressão de lugares intergeracionais.

As transformações nas estruturas familiares e a situação de vulnerabilização<sup>14</sup> que atingem as famílias, demandam novos papéis parentais, novas exigências para avós e reforçam a importância na relação afetiva com netos(as). Segundo Vitale (2015), avós cuidadores<sup>15</sup> se caracterizam como auxiliares na socialização das crianças/adolescentes ou mesmo no seu sustento, mediante suas contribuições financeiras, sobretudo, as famílias que carecem de proteção social, apresentando a necessidade de desenvolver as trocas intergeracionais para responder às exigências dos diversos momentos de seu ciclo de vida.

---

<sup>14</sup> O uso do termo “vulnerabilização”, tem o objetivo de “demarcar a ênfase na sobredeterminação de um contexto desigual na configuração da situação desses sujeitos, afastando qualquer perspectiva de que tal desigualdade possa remeter a, ou estar fundada em alguma característica própria e intrínseca aos mesmos” (Oliveira, 2017, p. 9).

<sup>15</sup> Nos segmentos médios, os avós também colaboram com serviços ou com auxílio financeiro para a criação de netos, em face das dificuldades do dia a dia. Attias-Donfut e Segalen (1998) utilizam o termo “avós providência” para designar aqueles que ajudam a cuidar das crianças na relação com o aumento da pobreza e o refluxo do Estado Providência (Vitale, 2015, p. 110),

Destarte, a autora chama atenção para as famílias brasileiras, em que as políticas públicas são deficitárias ou inexistentes, sendo possível identificar o aumento do desemprego e da desigualdade social. Com isso, acaba reforçando a relevância do papel social da família, havendo necessidade da contribuição na rede familiar e, principalmente, a aproximação entre as gerações. Portanto, essa aproximação pode ocorrer de forma voluntária ou por necessidade dos filhos, diante da dependência econômica em que se encontram. De acordo com Peixoto (2011 apud Vitale, 2015), poucos são os avós que não cuidam, em algum momento, de seus netos. Os padrões referentes a esse cuidado e a essa relação são construídos cultural e socialmente.

Faz-se importante ressaltar que, além do apoio econômico, os relacionamentos com a família extensa podem trazer contribuição positiva para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças e dos adolescentes. Uma convivência bem-estimulada entre avós e netos pode ser benéfica para todos. Porém, existem dilemas no relacionamento entre avós e o núcleo familiar.

Lins de Barros (1987) irá contribuir sobre famílias e mudança social nos segmentos médios, conforme abaixo:

As várias gerações podem oferecer, ao mesmo tempo, ideias de continuidade e de mudança que acabam se concentrando na figura do(a) avô(ó) enquanto elemento intermediário entre dois momentos mais afastados da vida familiar: o passado, reelaborado nas lembranças de sua infância, o presente e o futuro personificado pelas gerações dos filhos e netos e nos projetos e expectativas relativos a eles (Lins de Barros, 1987, p. 21).

As figuras parentais se defrontam com muitas pressões: os avós podem ser jovens e ainda estarem trabalhando, o que dificulta a sua inserção no cuidado dos netos; por terem a incumbência do cuidado dos netos, avós podem educar a seu modo em detrimento da vontade dos genitores, ou mesmo podem depreciar a importância dos pais, caso sejam as gerenciadoras da economia da casa. Os conflitos surgem entre as diferentes gerações, quando as necessidades e desejos dos avós e dos pais entram em conflito. Há evidências de que, quando os netos são pequenos, a função de cuidado é essencial por parte dos avós; à medida que eles crescem, vêm as confidências e interferências junto aos pais (Kahana & Kahana, 1970).

Brito e Cardoso (2014) destacam, a partir de pesquisa sobre avós na família contemporânea, que:

As tarefas executadas por avós no cuidado das crianças, aliadas ao forte vínculo da relação e à necessidade dos pais em repassar ou dividir a criação dos filhos, podem contribuir para que se consolide na família certa confusão de papéis (Attias Donfut

e Segalen, 2001; Coutrim, Broto, Maia e Vieira, 2006). As avós, nessas situações, muitas vezes acabam assumindo as responsabilidades referentes aos pais e tomam para si todos os cuidados com as crianças. Nesse sentido, essa configuração que vai sendo tecida pode não ser percebida pelos membros da família. Como admite Billé (2002), aos avós é designado um papel muito sutil: ser capaz de fazer pelos netos sem, no entanto, usurpar a função dos pais; estar disponível, porém não atrapalhar; responder às demandas por conselhos, mas sem julgar; não se envolver nos projetos educativos, mas oferecer escolhas sem confrontar os genitores (Brito & Cardoso, 2014, p. 434).

Pais e filhos, avós e netos têm um papel a desempenhar em relação uns aos outros e surgem crises quando um dos lados considera que o outro representou mal o papel que lhe cabia. A gestão da vida cotidiana dos netos promove que as avós ajam não somente como cuidadoras, mas como interlocutoras capazes de pôr em xeque algumas conduções e orientações dos pais em relação aos filhos, tanto pelo fato de se constituírem um elemento familiar ascendente como, por vezes, terem maior poder aquisitivo.

Brito e Cardoso (2014) verificam o enaltecimento do lugar que as avós consideram ter na dinâmica familiar, postulando que talvez essa supervalorização seja uma variável que fomenta conflitos intergeracionais, resultando nessa disputa entre avós e mães, uma vez que:

Ao discutirem o que entendem sobre o significado de ser avó, algumas participantes declararam que é melhor do que ser mãe, pois a avó é mais experiente e consegue lidar com os problemas familiares com sabedoria, principalmente no que diz respeito às relacionadas aos netos. Foi consenso entre as participantes o fato de acreditarem que o papel de avó traz à cena o comprometimento nessa tarefa de cuidar das crianças, referindo-se ao amor incondicional aos netos e ao prazer, alegria e gratificação que obtinham (Brito & Cardoso, 2014, p. 436).

Elementos teóricos discutidos ao longo do texto, com base na produção de conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, atestam a existência de importante lacuna na pesquisa sobre cuidados compartilhados de crianças e adolescentes, por avós e figuras parentais. De modo complementar, aqueles elementos dão fundamento e relevância empírica à problematização apresentada na pesquisa, com ênfase em conflitos intergeracionais decorrentes de cuidados compartilhados de netos(as), como suporte no exercício da parentalidade.

As questões apresentadas sinalizam a diversidade de relações sociais, lugares, papéis, espaços de negociação, interesses, sentimentos que envolvem a figura dos avós num mundo familiar marcado por tantas transformações. As relações intergeracionais e de gênero corrobora para pensar na condição do ser avó(avô). Constituindo um espaço de conflitos, mesmo quando permanece como sistema de suporte mútuo e lócus de mecanismos de solidariedade familiar.

### 3

## Avós e Figuras Parentais no cuidado de crianças e adolescentes

### 3.1.

#### Construções teóricas sobre cuidados

O termo “cuidado” é considerado polissêmico e transversal. A complexidade do fenômeno que busca descrever e explicar advém das múltiplas dimensões e significados a partir do campo antropológico, filológico, filosófico, mitológico, cultural e relacional. Torralba (2009) afirma que a polissemia da palavra revela a riqueza conceitual do termo, porém torna-se necessário demarcar os diferentes sentidos do vocabulário.

Dessa forma, a diversidade de abordagens e possibilidades sobre o conceito de cuidado impede a proposição de uma definição única. Tal pluralidade de abordagens permite lançar perspectivas diversas sobre uma questão complexa e multifacetada e, portanto, impossível de ser capturada por um único campo de conhecimento.

A literatura da área aponta que a dimensão existencial concerne na perspectiva filosófica<sup>16</sup> do cuidar, a dimensão relacional está atrelada à relação consigo mesmo e com o outro e no que diz respeito à dimensão contextual, apreendendo a conjuntura cultural, econômica, política, social e simbólica. Nesta dimensão é possível destacar que o indivíduo está inserido, levando em conta o universo de significados (de valores, crenças, e vivências) que ele adquire na interpretação do mundo, conforme sinaliza Ribeiro (2016).

De acordo com Waldow (2008 apud Ribeiro, 2016), o cuidado é um fenômeno existencial, relacional e contextual.

Existencial porque faz parte do Ser, lhe confere a condição de humanidade, relacional porque ocorre relação com outro Ser, se revela na coexistência com outros seres; contextual porque assume variações, intensidades, diferenças nas maneiras e expressões de cuidar conforme o meio em que ocorre (Waldow, 2008, p. 2, apud Ribeiro, 2016, p. 66).

---

<sup>16</sup> Para aprofundar a discussão no âmbito filosófico ver estudos dos autores Soren Kierkegaard, Martin Heidegger, Milton Mayeroff e Nel Noddings, que abordam o cuidado nessa perspectiva.

Dentre as dimensões existentes, destaca-se a dimensão relacional<sup>17</sup>, considerando ser fundamental para a noção de cuidado, na qual presume-se a alteridade<sup>18</sup> e compreende-se que o cuidado só existe a partir da relação, segundo Ribeiro (2016). Ou seja, existe interação no âmbito privado (consigo mesmo) e também no coletivo (com os outros). Cabe ressaltar que esta dimensão é imprescindível para a reflexão teórica sobre famílias e cuidado, sobretudo, para o estudo de pesquisa que têm interesse em aprofundar no cuidado compartilhado entre figuras parentais e avós e, além dos conflitos intergeracionais decorrentes de tal cuidado.

No campo da filologia a palavra “cuidado” deriva do latim, que significa cura, e segundo Boff (1999 apud Cardoso, 2011, p. 117), o cuidado é compreendido como algo que se encontra na raiz de todo o ser humano, ou seja, algo que está intrínseco à constituição humana. O autor considera dois significados para a definição de cuidado, sendo o primeiro relacionado ao ato de cuidar, ter uma atitude de zelo, de atenção para com o outro; e o segundo, ligado ao significado de preocupação, de inquietação do próprio sujeito que cuida, por se sentir envolvido com o outro. O conceito de cuidado está diretamente relacionado com o apoio social, pois a capacidade que o ser humano tem de envolver-se, de afetar e ser afetado pelo outro é o que o torna humano.

O autor Leonardo Boff (2014) cita o filósofo Martin Heidegger<sup>19</sup> ao se referir ao modo-de-ser essencial, pois como visto anteriormente, o autor apresenta o cuidado como inerente ao ser humano e de essencial relevância.

Quer dizer, o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, antes que ele faça qualquer coisa. E, se fizer, ela sempre vem acompanhada de cuidado e imbuída de cuidado. Significa reconhecer o cuidado como um modo-de-ser essencial, sempre presente e irreduzível à outra realidade anterior. É uma dimensão fontal, originária, ontológica, impossível de ser totalmente desvirtuada (Boff, 2014, p. 38).

Ao discorrer sobre o termo “cuidar”, o autor supracitado compreende que o cuidar é a base de nossa existência, uma atitude de envolvimento afetivo com o outro e com nós mesmos. O autor propõe uma nova ética de cuidado, pautado no

---

<sup>17</sup> Mayeroff (1971), Noddings (1984) e Boff (1999 e 2012) abordam a noção de cuidado na perspectiva da dimensão relacional, sobretudo, no âmbito de sua constituição, formas e sentidos.

<sup>18</sup> No que se refere à Alteridade, considera-se como a “aceitação do outro como ele é, dessa forma, se oferta o que o outro precisa e não o que eu acho melhor para ele” (Pereira, 2009 apud Ribeiro, 2016, p. 68).

<sup>19</sup> O cuidado é definido por Heidegger como a estrutura mais originária do ser humano, na sua situação existencial de estar-no-mundo e estar-com. (Carrilho, 2010, p. 112).

amor, na compaixão e na convivência com uma vida mais cuidadosa em todos os âmbitos da existência.

Sobre as formas de cuidar, Heidegger (2001, apud Boff, 2012) apresenta a diferença entre cuidado autêntico e inautêntico, sendo o primeiro aquele que a priori olha para si, numa perspectiva de autocuidado com liberdade e realiza as possibilidades de se autoajudar e ajudar o outro. Já o inautêntico constitui em cuidar de si de maneira ilusória, mascarando a realidade, ocupando-se de tudo menos de si mesmo, ou até, cuidando do outro de modo a torná-lo dependente e até submisso, impedindo que esse outro cuide de si mesmo.

Seguindo essa direção, Szymanski (2002) explica que o cuidado autêntico e inautêntico pode ser direcionado pelo respeito, consideração, tolerância, esperança, podendo também encaminhar de forma deficiente, pela desconsideração, impaciência, intolerância, indiferença e negligência.

Sobre a forma de cuidar, Ribeiro (2016, apud Waldow, 1998) abordará a capacidade de cuidar do outro vinculado ao histórico de cuidado pessoal.

A capacidade de cuidar será mais ou menos desenvolvida de acordo com as circunstâncias, dependerá da forma como as pessoas foram cuidadas durante as etapas da vida. Vários fatores intervêm nesse processo: ambiente, cultura, economia, política, religião, entre outros (Waldow, 1998, p. 3).

Desse modo, Ribeiro (2016) destaca que a forma como o cuidado será efetivado e compreendido pela família, dependerá da história de vida de como cada integrante aprendeu e vivenciou esse cuidado, pois suas interações internas e externas estão atreladas às interfaces cultural e relacional do cuidado. Vale ressaltar que incluir a perspectiva histórica do sujeito na sua relação com o cuidado traz um enriquecimento e uma melhor análise para a compreender sobre os processos que envolvem o cuidado, considerando os sentidos, as expressões, as atitudes e formas de cuidar, por meio da dimensão existencial, relacional e contextual.

Ao abordar o cuidado doméstico familiar, a assistente social Carloto (2015) tem como base os estudos da autora Aguirre (2009), ressaltando que esse debate foi desenvolvido inicialmente pelas correntes feministas a partir dos anos de 1970, pelo campo das ciências sociais. De acordo com a socióloga, em termos conceituais, observa-se que o cuidado foi elaborado a partir das práticas cotidianas, mostrando a complexidade dos arranjos e atendendo as necessidades de cuidado e bem-estar. Aguirre pondera que o cuidado é concebido como uma

atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento ou valorização social.

Salienta-se, a partir do que apresenta Carloto (2015, p. 192), que “o cuidado supõe um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado, podendo ser material ou imaterial e que acarreta aspecto afetivo, emocional e sentimental”. Nesse contexto de reflexões sobre o cuidado, a autora destaca que além das obrigações jurídicas estabelecidas por leis, o cuidado também é relacional, envolve emoções que se expressam nas relações familiares, ao mesmo tempo em que contribuem para sua construção e manutenção.

Contudo, na pesquisa em questão utilizamos o cuidado como um fenômeno socialmente construído, nas suas dimensões relacional e contextual. Para a pesquisa o termo “cuidar” advém de atividades/atribuições<sup>20</sup> compartilhadas entre as figuras parentais e avós, que vão desde compartilhar os cuidados diários (administrar alimentação, higiene, estudos, educação e outros) de forma intermitente até o desempenho dos cuidados de forma permanente devido à coabitação.

### **3.1.1. Famílias, Cuidados e Classe**

Compreende-se que a classe social é uma categoria histórica, ou seja, as classes sociais estão ligadas à evolução e ao desenvolvimento da sociedade, sendo encontradas no interior das estruturas sociais construídas historicamente.

A reflexão sobre classe<sup>21</sup> se inicia pela abordagem conceitual, a partir da experiência tratada por Thompson (1987). De acordo Padilha (2010), o historiador apresenta a sua contribuição ao longo da análise das experiências cotidianas das famílias e, acerca dos fundamentos teóricos, políticos e históricos, afirma que, na experiência, é desenvolvido o processo de formação de classes. Ao se afastar da lógica economicista, o autor identifica que no processo dinâmico entre estrutura e

---

<sup>20</sup> Entende-se essas atividades como contribuição material ou financeira, apoio logístico nas tarefas domésticas cotidianas, suporte moral e afetivo - estes são os elementos que caracterizam a redistribuição intrafamiliar dos apoios e ajudas dispensados por uns e outros, morando ou não juntos (Peixoto, 2004, p. 67).

<sup>21</sup> Apresentar este conceito não consiste no objetivo do estudo, porém considerando a sua alta relevância e para maior aprofundamento sobre classe, sugerimos o acesso a Thompson (1987) e a Bourdieu (1989).

consciência social, a determinação estrutural não condiciona, automaticamente, o agir humano.

Deste modo, é possível compreender que as estruturas objetivas têm efeito sobre a vida das pessoas, mas esses efeitos também são manejados pelas pessoas a partir de sua cultura e de seus valores, conforme aponta Padilha (2010, p. 205).

(...) a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (Thompson, 1987, p. 10).

Apoiando-se nos estudos de Thompson (1987), Padilha (2010) revela que as classes são constituídas por um conjunto de relações entre homens e mulheres e pelas condições materiais de existência e de exploração em que se inserem; por relações de identidade estabelecidas entre os membros de uma mesma classe, ou por aliança ou por conflitos.

De acordo com Padilha (2010), as formações de classe surgem à medida em que os homens e as mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, considerando a cultura que herdaram e a proporção em que trabalham suas experiências

Para Thompson (1987), a experiência está inserida na vida social e ocorre por dois processos dinâmicos e simultâneos, sendo o primeiro a experiência vivida, na qual os indivíduos realizam ações, os mesmos gestos, ritos de todos os dias, reproduzindo, enquanto indivíduos, as relações sociais. O outro processo se realiza a partir da experiência percebida, caracterizando-se como momento em que o homem ultrapassa o cotidiano vivido e constrói, por meio da cultura e de seus valores, a consciência social e, com ela, a propensão de agir como classe.

O estudo de Thompson (1987) vem ao encontro do que aponta Bourdieu (1989) sobre o conceito de capital cultural<sup>22</sup>, que consiste no discurso de uma sociedade acerca de si mesma, figurando como importante referência a definir modos de perceber, significar e agir de cada um dos seus agentes, conforme afirma Oliveira (2011).

---

<sup>22</sup> Capital Cultural – “discurso de uma sociedade sobre si mesma ou o acervo dos meios de expressão e significações que esta mesma sociedade coloca à disposição de seus indivíduos – ou agentes. (...) torna-se tão profundamente arraigado na vida da sociedade que passa a fornecer as referências fundamentais de percepção, ação e análise aos seus agentes, sem que estes, na verdade, disso tenham plena consciência” (Oliveira, 1999, p. 4).

O conceito de capital utilizado por Bourdieu não se restringe à esfera econômica. O lugar no campo será determinado pela quantidade de capital cultural que o agente possui, conforme afirma Araújo (2015). Diante disso, Bourdieu inclui como capital cultural recursos e atributos intelectuais, artísticos e estéticos. Sendo assim, a detenção de um conjunto dos capitais cultural, social, simbólico e econômico aumenta a possibilidade de influência e a mobilidade do agente no campo, visto que o capital se refere a um *quantum* de poder é possível ser negociado num embate social.

Araújo (2015) aponta que não só os mecanismos sociais funcionam de modo a produzir as relações de poder, mas o *habitus*<sup>23</sup>, a produção simbólica, se forma como elemento de manutenção de tais mecanismos. Os agentes sociais estão disponíveis para lembrar o lugar de meninos/meninas, homens/mulheres na sociedade, objetivamente e subjetivamente, numa articulação dialética entre o ator e a estrutura social.

Nas palavras de Pierre Bourdieu (1972 apud Ortiz, 1983, p. 15):

Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma intenção objetiva, como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes.

Para Teixeira (2021) a teoria proposta por Bourdieu contribuiu sobretudo para apreender como determinadas práticas sociais, valores e crenças permanecem incorporados às ações dos agentes sociais. O *habitus* inscrito em suas ações decorre de uma ampla trama de relações, vivências, determinações sociais, culturais, políticas, econômicas, contribuindo para a reprodução da estrutura e oferecendo uma margem estreita para mudanças efetivas.

Vale destacar que tanto classe quanto gênero são fenômenos históricos e se definem por meio das relações sociais. Neste aprendizado sociocultural, as expectativas em relação aos modos específicos de ser e estar no mundo incumbem lugares, posições, comportamentos, atitudes, pensamentos no nível mais simbólico e cotidiano para meninos e meninas, homens e mulheres em

---

<sup>23</sup> *Habitus* - conceito formulado em 1972 por Pierre Bourdieu que será retomado pelo autor ao longo de suas obras. Como um constructum "(...) sistema de disposições duráveis, estruturas e estruturantes, isto é, como princípios de geração e de estruturação e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem ser, de forma alguma, o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um regente" (Bourdieu, 1972, p. 175 apud Preuss, 1995, p. 63).

diversos momentos de seu ciclo vital. A partir das diferenças, vêm se estabelecendo, pelos tempos históricos e pelos contextos culturais, a classificação, a estratificação, a hierarquização e a desigualdade.

Acerca das famílias, as mudanças geradas por alterações nas relações de gênero e no exercício da sexualidade impactam os modos de sociabilidade, refletindo em diferentes configurações familiares como consequência de transformações sociais e culturais. O modelo patriarcal tradicional de família, que por muito tempo foi tomado como natural e eternamente existente, também foi construído em um dado momento histórico, atendendo aos interesses de dominantes em contextos sociais diversos - donde a dificuldade de superação desse padrão -, sendo reproduzido pelos agentes.

Em conformidade com a discussão empreendida por Oliveira (2011), o modelo de família mencionado acima, cuja proeminência numérica tem conhecido expressivo decréscimo, face à crescente multiplicidade de configurações familiares experimentadas e observadas no cotidiano da sociedade brasileira, permanece no imaginário social como referência quase absoluta de ideal, mantendo sua hegemonia simbólica.

Portanto, compreender historicamente o processo de como o conceito de família se constituiu é muito importante para atender os motivos de algumas características serem tão resistentes às mudanças e os impactos que a negativa a esta mudança desencadeia na sociedade. Nesse sentido, Saffioti (1992) irá destacar que, a partir das análises de fatos reais e históricos, pode-se lançar luz sobre a maneira que os indivíduos vivem diferentemente suas experiências e como elas se apresentam diante de sua complexidade.

De acordo com Ribeiro (2016), nos estudos sobre cuidados familiares, a mulher permanece como personagem central e compreender a função exercida pelas relações de gênero<sup>24</sup> na sua influência ideológica torna-se fundamental para a compreensão sobre as práticas de cuidados em famílias.

---

<sup>24</sup> De acordo com Freitas (2013 apud Araújo, 2015), o conceito de gênero ocorre provocando críticas e é usado frequentemente de maneira vulgarizada e indiscriminada, como sinônimo da categoria mulher, por exemplo. O seu valor na desconstrução das relações de dominação e papéis cristalizados, naturalizados entre homens e mulheres, não pode ser desconsiderado. O aspecto relacional constitutivo da categoria "gênero" possibilita reavaliar a construção social destes lugares masculinos e femininos, como também a ideia de uma mulher essencializada, unificada e representativa das demandas de todas as mulheres.

### 3.1.2. Famílias, Cuidados e Gênero

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, neste tópico iremos refletir sobre o fato de a família permanecer como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana, em que as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção (Araújo & Scalon, 2005).

A família é considerada como principal instância de proteção social, sendo fundamental no cuidado dos seus membros. No decorrer do processo histórico os papéis sociais de homens e mulheres sofreram alterações, assim como a evidência de uma pluralidade de arranjos familiares, sendo demarcado também nas práticas de cuidado em famílias. Entretanto, a desigualdade de gênero perdura com avanços e retrocessos.

De acordo com a autora Durham (1982), as diferentes formas de configurações familiares se baseiam na divisão social e sexual do trabalho, com uma nítida diferenciação de papéis familiares a partir do gênero<sup>25</sup>, na organização interna das famílias, sendo atribuído, ainda de forma persistente e predominante, às mulheres pela responsabilidade dos cuidados com a casa e com as crianças.

Nas diferenças que se manifestam [nas] formas de organização familiar em diferentes segmentos da sociedade, há, entretanto, aspectos comuns. Os padrões de divisão sexual do trabalho que atribuem à mulher as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças assim como a relação de dominação do homem sobre a mulher parecem ter sido extremamente uniformes no Brasil e marcaram profundamente todas as formas, instáveis ou estáveis, de organização familiar. A participação da mulher em atividades produtivas fora do âmbito da casa não parece afetar esse padrão (Durham, 1982, p. 43).

Segundo Ribeiro (2016), os valores patriarcais se adaptam à modernidade, no sentido de a mulher ter sua função ampliada e o micropoder, no âmbito das tarefas domésticas, de esposa e mãe, sinalizando que o retrocesso ocorre na naturalização dessas funções à essência feminina.

A ideologia da “boa mãe”, responsabilidade exclusiva da mulher no cuidado com a educação, higiene, afeto da sua prole é considerado como inerente à essência feminina. Isso constitui um eixo estruturante na reflexão do cuidado

---

<sup>25</sup> Gênero é uma categoria analítica, não é uma questão biológica. É uma construção social, cultural e histórica que determina e define responsabilidades para pessoas, expectativas sobre pessoas, papéis, proibições, recompensas, direitos, obrigações, que são diferentes para homens e mulheres. [...] Gênero é sempre relacional e está institucionalmente estruturado e hierarquizado por níveis que se diferenciam entre homens e mulheres. [...] Gênero responde a um contexto e se define num tempo e espaço determinado (Scuro, 2017).

pensado, que predomina no imaginário social, pois as características associadas à maternidade estão vinculadas às funções idealizadas do cuidar e ainda pensado como o “saber inato” da feminilidade.

A família conjugal moderna transforma as relações de cuidado no âmbito familiar, sobretudo, das famílias ricas, pois transfere exclusivamente o dever das práticas de cuidado a figura materna, vinculada a uma essência feminina, de que “não pode fugir”, além de estar diretamente ligada ao processo de formação da criança, segundo Ribeiro (2016, p. 37).

Nos anos 1950, mudanças no tratamento das crianças estavam a pleno vapor, respaldadas pelo discurso de pediatras e psicólogos, personagens cada vez mais influentes na definição de “boa mãe”. O “bebê reizinho” das décadas passadas começava lentamente a desbancar o todo-poderoso “pai de família” como centro das atenções da casa. Métodos tradicionais de disciplina eram reconsiderados em função de uma flexibilidade maior no relacionamento entre pais e filhos. A maior preocupação com o nível de escolaridade dos filhos e suas (cada vez mais) reconhecidas necessidades de consumo eram compatíveis com os padrões familiares. (...) Também permaneciam as rígidas distinções entre as atribuições do pai e da mãe para com a criança, (...) a mulher sabe que “pertence aos filhos”, portanto, “não tem o direito de escolher” ou “transferir suas obrigações” (Pinsky, 2013, p.493-494).

Assim como a “boa mãe”, a “dona de casa ideal” refere-se exclusivamente à mulher, que vai desde a execução dos afazeres domésticos (limpeza, higiene, cozinha e filhos) até a responsabilidade sob os cuidados da família em geral, garantindo um espaço de conforto, aconchegante e moral. Segundo Pinsky (2013, p. 495), “Surge a ‘felicidade perfeita’ do lar em que cada um cumpre a função que lhe cabe”. Pois a mulher sem prendas domésticas “é um membro inútil na sociedade conjugal”.

Nessa mesma direção, Ribeiro afirma que tanto o trabalho doméstico quanto o exercício do cuidado são considerados socialmente como parte da “natureza feminina”, sendo incumbido ao papel de mulher e ainda presentes na atualidade. Vale destacar que apesar das mudanças observadas no que se refere às atividades de cuidado no âmbito das famílias, a mulher continua como a principal responsável pela realização, enquanto o homem se destaca pelo seu papel de provedor, por considerar que ele não tem habilidades para desempenhar tarefas. Deste modo, a construção social do modelo representativo de família nuclear burguesa influencia na organização das estruturas e práticas do cuidado nas famílias, resultando em uma divisão social e sexual do trabalho.

Em apoio a essa argumentação, a autora Ribeiro (2016) reforça que o cuidado independente da sua dimensionalidade, seja o cuidado material que

implica um trabalho, o cuidado econômico que implica custos e o cuidado psicológico que implica um vínculo afetivo. Há uma personagem central deste lugar: a mulher, sendo evocada como detentora natural desse processo, negando o fato desse fenômeno ser construído historicamente, conforme sinalizado anteriormente. Com isso, o cuidado é concebido como atividade feminina, não remunerada e desvalorizada.

Lyra et al. (2007, p. 86) agregam pontuando as dimensionalidades do cuidado:

Certamente, compreender o cuidado implica uma leitura da categoria de gênero incluída num contexto de complexidade, que pode ser vislumbrada em diferentes dimensões: a dimensão cultural, quando nos referimos aos símbolos disponíveis nos diversos discursos de um povo, os quais trazem consigo representações carregadas de atribuições dicotômicas, afirmando as características e hierarquizando os valores em certas imagens masculinas e femininas; a dimensão social das instituições que regulam, (re)produzem e atualizam os significados desses símbolos, tais como famílias, religiões, seitas, escolas, universidades, instituições jurídicas e políticas, etc.; a dimensão da identidade subjetiva, das identidades de gênero atualizadas por homens e mulheres, de como ambos tomam para si os conteúdos das imagens simbólicas do discurso cultural e institucional.

As autoras Hirata e Kergoat (2007, p. 597) apontam que a divisão sexual do trabalho se tornou objeto de estudo e discussão, na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que verificou a evidência de “que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Portanto, a divisão do trabalho sexual é um elemento importante para entender como a reprodução social sustenta a lógica do capital, e por isso, precisou ser implementada a partir do advento da família burguesa com o patriarcado.

Neste sentido, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 599), construída histórica e socialmente. No qual, designa-se espaços prioritários diferenciados aos homens e às mulheres com maior ou menor valor social adicionado, segundo a autora Jesus (2021, p. 41).

A partir do avanço do capitalismo, do consumo, e das intensas lutas dos movimentos feministas, os valores tradicionais correspondentes aos papéis femininos e masculinos sofrem reformulações. Com isso, o trabalho feminino nas classes médias começa lentamente a ser aceito dentro dos padrões da

moralidade, porém vale destacar que as mulheres pobres sempre exerceram atividades laborativas externas em prol da sobrevivência familiar. Então,

(...) quando a tendência a uma maior participação feminina no trabalho assalariado parecia um fato incontestável, vozes se ergueram para manter a mulher “no seu devido lugar”, mostrando os efeitos negativos da emancipação feminina. E não só a sociedade que perde com isso, as mulheres também saem prejudicadas – ao “abraçar as vantagens materiais” de uma profissão, comprometem a feminilidade, o respeito dos homens e os “privilégios de seu sexo”; renunciam aos agrados e carinhos e dão à sua existência “um sentido vão e estéril”; deixam o aconchego do lar para adentrar em “um mundo competitivo e cruel”. “A mulher que trabalha” frequentemente, é “infeliz” e “frustrada”. Se, de todo modo, a mulher quiser ou precisar de um emprego, deve fazer tudo para “manter-se feminina”, com “delicadeza e ternura”, “cuidando para que sua integridade não sofra”, “preocupação nenhuma, nem trabalho de qualquer espécie devem obscurecer o que o namorado, o noivo e o marido procuram na eleita de seu coração”: a companheira amorosa que governa a casa e cuida de seus filhos” (Pinsky, 2013, p. 479).

No que concerne a luta dos movimentos feministas, pode-se destacar que com o advento da pílula anticoncepcional, o aumento da escolaridade e o acesso às universidades devido à inserção no mercado de trabalho, contribuíram para as transformações dos costumes, sobretudo da imagem da mulher, ganhando espaço para mudanças e reflexões sobre a sexualidade feminina e favorecendo a luta pela emancipação feminina. No entanto, esse avanço pouco impactou na transformação do papel da mulher em relação ao cuidado doméstico e dos filhos. Não obstante, há produção de conhecimento científico corroborando com a desnaturalização da essência feminina, atrelada à maternidade, na desigualdade das relações de gênero<sup>26</sup>, apontando como um papel construído pelo viés histórico e cultural, conforme aponta a filósofa Simone de Beauvoir (1967).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (Beauvoir, 1967, p. 9).

Como valor absolutizado, a maternidade se torna, no senso comum e para expressiva parcela da sociedade brasileira, indiscutível. No entanto, tem conhecido diversos e relevantes esforços de pesquisa, estudo, sistematização e teorização na direção oposta, na tentativa de caracterizar a maternidade como sócio-historicamente construída para controlar as mulheres, no processo de determinação desigual da divisão social e sexual do trabalho. Assim como

---

<sup>26</sup> Ver também Scott (1990), Saffioti (2004).

Beauvoir, a autora Badinter tornou-se fundamental na discussão acerca das desigualdades de gênero e a desmistificação de que não há nada de biológico nem de natural que explique a condição da mulher de subordinação e cuidadora principal nas famílias, assim como a falta de habilidade nos homens para o desempenho das atividades de cuidado, tratando-se, assim, de uma construção social.

Badinter (1985) sustenta que o “amor materno” não é um sentimento inato, não existindo em todas as mulheres e nem se manifestando, se presente, de forma idêntica em todas aquelas que exercem a função de mãe. Como todo sentimento humano, o “amor materno” pode ser incerto, frágil e imperfeito.

A autora critica o tratamento da maternidade como um tema sagrado e pensado em termos de instinto como se fosse autoevidente, à medida que “se esqueceu que foi inventado” (Certeau, 2011). Esse “instinto” criaria um desejo de maternidade nas mulheres que, quando realizado, despertaria aptidões “naturais” de cuidar dos seus filhos e filhas. Em contrapartida, defende “que uma mulher pode ser ‘normal’ sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho” (Badinter, 1985, p. 11).

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (Badinter, 1985, p. 20).

Em Sarti (2011, p. 63), identifica-se “uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem”.

O homem é considerado o *chefe da família* e a mulher a *chefe da casa*. Essa divisão complementar permite, então, a realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o *respeito*. Ele, portanto, responde pela família. Cabe à mulher outra importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar (Sarti, 2011, p. 63-64).

Note-se que “a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou” (Sarti,

2011, p. 64). Nessa abordagem, os papéis pautados no gênero quanto aos cuidados com crianças são constantemente naturalizados, nos quais, “apesar de concretamente conhecer crescente participação masculina, persiste tendo por referência um forte estranhamento diante desta realidade, como se dissonante do ideal a ser perseguido pelas famílias” (Oliveira & Miotto, 2019, p. 12). Em resumo, há uma “tendência à naturalização do papel da mãe como cuidadora – em contraposição ao estranhamento do exercício dessa função pelo pai” (Oliveira, 2011, p. 69).

A exigência do papel paterno vincula-se expressivamente à relação afetiva e cotidiana dos filhos, restringindo a certas ocasiões e atividades de diálogos e brincadeiras, cabendo ainda à mulher o papel dos cuidados diários de higiene, alimentação, entre outros. As funções maternas e paternas trazem, sob uma nova roupagem, resquícios de velhos ideais baseados nos valores patriarcais (Araújo & Scalon, 2005). Nesse contexto, são as mulheres quem são cobradas para que sejam responsáveis pelos cuidados cotidianos com crianças e adolescentes, tomados como uma prática quase que exclusiva feminina, não compartilhável com a figura masculina. Em decorrência dessa construção sócio-histórica do cuidado e quem deve exercê-lo, torna-se muito frequente o recurso de mulheres mães ao suporte de sua própria mãe, avó materna de sua prole – contudo, por vezes, também à avó paterna –, no processo de cuidado de seus filhos e filhas, sobretudo tendo em conta a reduzida participação de homens pais nas tarefas relativas a tal trabalho, intenso, quase ininterrupto e não remunerado.

Nesse contexto, em que pese a imprescindibilidade do apoio representado pela figura da avó e sua importância no cuidado de crianças e adolescentes no Brasil, o processo de compartilhamento de responsabilidades e tarefas decerto não transcorre sem percalços, divergências de método de “criação” e consequentes conflitos entre as mulheres envolvidas – por vezes, também homens/pais –, pertencentes a gerações distintas.

### **3.1.3. Famílias, Cuidados e Raça**

Em conformidade à discussão empreendida no tópico acima, a socióloga Mignon Duffy (2007, p. 314) compartilha que “uma abordagem interseccional trata a raça, gênero, classe, e outros sistemas de opressão como processos históricos

e interdependentes [...] tornando-se central para o projeto de compreensão das desigualdades”.

Neste sentido, pensando em outros aspectos de desigualdade, além do gênero, Anna Araújo (2018) afirma que:

[...] a adoção de visões mais plurais, empiricamente significativas e críticas sobre o tema, o que implica rejeitar um suposto ponto de vista, epistemológico das mulheres – ou de algumas mulheres – como ponto de partida. [...] Reconhecer as pluralidades, tensões e contradições do cuidado oferecerá um terreno mais firme para reivindicar políticas sociais e direitos para os que cuidam e os que são cuidados (Araújo, 2018, p. 65-66).

Nessa mesma direção, Ribeiro (2019) afirma que para este debate é indissociável a reflexão a partir da perspectiva de gênero, divisão sexual do trabalho, raça e classe como categorias de análise que viabilizam os questionamentos dos paradigmas, dos papéis sociais<sup>27</sup> e das premissas consideradas óbvias, permanentes, naturais e indiscutíveis na sociedade. Deste modo, é importante destacar que a reflexão sobre cuidado está pautada nas categorias acima, sobretudo, reforçando que falar de cuidado é debater sobre gênero, classe e raça. Conforme assinalam as autoras Guimarães e Hirata (2014, apud Ribeiro, 2019) sobre o assunto:

Gênero tem constituído um instrumento de inegável valor heurístico para o entendimento do social e do político, suscitando questionamentos e propondo novos paradigmas, desvelando dimensões obscurecidas pelos vieses de uma ciência social que concebia o trabalho como uma experiência de homens, brancos, qualificados, tecidas nos espaços fabris e embebida nos valores e nas representações, do indivíduo e do coletivo, extraídos de uma visão ocidental e europeizante do mundo (Guimarães & Hirata, 2014, p. 9, apud Ribeiro, 2019, p. 50).

Segundo Ribeiro (2023), a forma de organização do cuidado no Brasil é a própria manifestação do racismo e se encontra ancorada na exploração de mulheres negras, fruto de uma herança colonial e escravocrata, resultando na estratificação geracional que produz e reproduz assimetrias na provisão, distribuição e usufruto do cuidado.

Ao construir ponte com a presente pesquisa, dando ênfase aos conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade, é importante destacar que o cuidado de crianças e adolescentes, independente do arranjo familiar, é

---

<sup>27</sup> Ver mais em: Ackerman (1986) e Bronfenbrenner (1996).

compartilhado com outras pessoas da famílias, principalmente avós, enquanto os responsáveis trabalham para sobreviver.

Nas famílias ricas, há reprodução e perpetuação da forma de cuidar do Brasil Colonial, no qual as empregadas, em sua maioria negras, estão vestidas de roupas brancas tomando conta dos filhos dos patrões e cuidando deles como se fossem seus, enquanto os seus próprios estão sendo cuidados pela rede de suporte. Segundo Fonseca (2013), é difícil imaginar a sobrevivência da classe social pobre se não houvesse essas estratégias de cuidado coletivo das crianças, conforme já sinalizado anteriormente.

Ribeiro (2023) menciona a autora Lélia Gonzalez (1979, p. 73) ao contextualizar que o trabalho de cuidado e doméstico remunerado possibilita a “libertação da mulher branca (que) se tem feito às custas da exploração da mulher negra”, é por meio do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, no qual a mulher negra, em sua dupla jornada, promove a emancipação de futuras gerações em sua família, denominado por Ribeiro como ciclos geracionais da libertação.

Considerando o exposto, a autora Sueli Carneiro (2011) expõe a necessidade de haver o reconhecimento da dimensão racial no uso universalizante da categoria gênero, pois essa determina desvantagens e privilégios entre as mulheres. Portanto, a interseccionalidade constitui numa chave analítica e ferramenta metodológica para o aprofundamento da reflexão, pois

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas de desempoderamento se movem (Crenshaw, 2002, p. 177).

De acordo com a pesquisa realizada por Ribeiro (2023), a questão racial é retratada nos estudos de cuidado quando são apresentados dados estatísticos que se preocupam em fazer a desagregação por raça/cor. Neste momento a autora retrata a evidência do racismo, pois no âmbito da provisão do trabalho de cuidados e doméstico, remunerado ou não, mulheres negras figuram, em números absolutos e em horas dedicadas, em quantitativo muito superior ao de mulheres brancas. E, mesmo sendo pago, são as mais desvalorizadas no salário, no acesso

a direitos como previdência social e vínculo empregatício, em comparação às mulheres brancas.

A autora identifica, ainda, a possibilidade de compreender raça/racismo como elemento estruturante para análise sobre os lugares socialmente demarcados de provisão e usufruto do cuidado, que está fundamentado nessa lógica colonial do pertencimento de certos corpos a determinados lugares e seu processo de maior prestígio ou ocultação. Nesse contexto, os considerados superiores em poder econômico possuem um consentimento social de usufruírem do trabalho de cuidado e doméstico, “de serem servidos e enaltecidos”, e aos considerados inferiores sem poder aquisitivo é incumbido o dever de servir, de prover o trabalho de cuidados e domésticos, sendo invisibilizados.

#### **3.1.4 Famílias, Cuidados e Geração**

A família, lugar por excelência de formação do ser humano, de aprendizado e realização, se caracteriza pela diferença de gerações e pelo exercício diferenciado das funções e valores, transmitidos de geração em geração.  
(Groeninga, 2006, p. 6).

A partir de estudos elaborados por diversas disciplinas sobre as relações humanas, foi possível observar que a cultura e as interações sociais estavam imbricadas no entrosamento entre pessoas de diferentes faixas etárias, segundo Cardoso (2011). Diante disso, o desenvolvimento humano começou a ser entendido por uma perspectiva dinâmica, considerando os contextos sociais, históricos e culturais. Em apoio a essa argumentação, Moragas (2004) e Pais (1998) ressaltam que a sociedade contemporânea é permeada por aceleradas mudanças socioculturais, quanto maior o fluxo das mudanças sociais<sup>28</sup>, maior é a disparidade entre as experiências de cada geração e, conseqüentemente, maior pode ser a acentuação das diferenças intergeracionais.

Destarte, a discussão conceitual sobre geração corrobora com a reflexão sobre o que a presente pesquisa propõe, que é problematizar, a partir da presença de avós no cuidado compartilhado de netos(as), como rede de suporte, quais conflitos encontrados e como eles se manifestam entre as diferentes gerações,

---

<sup>28</sup> Sobre a relação entre mudança social e geração ver o trabalho clássico de Mannheim (1982) e as proposições de Lins de Barros (2006).

principalmente quando as necessidades e desejos das figuras parentais e de avós são díspares.

De acordo com Motta, o termo “geração” é considerado multifacetado e polissêmico, considerando que a sua utilização foi sempre instável teoricamente. Ao apresentar as diferentes definições de “geração”, iniciaremos com a autora Segalen (1996, p. 221) em que designa o termo como “um conjunto de pessoas classificadas segundo uma relação de filiação”. O entendimento de Motta (2010, p. 226) é de que “a geração, em um sentido amplo, representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo”. Já a autora Rocha-Coutinho (2006) define “geração” sob o ponto de vista psicológico, como sendo:

A expressão de valores e padrões de comportamento relativos a um grupo de idade em determinado período de tempo. Esses valores e comportamento, que fazem parte das identidades sociais e pessoais desses sujeitos, contudo, não são fixos, sofrem alterações à medida que eles interagem com os novos valores e padrões de comportamento que vão surgindo ao longo do tempo (Rocha-Coutinho, 2006, p. 99).

Em discussão acerca do convívio entre gerações, os autores Motta (2004) e Moragas (2004) defendem a ideia de que é fundamental a convivência entre as diferentes faixas etárias. Os autores expõem a discussão dos relacionamentos intergeracionais e as dificuldades encontradas no próprio contexto social para fomentar a qualidade e a interação entre pessoas de idades diversas.

Uma contribuição relevante na área é o trabalho da antropóloga Lins de Barros (2006). A autora irá mencionar que, acerca do debate sobre as famílias contemporâneas, viver na cidade e viver a cidade são experiências existenciais distintas para as diferentes gerações. A autora complementa que a celeridade das mudanças nas formas de comportamento e de pensamento é observada e sentida de uma geração para outra<sup>29</sup>. Paralelo às sensíveis transformações que ocorrem a todos, há também a percepção da permanência de valores e práticas, ocorrendo ao longo das experiências de vida das diferentes gerações.

Diante desse contexto, Pais (1998) explica que há, nas relações familiares, a capacidade que os jovens têm de influenciar o mundo dos adultos e a permeabilidade das gerações mais velhas a essas influências. Segundo o autor, esse aspecto é umas das razões para o fato das famílias tradicionais estarem

---

<sup>29</sup>A autora menciona que as ciências sociais têm refletido e elaborado diferentes interpretações sobre o ritmo acelerado das transformações nas últimas décadas nas estruturas sociais e no âmbito da vida privada, citando Sennett (1999), Bauman (2004) e Giddens (1993), Lins de Barros (2006, p. 17).

dando lugar a famílias estruturalmente mais flexíveis, tendo em vistas se constituírem em espaços onde as relações entre pais e filhos se encontram mais instáveis. Moragas (2004) e Pais (1998) sinalizam que, na atualidade, as relações entre gerações estão sendo caracterizadas pela negação da diferença e da estrutura hierárquica. Sendo assim, o respeito à experiência e à sabedoria dos mais velhos vem sendo substituído por outros valores, como o respeito ao conhecimento científico.

Em leitura a antropóloga Guita Debert (2007, p. 51), compreende-se a crítica em relação às teorias da psicologia sobre o desenvolvimento em que se “concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seria estágio pelos quais todos os indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal”. Para a autora há diferença entre idade cronológica, idade geracional, e nível de maturidade enquanto princípios organizadores do desenvolvimento humano, sendo considerados importantes para a organização social e promovendo a institucionalização do curso da vida.

Segundo Silva (2009 apud Cardoso, 2011), a sabedoria, por exemplo, uma característica tão considerada na maturidade, passa a ser, de acordo com a lógica de ideais individualistas contemporâneos, um instrumento, ou melhor, uma habilidade, que as gerações mais velhas têm ao seu dispor para utilizar em causa própria. De acordo com a lógica dos ideais individualistas, a sabedoria deixaria de ser utilizada em prol da transmissão de conhecimento coletivo ou aperfeiçoamento do grupo social e passaria a ser útil na resolução de questões estritamente pessoais.

No que concerne à realidade brasileira, a antropóloga Goldani (1999) informa que a interação entre pais e filhos é de ajuda mútua e ocorre de acordo com a intensidade das relações intergeracionais. A autora considera que a qualidade dos arranjos familiares e as trocas intergeracionais na família continuam sendo fatores importantes que poderão contribuir para o bem-estar de pessoas idosas. Segundo a autora, com a diminuição no tamanho das famílias, o aumento das taxas de divórcio, e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho põem em discussão como será o intercâmbio entre as gerações.

Nesse ponto, pode-se destacar o olhar de Cardoso (2011), sobre as interações entre transformações sociais e vida familiar cotidiana que as relações intergeracionais vão se constituindo, se modificando e se reproduzindo. Diante da coexistência de três ou quatro gerações e a multiplicação de famílias recompostas, vem se ampliando a complexidade das relações entre as pessoas

de diferentes idades. Para a autora, a observação de sucessivas gerações pode representar, em muitos casos, uma possibilidade de acessar a trocas sociais.

Em trabalho semelhante, Vitale (2015) enfatiza que, na sociedade contemporânea, alguns fatores como o aumento de expectativa de vida, bem como a permanência de jovens em casa, modificam significativamente as relações intergeracionais e, com isso, crianças e jovens tendem a conhecer e conviver mais com seus avós e bisavós. Segundo a autora, existem com frequência diferentes gerações coexistindo numa mesma família, destacando que a convivência não apaga os contornos e confrontos geracionais<sup>30</sup>. Seguindo essa mesma direção, a autora Attias-Donfut (1993) reforça que, na sociedade longeva, que vem se constituindo nas últimas décadas, é frequentemente a coexistência de outras gerações na mesma família, ressaltando que as gerações quase não se substituem, se sucedem.

Lins de Barros (1987), ao discutir família e mudança social nos segmentos médios, pontua:

As várias gerações podem oferecer, ao mesmo tempo, ideias de continuidade e mudança que acabam se concentrando na figura do(a) avô(ó) enquanto elemento intermediário entre os dois momentos mais afastados da vida familiar: o passado, reelaborado nas lembranças de sua infância, o presente e o futuro personificado pelas gerações dos filhos e netos e nos projetos e expectativas relativos a eles (Lins de Barros, 1987, p. 21).

Diante dos estudos de Lopes, Nery e Park (2005) sobre coabitação entre gerações, foi a partir da década de 1980 que os estudos começaram a apontar maior número de lares contendo três gerações, demonstrando que, a partir de então, passou a se verificar os papéis expandidos dos avós. Desde então, a coabitação passou a ser uma prática comum no Brasil. Sem dúvida, esse fato pode ser relacionado à ausência de políticas públicas nacionais que, conforme Peixoto (2000), se constituem em um dos fatores que favorecem a coabitação entre as gerações.

Continuando esse percurso teórico, Cardoso (2011) destaca que o fato de diferentes gerações estarem vivendo na contemporaneidade não elimina as especificidades das visões de cada uma delas. Sobre as transformações históricas e culturais em uma sociedade, elas são experimentadas, ao mesmo tempo, por pessoas de diferentes idades e gerações, como por exemplo, pelos avós, seus filhos e seus netos. Com base nos estudos de Lins de Barros (1987,

---

<sup>30</sup> Ver Attias-Donfut e Segalen (1998).

2003) a autora menciona que por possuírem diferentes posicionamentos geracionais, cada uma delas interpretará essas mudanças de forma particular.

Mas, as gerações mais velhas podem se sentir confusas sobre como devem pensar e agir diante dos novos valores advindos de mudanças históricas e culturais. Desta forma, os conflitos intergeracionais podem ocorrer quando, por exemplo, as avós tecem críticas sobre o modo como suas filhas criam seus netos ou os responsáveis não concordam com a forma de cuidado de avós a netos(as).

Nota-se que, nos cuidados dos netos, os choques culturais e diferenças nos modos de ser família podem ser exacerbados, desenvolvendo conflitos entre pais e avós na dinâmica familiar. De acordo com Lins de Barros (2003), existe uma diferença entre a relação entre avós e netos e pais e filhos: a primeira, deve ser permeada por amor, interesse e participação; e a segunda, por educação, criação e responsabilidade.

No importante estudo de Camarano et al. (2004), no Brasil, quanto maior a quantidade de filhos, maior é a probabilidade de uma pessoa idosa, considerando aqui avós, seus filhos e netos coabitando no mesmo lar. Contudo, essas relações intergeracionais também podem ser conflituosas, ocasionando problemas no relacionamento com filhos e/ou netos, e são, muitas vezes, decorrentes de diferenças de valores sociais e culturais entre as gerações (Cunha & Dias, 2019).

No próximo tópico será possível apreender o lugar de destaque que avós ocupam na dinâmica da família contemporânea, considerando que as suas posições podem ter se modificado ao longo do percurso da vida e acarretaram novas ou mais atribuições. No decorrer dos estudos, nos deparamos com as novas dimensões da vida familiar e conseqüentemente surgem reflexões e provocações inerentes a este processo, como: Que papel os avós desempenham nas famílias de hoje? De que avós estamos falando?

### **3.2.**

#### **Avós na contemporaneidade: surgimento de novas atribuições e rede de apoio**

Avós fazem parte da vida da família desde tempos imemoriais. Apesar da sua importância como transmissores das histórias, tanto da família como da sociedade, e de assegurarem uma identidade genealógica aos netos, durante muito tempo eles foram “os grandes esquecidos da sociedade” (Attias-Donfut & Segalen, 1998). A condição de ser avô ou avó se modificou ao longo do percurso

da vida, em que anteriormente não eram protagonistas nas cenas das relações familiares. No entanto, devido às mudanças significativas na sociedade contemporânea, explicitadas anteriormente, os avós passaram a ocupar novos papéis.

A partir da década de 1980 houve um crescimento do interesse da comunidade científica em pesquisar sobre avós. A mudança ocorreu devido ao aumento da expectativa de vida, ocasionando o maior número de famílias multigeracionais (Cardoso, 2011). Essa convivência entre as gerações provocou mudanças nos laços intergeracionais que, por sua vez, implicaram em diferenças no significado do papel desempenhado pelos avós na relação com os netos.

De acordo com os estudos de Dias e Silva (1999), embora seja nos anos 1980 que tenha ocorrido o aumento considerável das pesquisas sobre avós, na década de 1960, já era possível entender especificidades da relação entre avós e netos ao longo do desenvolvimento. Neste período, os avós desempenham um papel mais tradicional, como narrar histórias infantis, participar de brincadeiras e visitar os netos. Segundo a autora António (2010), neste período assistiu-se à generalização do modelo de família nuclear e uma certa anulação da posição dos avós, colocando-os em segundo plano.

A partir das décadas de 1970 e 1980, os estudos sobre avós evidenciaram suas funções no contexto familiar, sendo associados a papéis de poder, controle, apoio emocional e financeiro. A autora Dias (2022) destaca que, nos anos de 1970, houve a incursão dos valores da chamada “geração de 60”, em que se fincou a liberdade e novas formas de relacionamento, paralelamente o aumento da gravidez na adolescência, divórcios, trabalho feminino remunerado e famílias monoparentais. Nesse momento houve uma redefinição e revalidação do papel dos avós, contribuindo para a generalização da ideia de que os avós seriam os únicos salvadores da família.

No Brasil, a partir dos anos de 1980, surge um novo perfil de ser avó, associado à imagem idealizada de avó cuidadosa, que se envolve nas brincadeiras de seus netos e que não mede esforços para agradá-los, seja por meio da culinária, confecção de brinquedos artesanais ou qualquer outra atividade.

As investigações científicas acerca de avós se debruçaram sobre os fenômenos sociais a partir da década de 1980, podendo ser atribuídos a diversas mudanças na sociedade contemporânea, tais como: a participação cada vez maior da mulher no mercado, recomposição familiar, separações conjugais, a monoparentalidade, sobrecarga de trabalho. Esses e tantos outros fatores

propiciaram o cenário em que os avós têm assumido papéis de importância crescente nos relacionamentos familiares.

Nos anos 1990, as pesquisas sobre avós continuaram a refletir os acontecimentos da época anterior, em que esses avós se constituíam em importantes fontes de apoio nos momentos complexos no âmbito familiar. Porém, acrescidos também do progressivo aumento da longevidade humana, que trouxe como consequência a maior convivência entre as gerações da família, conforme aponta Dias (2022). Os estudos na época também focalizaram nas famílias multigeracionais, que são aquelas formadas por várias gerações e, muitas vezes, os membros da família coabitam, em consequência, principalmente, dos problemas econômicos gerados pela falta de emprego, separações/divórcios. Neste mesmo período, foi constatado o aumento de diferentes tipos de configurações familiares, o que também contribuiu para mudanças nas relações entre avós e netos, trazendo à tona as vantagens e desvantagens dessa convivência.

Dos anos 2000 em diante, essas questões continuam a ser investigadas, incluindo a procura pelo Judiciário, por parte dos avós, devido a diversos fatores que ocasionam uma demanda judicial dos netos (negligência, abuso de substâncias químicas, maus-tratos, doenças e etc.). Sobre a investigação científica, com o reconhecimento do significativo envelhecimento da população mundial, as pesquisas passaram a focalizar o relacionamento entre avós e netos nos diferentes ciclos de vida da família, nas diversas configurações familiares, no protagonismo sobre os bisavós e sua importância na família e na sociedade, conforme aponta Dias (2022). Além disso, foram desenvolvidas pesquisas sobre os avós como responsáveis pelo provimento familiares e na função de cuidadores de netos.

Conforme apresentado acima, no decorrer do tempo, vivenciamos muitas transformações na sociedade e, conseqüentemente, a modificação também referente à imagem dos avós. Se antes tínhamos avós restritos ao lar e disponíveis para os netos, atualmente, é possível identificar avós praticando atividades físicas, inseridos no mercado de trabalho remunerado e envolvidos em tantas outras funções.

Atualmente, segundo Cardoso (2011), existem, de forma ainda mais acentuada, diferentes idades em que uma pessoa pode se tornar avô ou avó, podendo observar o surgimento de avós cada vez mais jovens, como também avós com idades cada vez mais avançadas. Neste contexto, é possível identificar tanto pessoas se tornando avós aos 35 anos de idade quanto aos 70 anos. As

avós anteriormente eram representadas como figuras encurvadas, de passo trôpego, pele enrugada, cabelo branco e com coque, avental por cima do vestido e sentadas na cadeira de balanço, prontas para contar histórias ou fazer guloseimas. Hoje, isso ainda pode ocorrer, mas com menos intensidade, reforçando que não existe mais um padrão a ser seguido para o papel e imagem de avós. Portanto, ser avós com 50 ou com 80 anos mobiliza funções de afeição, energia, saberes e recursos de formas distintas.

Atualmente, é possível que algumas particularidades nas diferentes configurações e dinâmicas familiares (separação, demandas de trabalho dos pais, abandono parental, doença, morte de algum dos genitores, entre outros) levem os avós a desempenhar a função de pais substitutos e cuidadores. Deste modo, os avós efetivamente passam a ser importantes redes de apoio, segurança, estabilidade e suporte emocional para os seus filhos nos momentos de dificuldade familiar (Pinto et al., 2014; Vitale, 2015).

Compreender as avós como responsáveis pela família e pela educação dos netos é um fenômeno recente, o qual proporciona que várias gerações morem e convivam em um mesmo ambiente. Este convívio intergeracional pode ser estimulado, visando a um benefício mútuo, com a troca de afetos, de conhecimento, comunicação entre as gerações, ao mesmo tempo em que explicita conflitos intergeracionais quanto a concepções e práticas de cuidados de crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar que assim como os pais, as avós também desempenham um papel educativo junto aos netos, porém a interferência na educação dos deles, as normas contraditórias impostas pelos avós e figuras parentais, os desejos díspares em relação aos cuidados compartilhados, podem potencializar conflitos intergeracionais, ainda mais quando as avós vivem na mesma casa que seus filhos(as) e netos(as).

Em relação a essa abordagem, vê-se que uma ampliação do número de lares em que se verifica a coabitação, nos quais várias gerações residem juntas, assim como aqueles que criam seus netos integralmente. Nessa circunstância, eles são chamados de “pais substitutos”, que se refere àqueles avós que cuidam parcial ou permanentemente, “avós em tempo integral”, “avós com custódia” (quando detêm a guarda dos netos judicialmente), “avós cuidadores”, e também “avós guardiões”, aqueles que criam os netos (Dias et al., 2005). Pode-se perceber que são diversas as situações que, entrelaçadas a uma multiplicidade de motivações, levam os avós a participar da vida dos netos assumindo relevância para a família e para a comunidade (Dias et al., 2010).

De acordo com Attias-Donfut e Segalen (2001 apud Cardoso, 2011, p. 247),

Os avós têm hoje em dia, em função do aumento da expectativa de vida, o privilégio de ver seus netos nascerem, crescerem e tornarem-se pais. A longa duração da fase de avós permite o estabelecimento de relações duradouras e o exercício de influências recíprocas. Ela se decompõe em muitos períodos bem distintos.

Ao discorrer sobre papéis atribuídos aos avós nas famílias, Oliveira (2007) afirma que eles estão relacionados ao contexto social e cultural no qual a família está inserida e classifica esses papéis desempenhados pelos avós em três formatos: participativos, cuidadores voluntários e cuidadores involuntários. Sobre o papel participativo, a autora define como “ocorrem quando os avós não são responsáveis por seus netos, mas estão presentes em suas vidas, podendo estar envolvidos total ou parcialmente” (Oliveira, 2007, p. 36). Para a autora, ajudar financeiramente, ajudar durante a gravidez ou no nascimento dos netos e cuidar dos netos esporadicamente, são apoios que estes avós, com papéis participativos provêm enquanto parte da rede social das famílias. Os avós considerados cuidadores voluntários, são aqueles que cuidam dos netos rotineiramente, quando, por exemplo, os pais estão exercendo as suas atividades profissionais e os avós aceitam cuidar dos netos. Por fim, os avós com papéis de cuidadores involuntários são aqueles que assumem a tarefa de cuidar dos netos cotidianamente, são os responsáveis pelas crianças e acabam recebendo a guarda de seus netos. Nesses casos, os avós criam os netos e acabam assumindo a parentalidade deles.

De acordo com Vitale (2015) tornar-se avô/avó pode não ser um processo representado somente por vivências prazerosas. Existe uma idealização dos avós, no sentido de que esses papéis sejam desempenhados por pessoas perfeitas e em condições ideais, o que distancia a possibilidade de existir ambivalências e sentimentos conflituosos no exercício dessas funções (Pinto et al., 2014).

Para Lins de Barros (1987), os avós são os agentes de movimento de socialização dos papéis materno e paterno da família. Segundo a autora, com o nascimento dos netos o ciclo familiar ganha novos contornos, sendo a presença das avós intensificada nas relações familiares. Nesse momento, os avós passam a ter a atribuição de também ensinar e auxiliar os pais de seus netos a desempenharem suas funções parentais e prosseguirem com as mudanças instaladas a partir do nascimento de uma criança na família.

Ao realizar sua pesquisa com avós franceses e brasileiros, Peixoto (2000) compartilha que, no processo de transmissão entre gerações, a maior preocupação dos avós diz respeito à educação e à formação profissional dos

netos. Porém, os avós ajudam financeiramente e também supervisionam os deveres escolares quando cuidam dos netos. A autora observou que as transmissões materiais e afetivas, assim como diversos apoios, seja emocional, financeiro e outros, compõem a prática exercida entre as gerações. Sendo assim, Peixoto conclui que “os avós são o apoio com que os netos podem contar, ainda que não compartilhem concepções de vida semelhantes” (Peixoto, 2000, p.110).

Diante da representação dos avós no contexto familiar, Attias-Donfut e Segalen (1998) destacam que os avós aparecem como personagens-chave diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e da monoparentalidade. Eles se apresentam tanto como rede de apoio, mesmo para famílias mais pobres, como laços entre as gerações, os quais conferem identidade à história familiar.

Ao longo dos estudos, observa-se, na literatura, que os avós efetivamente passam a ser importantes redes de apoio familiar, exercendo o apoio afetivo e moral, bem como suporte financeiro para seus filhos e netos, principalmente quando os filhos se deparam com situações complexas e encontram dificuldade em conciliar as atribuições profissionais, pessoais e parentais. Dessa forma, muitas vezes, são os avós que participam efetivamente da criação dos netos para que mãe e/ou pai possam desempenhar suas funções profissionais, situação já assinalada por alguns autores, como Attias-Donfut e Segalen (2001), Lins de Barros (2005) e Peixoto (2004).

Acompanhando os estudos acima, Cardoso (2011) verificou que, na realidade brasileira, há mulheres que são avós e que necessitam trabalhar. Essas avós encontram disposição para ajudarem os filhos, quer seja na organização doméstica, com ajuda financeira, quer cuidando dos netos nos momentos possíveis. Em relação a essa abordagem, a autora verifica que os avós podem ser considerados atores sociais importantes na vida de seus netos e das famílias.

Em outro aspecto, alguns estudos apontam que os avós, já aposentados e estabilizados financeiramente, se apresentam com mais disponibilidade para cuidar dos netos e conseqüentemente acabam por exercer o apoio afetivo e moral. Bem como suporte financeiro para seus netos, desempenhando uma importante rede de apoio, ocupando, em muitos momentos, o lugar de cuidadores integrais dos netos (Pinto et al., 2014; Vitale, 2015).

A discussão empreendida por Sampaio (2008) indica que os avós de hoje são pessoas dispostas a ajudar na condução da vida familiar, sobretudo no momento de dificuldade, se tornando ativos e presentes. A autora reforça que os avós emergem no cenário contemporâneo como apoio com que os pais contam para a tarefa de cuidar e até de educar. Ressalta também que os avós são os que

podem garantir os valores familiares e assegurar o futuro dos netos, dando continuidade à família.

(...) Os avós são os grandes educadores da atualidade. Presentes em muitos momentos decisivos da vida das crianças e adolescentes desempenham um importante papel de ajuda aos pais, mas são também os reservatórios da família, que asseguram a continuidade da história da família ao longo das gerações (Sampaio, 2008, p. 15).

Outro aspecto a ser levado em conta é quando se trata de conflitos na conjugalidade, em que os avós também são considerados uma importante rede de apoio aos netos e ao próprio casal. Por meio da experiência, habilidade e capacidade de compreensão, os avós podem ajudar o casal nas renegociações de seus relacionamentos. Desta forma, com relação às questões relativas à separação dos pais, muitos avós lutam por maior contato com as crianças, acreditando que a presença será importante para perpetuar o vínculo com a família extensa, conforme sinaliza Cardoso (2011).

Contudo, é possível observar, a partir dos estudos de Coutrim et al. (2007) e Lopes et al. (2005), também os efeitos negativos do compromisso de cuidado com os netos como: sobrecarga financeira; conflito com os filhos pela educação das crianças; queda na qualidade de saúde física e emocional; perda da privacidade; interferência na vida social e familiar; cansaço e esgotamento emocional.

No estudo sobre conflitos entre avós e pais, produzido por Attias-Donfut e Segalen (2011), as autoras identificaram três motivos prováveis: a educação das crianças, que representa o ponto de maior conflito intergeracional; o problema de distanciamento, pois os pais se queixam tanto da falta de ajuda dos avós quanto da intromissão destes no dia a dia; a rivalidade entre esses dois eixos parentais (pais e avós).

Nota-se que, nos cuidados dos netos, os choques culturais e as diferenças nos modos de ser família podem ser exacerbados, desenvolvendo conflitos entre pais e avós. De acordo com Vitale (2002), é importante destacar que no sistema de trocas familiares é possível identificar laços de solidariedade, mas também conflitos intergeracionais. As redes de solidariedade não são uma instância linear esvaziada de contradições.

Desta forma, é fundamental compreender sobre os significados relacionados aos conflitos intergeracionais que decorrem a partir compartilhamento do cuidado a figuras parentais e avós. Tais aspectos serão objetivos da discussão do próximo capítulo.

## 4

### **Cuidado compartilhado por avós e figuras parentais e conflitos intergeracionais**

Neste capítulo serão apresentados resultados obtidos a partir da análise do material produzido na pesquisa de campo<sup>31</sup>, que tem por objetivo apreender os sentidos atribuídos por avós e figuras parentais ao cuidado compartilhado e identificar principais conflitos intergeracionais decorrentes de tal compartilhamento. Vale destacar que, para organizar a análise e apresentação dos resultados que serão expostos - após extensa e repetida leitura do material empírico produzido por entrevistas -, foram formulados eixos de análise, posteriormente decompostos em núcleos de sentido que, por sua vez, foram detalhados em ideias associadas. O trabalho indutivo, levado a cabo, teve a intencionalidade de desagregar os conteúdos das dez entrevistas realizadas para, posteriormente, agrupá-los sob categorias que permitissem contemplar e analisar os sentidos atribuídos pelas entrevistadas e pelo entrevistado.

O conteúdo analisado será fundamentado à luz das reflexões teóricas apontadas nos capítulos anteriores. Destarte, o estudo encontra-se estruturado, inicialmente, acerca do caminho metodológico adotado para a construção e desenvolvimento da pesquisa, pontuando as etapas percorridas para o recorte do objeto e escolha do referencial teórico, do instrumento para obtenção de dados e o método de análise dos resultados da pesquisa empírica.

Por conseguinte, evidencia-se os cuidados éticos estabelecidos para pesquisas que envolvam seres humanos. Apresenta-se a caracterização e inserção no campo, a caracterização das famílias entrevistadas e os resultados da pesquisa, organizados em dois eixos de análise: Cuidado Compartilhado e Conflitos Intergeracionais.

De acordo com Araújo (2019), baseada em Valladares (2005), é importante frisar que as produções científicas são elaboradas diante de um contexto específico, desenvolvidas a partir de um olhar e um momento histórico. Portanto, este estudo não pretende se esgotar, mas apresentar uma síntese interpretativa, elaborada levando em conta as informações acessadas e incorporadas por meio

---

<sup>31</sup> A pesquisa de campo para Minayo (2012) pode ser compreendida como um recorte que o pesquisador realiza em termos de espaço, representando uma realidade empírica ao ser investigada a partir das fundamentações teóricas que embasam o objeto da investigação (Santos, 2020, p. 103).

desta produção acadêmica, em consonância com os referenciais teóricos utilizados e pesquisas relacionadas ao tema.

#### **4.1. Percurso Metodológico**

Esse estudo, no intuito de alcançar os objetivos propostos, respaldou-se nos princípios de pesquisas qualitativas, que são compreendidas por Gomes *et al.* (2007, p. 566) como práticas interpretativas que contemplam os sentidos que os sujeitos atribuem aos fenômenos e ao conjunto de relações em que eles se inserem.

Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa tem como objetivo trabalhar com os significados, os sentidos, as crenças, os valores e atitudes. Para a autora, esse conjunto de fenômenos humanos compõem a realidade social e é acrescida pelas interpretações de cada pessoa sobre as suas ações, em dada realidade, compartilhada com os seus semelhantes. Deste modo, o objeto das pesquisas desta natureza pode ser identificado a partir das suas relações, representações e intenções.

Para Flick (2009), o método qualitativo é de grande relevância para o estudo das relações sociais, considerando a pluralização das esferas de vida. Assim, a abordagem qualitativa permitiu perceber a variedade de perspectivas sobre o objeto da pesquisa, tais como os diferentes contextos, pontos de vista e significados sociais e subjetivos dos atores pesquisados.

Apoiando-se em Minayo (2012), cabe destacar que a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, em um nível de realidade e subjetividade que não pode ser mensurado por números, ou seja, quantitativamente. Logo, a diferença entre ambas as abordagens não está na hierarquia, mas sim, na natureza de cada uma.

Santos (2020), baseada em Minayo (2012), destaca que algumas das representações da realidade são constituídas, por exemplo, pela forma de pensar, pelas crenças, pelos sentimentos, pelas condutas, pelas projeções para o futuro e por comportamentos, corroborando com o material qualitativo e as múltiplas dimensões da realidade estudada.

(...) são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Os cientistas sociais

costumam denominar esses últimos como dados subjetivos, pois só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa (Minayo, 2012, p. 65).

O processo de análise, ao considerar os sentidos que os sujeitos atribuem às relações nas quais estão inseridos, terá como referência os princípios hermenêutico-dialéticos, podendo ser compreendidos por meio de Gomes *et al.* (2007):

Tal abordagem se ancora na hermenêutica-dialética, que articula uma atitude hermenêutica (voltada para o sentido do que é consensual, da mediação e do acordo) e um posicionamento dialético (orientado para a diferença, o contraste, o dissenso, a ruptura de sentido) (Gomes et al., 2007, p. 566).

Corroborando essa informação, Jesus (2021) alude que o método de interpretação de sentidos baseia-se em princípios hermenêutico-dialéticos, articulando o sentido que é consensual e, em acordo entre os entrevistados (hermenêutica), com aquilo que se destaca como diferente e contrastante, uma ruptura do sentido mais condizente a formas de compreender e interpretar a realidade socialmente disponível para todos (dialética).

Ainda nessa discussão, pode-se dizer que diante das complexidades que atravessam as dinâmicas familiares, e que em distintos contextos sociais, se assumem diferentes perspectivas a partir dos atores envolvidos. E, como já assinalado, a pesquisa se fundamentará com base no método de interpretação de sentidos, no qual as falas dos sujeitos sociais adquirem centralidade na análise, à medida que devem ser compreendidas em seu contexto.

Vale destacar que a escolha por esse método de pesquisa tomou relevância a partir da minha inserção e discussões realizadas no Núcleo de Estudos sobre Famílias, Violência e Políticas Públicas - FAVIPP<sup>32</sup>, e também do acesso às produções científicas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores no âmbito desse grupo de pesquisa. Assim, possibilitando o aprofundamento e a problematização das dimensões conceituais acerca de famílias (Oliveira, 1999, 2011, 2017, 2019), concepções e práticas de cuidados em famílias na contemporaneidade (Ribeiro, 2016, 2019, 2023; Kehdi, 2017), reflexões pertinentes às relações de gênero (Araújo, 2015; Jesus, 2021; Brotto, 2023),

---

<sup>32</sup> Núcleo de estudos constituído por pesquisadoras e pesquisadores em diversos estágios de formação, que possuem como áreas de interesses temas como Famílias, Violência e Políticas Públicas, cujos encontros são realizados mensalmente no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob liderança do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira. Destaco que através do site [www.favipp.com.br](http://www.favipp.com.br) é possível acessar a produção acadêmica resultante do trabalho de integrantes do FAVIPP.

contribuições fundamentais para a utilização do método, de acordo com Araujo (2019) e tantos outros trabalhos que foram utilizados para fundamentar a análise.

Nesse sentido, o mote desta pesquisa se concentrou em apreender os sentidos que figuras parentais e avós atribuem ao conflito intergeracional, que decorre do cuidado compartilhado entre eles.

Antes de adentrarmos na discussão dos eixos de análise – Cuidado Compartilhado e Conflitos Intergeracionais –, faz-se necessária a compreensão dos aspectos éticos da pesquisa, a caracterização do campo empírico, uma breve caracterização das famílias e posteriormente a dinâmica familiar das/os participantes desta pesquisa.

Como técnica na produção de dados, utilizou-se as entrevistas semiestruturadas com famílias que são atendidas pelo Programa Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, no âmbito do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA), e posteriormente ampliado para o Programa Evoluir, ambos desenvolvidos pela Casa da Criança e Adolescente, em Nova Friburgo/RJ. A participação das famílias ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice 1, documento fundamental, em que constam informações detalhadas sobre a pesquisa. O TCLE foi assinado em duas vias, ficando uma sob posse das/os participantes da pesquisa.

De acordo com Flick (2009), a técnica utilizada permite que as perspectivas dos entrevistados sejam expressas mais livremente que em um questionário padronizado. Assim, a entrevista permitiu que as pessoas entrevistadas respondessem às perguntas com liberdade, autonomia e espontaneidade, expondo sentidos e significados sobre as questões que eram postas. Para Minayo (2012), as entrevistas podem ser identificadas como *conversas com finalidades* e se caracterizam pela sua forma de organização. Logo, uma das formas de classificação é a semiestruturada, sendo identificada como uma combinação de perguntas fechadas e abertas, em que a pessoa entrevistada tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Vale destacar que, no momento de apresentação do TCLE, com o intuito de fornecer informações que permitisse a potenciais participantes conceder (ou não) consentimento devidamente livre e esclarecido, foi explicado que, a despeito de a entrevista ocorrer na sede de uma instituição à qual comparecem em função de uma situação de violência, esta não seria a temática da entrevista. No entanto, também lhes foi dito que isso não as/o impedia de, caso achassem necessário, abordar algo a respeito. Igualmente, a pesquisadora tratou de enfatizar que

nenhum conteúdo ali abordado seria objeto de compartilhamento com a equipe da Casa da Criança e do Adolescente, responsável pelo atendimento da família, sendo utilizado unicamente para os objetivos da pesquisa. Esta estratégia foi tomada devido à complexidade da temática relativa à violência, que não estava no escopo da pesquisa e poderia causar desnecessário desconforto, pois trata-se de analisar conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade.

Dito isso, buscando responder à questão central da pesquisa, foram elaborados dois roteiros específicos, um para avós e o outro para figuras parentais, funcionando como guias para as entrevistas. Assim, os respectivos roteiros das entrevistas semiestruturadas foram divididos em dois blocos, sendo o primeiro, para identificar o perfil socioeconômico e familiar (Apêndices 2 e 3) e o segundo, contou com questões norteadoras sobre a temática (Apêndices 2 e 3), contendo “questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindas, obviamente, da definição do objeto de investigação” (Minayo, 1996, p. 121). Ressalta-se que “o roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados” (Minayo, 1996, p. 122).

A ida ao campo ocorreu inicialmente no período de dezembro de 2024 com o objetivo de identificar e analisar, juntamente com a equipe técnica, os casos específicos acerca das famílias envolvidas, com o intuito de selecionar potenciais participantes que estivessem em avaliação interdisciplinar no NACA - Nova Friburgo e reunissem condições de abordar os temas que compuseram o roteiro de entrevista sem lhes causar revitimização, caracterizada por processos de intervenção que agravam a situação conflitiva que as trouxe para atendimento no Programa. Esse processo foi feito com atenção aos critérios de exclusão, que tornavam inelegíveis casos em que avós eram cuidadores exclusivos, sem a presença de, ao menos, uma figura parental, ou figurassem como alegados(as) autores de violência que conduziu a família ao atendimento na Instituição.

A partir da análise referente aos casos separados pela equipe técnica do NACA - Nova Friburgo, foi constatado que alguns deles não faziam parte dos critérios estabelecidos acima, principalmente por compreender que avós eram exclusivamente responsáveis pelo exercício da parentalidade, ou seja, não compartilhavam o cuidado com outra figura parental, dinâmica fortemente marcante nos casos acompanhados por este programa. Outro ponto a ser destacado são os casos que, mesmo identificados dentro dos critérios de inclusão, possuíam histórico recorrente de não comparecimento aos atendimentos, quando

agendados pela equipe técnica, o que seria um dificultador para a pesquisa ao tentar acessar às famílias. Contudo, percebemos, que, mesmo contemplando todos os critérios de inclusão, haveria dificuldades de acessar às famílias em que cuidados fossem compartilhados por avó ou avô com alguma figura parental.

Desta forma, foi decidido, em conjunto com a Instituição, abarcar também possíveis casos do Programa Evoluir que atendessem aos critérios de inclusão e pudessem contribuir com a pesquisa empírica, sem resultar em revitimização das famílias. Sendo assim, foi realizado o mesmo processo junto à equipe técnica do programa supracitado, que possui trabalho voltado para o acompanhamento multiprofissional de crianças, adolescentes e famílias, atuando diretamente com a superação dos impactos decorrentes da violência.

Isto posto, foram selecionados previamente, pelas equipes dos programas, 27 (vinte e sete) casos que envolviam avós e figuras parentais no cuidado compartilhado e, diante desse quantitativo, quatro casos pertenciam ao Programa NACA e 23 (vinte e três), ao Programa Evoluir. Ao realizar leitura detalhada e analisar todos esses casos, foram excluídos 15 (quinze) casos no total, considerando dois referentes ao NACA e 13 (treze) do Programa Evoluir, avaliando que não atendiam aos critérios de pesquisa. Diante disso, restaram 12 (doze) casos para serem analisados juntamente com as equipes dos dois programas e compreender a viabilidade dessas famílias participarem da pesquisa. Vale destacar que o número de casos corresponde ao número de crianças/adolescentes. Logo, temos 12 (doze) crianças/adolescentes distribuídos por oito famílias selecionadas.

Cada família foi consultada, em primeiro lugar, pela equipe técnica responsável por seu atendimento. Neste sentido, a mediação da equipe técnica (assistentes sociais, psicólogos e coordenação) foi fundamental para realização das entrevistas com as famílias em questão, como de fato, desde o início do levantamento e da identificação de casos potencialmente elegíveis para a pesquisa.

A fim de minimizar desgastes para as famílias que se disponibilizaram a participar da pesquisa, as entrevistas foram programadas para ocorrer em dias nos quais já havia agendamento para realização de atendimentos técnicos, quando a pesquisadora se deslocava do Rio de Janeiro para Nova Friburgo. Ao final, cinco famílias compareceram aos agendamentos, sendo que para cada família foram realizadas duas entrevistas, uma com a figura parental e outra com a avó ou o avô. Findas essas dez entrevistas semiestruturadas e obedecendo ao critério de saturação de informações – caracterizado pela ocorrência recorrente

de repetições nos conteúdos das respostas, evidenciando a ausência de informações novas às questões constantes dos roteiros –, a pesquisadora decidiu pelo encerramento do processo de produção de dados empíricos.

A divisão da entrevista ocorreu da seguinte forma com as famílias: *Família A*: Mãe e Avó Materna; *Família B*: Mãe e Avó Materna; *Família C*: Mãe e Avó Paterna; *Família D*: Mãe e Avó Materna; *Família E*: Mãe e Avô Materno. A maioria das pessoas entrevistadas era do sexo feminino, no total de 9, sendo somente um do sexo masculino, o avô materno. Todos residiam na cidade de Nova Friburgo/RJ, porém em bairros distintos.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio por intermédio do gravador de voz do aparelho telefônico, formato mp3, e posteriormente transcritas na íntegra. O tempo total das entrevistas foi de 03 horas e 50 min, chegando a média de aproximadamente de 25 min por entrevista. A de menor duração contou com 08 minutos, realizada com a Mãe da Família E. Já a entrevista mais longa foi realizada com a Avó materna da Família B, com a duração de 35 minutos. O tempo de cada entrevista dependeu do nível de compreensão da pergunta, do desenvolvimento da resposta, havendo pessoas com maior facilidade para responder às questões ou necessidade de fala, umas ocorrendo de forma mais detalhada e outras sendo mais objetivas.

Apoiando-se nos estudos de Romeu Gomes (2007), foi utilizado o método de interpretação de sentidos para análise dos dados empíricos. Segundo o autor, este método busca desvendar os contextos, “revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema” (Gomes, 2015, p. 105). Ou seja, ele busca os sentidos das falas e das ações, indo além do descrito.

Por meio dos princípios hermenêutico-dialéticos, analisou-se as ideias que se diferenciam e os pontos comuns, os encontros e as divergências nas falas das figuras parentais e avós que compartilham o cuidado. Levou-se em consideração que sentidos e significados que os sujeitos atribuem a determinado objeto estão associados a seus valores moral e ético, sua cultura, contexto familiar, econômico e de classe.

Assim, para a análise dos dados, as transcrições foram lidas de forma atenta, buscando estabelecer maior aproximação com o que foi dito ao longo das entrevistas, agrupando aquelas que se assemelhavam e destacando aquelas que contrastavam das demais, identificando os consensos e particularidades sobre as questões apresentadas.

Posteriormente, seguindo o passo a passo detalhado por Gomes *et al.* (2005), buscou-se, graças à exploração do material, identificar os núcleos de sentidos para, somente então, desenvolver uma síntese interpretativa que articulasse os referenciais teóricos apresentados e o material empírico resultante da pesquisa de campo.

#### **4.2. Aspectos Éticos da Pesquisa**

Respeitando as normativas éticas de pesquisa no campo das Ciências Sociais e Humanas, conforme estabelece as Resoluções 466/2012 e 510/2016, que dispõe sobre as normas para “pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2016), esta pesquisa, a fim de responder às garantias éticas previstas nas respectivas resoluções, foi submetida à apreciação e análise da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC/Rio, com o parecer aprovado pela Comissão de acordo com o protocolo 94-2024 (Anexo 1). Também foi providenciada a carta de anuência referente à Instituição Casa da Criança e do Adolescente localizada em Nova Friburgo/RJ, autorizando a realização da pesquisa de campo no âmbito de seus programas (Anexo 2).

Para assegurar a atenção à dimensão ética dos procedimentos de produção e análise de dados para esse estudo, em conformidade com as normas supracitadas do CNS, são indicados, a seguir, esclarecimentos sobre os potenciais benefícios e riscos que envolvem o projeto de pesquisa.

Acerca dos benefícios, o estudo poderá produzir resultados que auxiliem na compreensão de conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade, elemento relevante para processos de elaboração e implementação de políticas públicas destinadas a famílias e cuidados.

A pesquisa em questão possui relevância, uma vez que ao considerar as famílias como uma instituição idealizada e um espaço de disputa de poder entre gêneros e gerações, se compreende que as relações são permeadas por conflitos, disputas, acordos e concessões, ocasionando importantes consequências a indivíduos e relações familiares.

Sobre os riscos, ao se tratar de situações relacionadas à vida pessoal de participantes envolvidos na pesquisa, a entrevista poderia ocasionar sentimentos ambivalentes, com potencial ansiogênico. Visando a minimizar tais riscos, cada participante foi informado, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice 1, acerca da possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento ou não responder a perguntas que lhe causassem desconforto, sem incorrer em nenhuma consequência para sua relação com a equipe dos supramencionados programas ou com a pesquisadora. E, sendo necessário e do desejo da/o participante, havia o compromisso de viabilizar acesso a atendimento especializado, sendo certo que as famílias acompanhadas no Programa Evoluir já dispunham desse suporte.

Igualmente, houve o compromisso explícito em preservar o anonimato dos participantes, bem como o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas. Sendo assim, a fim de que possa evitar a sua identificação, foi retirada qualquer citação referente ao local, nomes dos envolvidos nos acontecimentos ou informações que concorram para tal. Outros cuidados éticos foram devidamente explicitados no TCLE.

### 4.3. Caracterização e Inserção no campo de pesquisa



Figura 5 - Instituição Casa da Criança e do Adolescente, Nova Friburgo/RJ.  
Fonte: Foto disponibilizada pela Casa da Criança e Adolescente, Nova Friburgo/RJ.

Conforme mencionado, a escolha pelo Programa Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente - NACA, como campo de realização da pesquisa, ocorreu a partir da minha experiência profissional e que subsidiou as problematizações, delimitando a temática estudada. Contudo, a escolha da unidade desse programa de âmbito estadual, a partir da qual se daria o acesso a famílias que atendessem aos critérios de inclusão na pesquisa, deveu-se à proximidade do trabalho desenvolvido pela Instituição Casa da Criança e Adolescente, localizada em Nova Friburgo/RJ, que tem como supervisor técnico de seus programas o orientador desta pesquisa, possibilitando o conhecimento de que conflitos intergeracionais perpassavam os atendimentos realizados.

Aliado a isso, o vínculo previamente estabelecido também contribuiu, promovendo o acesso ao campo e facilitando a relação de confiança. Todo esse contexto proporcionou a oportunidade de apresentar o projeto, identificar o interesse das equipes técnicas pela temática, com possibilidade de problematizar e analisar alguns casos diretamente com responsáveis pelo atendimento às famílias e identificar os que poderiam contribuir para o aprofundamento do estudo em questão, minimizando a ocorrência de possíveis processos de revitimização.

A inserção neste campo possibilita a amostra por conveniência, conforme aponta Gomes (2007, p. 566), atendendo aos seguintes princípios para essa delimitação: sujeitos de pesquisa escolhidos a partir da detenção de atributos relacionados a que se pretende estudar (no caso, famílias atendidas pela equipe interdisciplinar com dinâmica marcada pela existência de cuidado compartilhado entre avós e figuras parentais e conflitos intergeracionais); número de sujeitos suficientes para que tenha reincidência de informações e seja possível estabelecer um debate teórico sobre a temática.

A Casa da Criança e do Adolescente é uma Organização da Sociedade Civil, de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, localizada na região serrana de Nova Friburgo, município do estado do Rio de Janeiro, fundada em 16 de julho de 1996. No que tange ao trabalho proposto pela Instituição, ela atua no âmbito do atendimento, da promoção, da prevenção e da proteção básica às crianças, aos adolescentes vítimas de quaisquer violências, assim como famílias em situação de risco ou de vulnerabilização.

A sua área de atuação abrange 11 (onze) municípios da região serrana: Nova Friburgo, Bom Jardim, Carmo, Cachoeiras de Macacu, Cordeiro, Cantagalo, Sumidouro, Duas Barras, Macuco, Teresópolis e Trajano de Moraes, conforme visualizados no mapa abaixo. A Instituição possui também atuação na região do Médio Paraíba, onde se localiza a sede principal.

## REGIÃO SERRANA

### MUNICÍPIOS



Figura 6 - Mapa da Região Serrana.  
Fonte: Galdo (2014).

A chegada das famílias na CCA ocorre por meio dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA), que encaminham casos na perspectiva de obter intervenção interdisciplinar qualificada que subsidie a tomada, pelos órgãos competentes, de medidas cabíveis de acordo com a notificação. Conseqüentemente, após uma análise minuciosa, as famílias são direcionadas aos programas de acordo com as suas demandas e seu perfil. Destarte, a Instituição executa - nas duas regiões em que atua - sete programas nos segmentos de Prevenção, Avaliação e Acompanhamento de crianças e adolescentes, sendo eles o Programa NACA, Programa Evoluir, Programa Curumim, Programa Íris, Projeto Cuidar, Apoio à Família e Programa de Atenção a Adolescentes e Crianças.

Deste modo, a realização da pesquisa empírica nesse local contemplou os Programas NACA e Evoluir, compreendendo o acesso e perfil das famílias, conforme mencionado anteriormente, e também adesão da família ao acompanhamento e o vínculo estabelecido com a equipe de referência, principalmente às famílias acompanhadas no Programa Evoluir.

Ao falar sobre o NACA, o programa teve seu convênio estabelecido junto à Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro (FIA), a partir de 1999, para atuar no âmbito da *Avaliação* interdisciplinar de crianças e adolescentes até 18 (dezoito) anos incompletos ou 21(vinte e um) anos, se for pessoa com deficiência, quando há suspeita de violência doméstica/intrafamiliar. No tocante ao processo de avaliação, o NACA de Nova Friburgo possui uma equipe técnica

multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais, Advogado, Coordenador de Núcleo e Supervisor de Equipe.

O Programa Evoluir teve início no ano de 2022 pela indicação de emenda parlamentar, com o objetivo de realizar o *Acompanhamento Familiar* especializado de crianças, adolescentes e suas famílias vítimas de violência doméstica e familiar. O programa oferece acompanhamento psicológico, psicopedagógico e social e atualmente atende 150 crianças e adolescentes. Neste mesmo programa, funciona também atividade de prevenção à violência contra crianças e adolescentes, sendo realizada por profissionais da área do Serviço Social e que atuam diretamente na instrumentalização com Equipes Técnicas dos municípios da região serrana.

Ambos os programas buscam incluir, seja no processo de avaliação ou no acompanhamento, pessoas que fazem parte do contexto familiar da criança/adolescente, sendo crucial a análise dos vínculos familiares e sociais estabelecidos. Assim como das questões subjetivas em jogo, com vistas a interferir no contexto em que supostamente estejam sendo vivenciadas situações de sofrimento e/ou violação de direitos.

Desta forma, foi possível observar a participação de avós na criação de netos(as), fazendo parte da rede de suporte, considerando a intensificação de atividades, remuneradas ou não, das mulheres mães, a precariedade de políticas públicas e a pouca participação paterna no exercício da parentalidade.

#### **4.4. Caracterização das famílias**

Este tópico apresentará uma breve caracterização das famílias, considerando que tais dados podem subsidiar com informações objetivas para compreensão das dinâmicas que as caracterizam. Os dados aqui apresentados são oriundos de perguntas sobre o início do compartilhamento do cuidado, de registros existentes na pasta de cada família atendida pelos programas Evoluir e NACA e, principalmente, a partir do pequeno questionário sociodemográfico elaborado pela pesquisadora, no intuito de conhecer o perfil das famílias entrevistadas, respondido no início de cada entrevista.

O questionário foi composto pelos seguintes itens: Gênero; Idade; Escolaridade; Cor/Raça; Religião; Ocupação; Profissão; Inserido no Programa de Transferência de Renda; Distribuição de renda familiar; Estado Civil e Composição

familiar. É importante registrar que, na identificação das cinco famílias, os integrantes foram intitulados com nomes fictícios (Família A, Família B, Família C, Família D, Família E) e, para cada informante, optamos por utilizar os termos “Mãe”, “Avó Materna/Paterna” e “Avô Materno” nas respectivas famílias. Algumas dessas informações serão consolidadas no quadro a seguir e os outros dados coletados, igualmente relevantes, serão mencionados na caracterização individual de cada família.

Quadro 1 - Caracterização dos **avós** entrevistados

Sexo/ Gênero	Idade	Raça/ Cor	Escolaridade	Ocupação	Religião
Feminino	59	Parda	Ensino. Médio Completo.	Desemp.	Evang.
Feminino	69	Branca	Ensino. Fundamental Incompleto	Aposent.	Catól.
Feminino	48	Branca	Ensino. Fundamental Incompleto	Traba. Formal	Catól.
Masculino	64	Branca	Ensino Superior Completo	Traba. Formal	Evang.
Feminino	61	Parda	Ensino. Fundamental Incompleto	Desemp.	Evang.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas (2025).

Quadro 2 - Caracterização das **figuras parentais** entrevistadas

Sexo/ Gênero	Idade	Raça/ Cor	Escolaridade	Ocupação	Religião
Feminino	28	Branca	Ensino Superior Incompleto.	Traba. Formal.	Não possui
Feminino	30	Branca	Ensino. Fundamental Incompleto	Desemp.	Não possui
Feminino	28	Parda	Ensino. Fundamental Incompleto	Desemp.	Evang.
Feminino	39	Preta	Ensino. Fundamental Completo	Traba. Formal.	Evang.
Feminino	42	Parda	Ensino. Médio Completo	Traba. Informal	Catól.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas (2025).

Os números relativos a *sexo/gênero*, dispostos nos quadros acima, apontam a prevalência do sexo feminino dentre as avós entrevistadas, com quatro avós e um avô do sexo masculino; já as entrevistas realizadas com as figuras parentais, o sexo feminino corresponde à totalidade. Pontua-se que nenhuma mãe e avós se autodeclararam com identidade de gênero diferente do sexo biológico. De acordo com os estudos apresentados nos capítulos anteriores, as figuras parentais femininas como as responsáveis pelo cuidado e nesse estudo aparecem como exclusivas, reforçando a ausência paterna no exercício da parentalidade. Diante das dez pessoas entrevistadas, somente um avô participou da pesquisa e que, durante a análise dos casos, foi o único identificado como responsável pelo compartilhamento do cuidado com a figura parental.

Quanto ao âmbito da *faixa etária*, o quadro 1 aponta para três avós acima de 60 anos de idade e dois avós abaixo de 60 anos. Justifica-se a pergunta sobre a idade da pessoa entrevistada no intuito de observar diferenças nos sentidos e significados atribuídos a partir de uma análise geracional, tendo em vista que pessoas com faixa etárias distintas podem ter perspectivas diferenciadas sobre determinadas questões. Esses dados reforçam a diversidade em relação à idade das avós, conforme destacado no capítulo anterior. No que tange à faixa etária das figuras parentais, é possível observar que duas mães entrevistadas correspondem à faixa etária abaixo de trinta anos e as outras três mães possuem faixa etária a partir de trinta anos de idade, conforme identificado no quadro acima.

De acordo com os dados dispostos da tabela, a autodeclaração de *raça/cor* para avós corresponde a três pessoas brancas e duas se identificaram como pardas. Os números relativos à autodeclaração das figuras parentais, dispostos no quadro, apontam que três pessoas se autodeclararam brancas, uma pessoa se autodeclarou parda e uma preta. A identificação do quesito *raça/cor* em pesquisas é de suma importância “pois proporciona a identificação das pessoas conforme seu grupo de origem e desvela os processos de inclusão/exclusão a que elas estão submetidas por serem brancas, negras, indígenas ou asiáticas” (Eurico, 2022, p. 1).

Em observação à *escolaridade* dos avós entrevistados, identifica-se que três declararam não ter concluído o ensino fundamental, um possui o ensino fundamental completo e um possui o ensino superior incompleto. Já as figuras parentais, consta que duas não concluíram o ensino fundamental, uma possui ensino fundamental completo, uma com ensino médio concluído e uma cursando o ensino superior.

Em relação à *ocupação* das pessoas entrevistadas, buscou-se identificar se estavam inseridas no mercado de trabalho, tanto na condição formal, quanto autônoma ou desempregadas. Sendo assim, foi possível constatar que duas avós entrevistados estavam inseridos no mercado de trabalho formal, um encontra-se aposentado e duas estavam desempregados, conforme consta no quadro. Sobre as figuras parentais, duas estavam trabalhando formalmente, uma inserida no mercado de trabalho de forma autônoma e duas estavam desempregadas. Esses dados têm relação significativa com o compartilhamento do cuidado de avós e figuras parentais, devido à necessidade e à disponibilidade para tal. Em que, nos casos de avós aposentados, acabam com mais responsabilidade referente aos cuidados cotidianos. O desemprego e/ou a precarização das relações de trabalho acabam acarretando a necessidade de suporte financeiro e, diante de alguns contextos, a complementação da renda para o sustento da família.

Os dados relacionados à *religião*, correspondem a três dos avós entrevistados se declararam evangélicos e dois disseram seguir o catolicismo. Considerando o exposto no quadro, nota-se que duas das figuras parentais responderam não ter religião, duas afirmaram ser evangélicas e uma da religião católica. A religião aparece na entrevista como um dos possíveis elementos de grande interferência na forma de educar, pois coloca fundamentos religiosos à frente de explicações científicas, podendo ser fonte geradora de conflitos, em consonância a resultados de pesquisas anteriormente relatadas.

A análise das diversas dimensões acima apresentadas, que caracterizam as/o participantes da pesquisa, remete diretamente à praxiologia proposta por Bourdieu (2007), expressa nos conceitos de classe social – que não se restringe à dimensão econômica, de oposição entre capital e trabalho –, de capital cultural – como conjunto de elementos que determinam o *quantum* de poder de que é detentor cada agente no campo –, e de *habitus* – como esquemas de percepção, julgamento e ação.

A seguir consta-se uma caracterização resumida de cada família participante da pesquisa, a fim de contextualizar as condições de vida e facilitar o entendimento acerca da organização e da dinâmica familiar. Essas informações são relevantes à compreensão da análise dos sentidos atribuídos ao cuidado compartilhado e aos conflitos dele decorrentes, bem como dos desdobramentos referentes ao exercício da parentalidade.

### **Família A**

Em termos de composição, a família é formada pela **Avó Materna, 59 anos**, divorciada, se autodeclara parda, tem uma filha, uma neta, segue a religião evangélica, possui ensino médio completo, não exerce atividade laborativa remunerada e informou estar inserida no Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família); e pela **Mãe, 28 anos**, solteira, se autodeclara branca, possui uma filha com 8 anos de idade, não possui religião, está cursando o ensino superior, exerce atividade laborativa formalmente como recepcionista e sua filha é beneficiária da pensão alimentícia. No tocante à moradia, residem juntas a Avó Materna, a Mãe e a Criança na cidade de Nova Friburgo/RJ. Em relação ao cuidado compartilhado à criança, ocorre entre a Mãe e a Avó Materna.

Sobre a dinâmica sociofamiliar, a Mãe informou que sempre residiu com a Avó Materna da criança e após a separação conjugal de seus pais, que ocorreu quando ela era criança, manteve contato e suporte de seu pai. Ao descobrir a gravidez, a Mãe, na época, estava com 19 anos de idade, compartilhou com os seus pais e recebeu o carinho e apoio diante da situação, principalmente da avó materna, que durante o período gestacional e no puerpério, teve complicações de saúde e necessitou de cuidados regulares. Vale ressaltar que a Mãe exerce a parentalidade sem a presença da figura do pai da criança, compartilhando os cuidados diretamente com a Avó materna.

Ao discorrer sobre os cuidados à criança, a família relata que iniciou desde o seu nascimento. Quando a criança completou oito meses de vida, a Mãe retornou às suas atividades laborais e, com isso, necessitou compartilhar o cuidado com a Avó Materna, pois ambas não optaram por outros meios, como creche escolar, cuidados externos e etc.

Com o nascimento da criança e o retorno da Mãe ao trabalho, a Avó Materna opta por dedicar-se exclusivamente aos cuidados da criança. A avó reiterou o desejo de não colocar a criança na creche naquele momento, pois a sua filha nunca precisou estar neste local e, por isso, após a decisão em conjunto, demitiu-se do seu trabalho para cuidar de sua neta naquela época, perdurando até os dias atuais.

### **Família B**

Em termos de composição, a família é formada pela **Avó Materna, 48 anos**, casada, se autodeclara branca, tem dois filhos, três netos, segue a religião

católica, possui ensino fundamental incompleto e exerce atividade laborativa formal como cozinheira; e pela **Mãe, 30 anos**, solteira, se autodeclara branca, possui três filhos com idade de onze anos, oito anos e quatro anos respectivamente, não possui religião, possui ensino fundamental incompleto, informou estar inserida no Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família) e não exerce atividade laborativa remunerada. No tocante à moradia, residem juntos a Avó materna, o Avô Materno, a Mãe, os três filhos e o irmão na cidade de Nova Friburgo/RJ. Em relação ao cuidado compartilhado às crianças, ocorre entre a Mãe e a Avó Materna.

Sobre a dinâmica sociofamiliar, anteriormente, a Mãe estabeleceu relação conjugal que perdurou por três anos aproximadamente e desta relação teve a sua primeira filha. Ao completar dois anos de idade, a filha foi residir com a Avó Materna, tornando-a responsável pelo exercício da parentalidade da criança, porém não existe guarda regularizada legalmente. Posteriormente a Mãe estabeleceu uma nova relação conjugal, que no momento já tinha o seu segundo filho, e desta relação nasceu a terceira e última filha, ambos ficando sob os seus cuidados. No início do acompanhamento interdisciplinar a Mãe estava residindo com o companheiro, pai de sua terceira filha, na cidade de Nova Friburgo/RJ, porém em seguida ocorreu o término da relação. Nessa época, a Avó Materna residia na mesma cidade com o esposo, o filho e a neta mais velha.

Ao discorrer sobre os cuidados às crianças mais novas, a Mãe relatou que a Avó Materna iniciou o compartilhamento do cuidado após a genitora ser denunciada por “Violência física e psicológica” e, diante disso, seus filhos mais novos foram encaminhados para Instituição de Acolhimento, permanecendo por quatro meses aproximadamente no local. Com base nisso, houve uma mudança significativa na dinâmica familiar em decorrência da notificação de violência envolvendo a Mãe e os filhos, pois a Avó Materna passou a ter a guarda das crianças e ambos foram residir com ela, inclusive a Mãe. Ressaltou-se que neste período as crianças estavam com sete anos e três anos de idade aproximadamente. A partir dessa situação, por ordem judicial, a Mãe iniciou acompanhamento psiquiátrico na rede pública de saúde e as crianças passaram a ser acompanhadas pelos órgãos de proteção à criança e ao adolescente.

A Avó Materna evidencia a sua percepção sobre o exercício da parentalidade das figuras parentais, destacando que é responsabilidade deles a criação e cuidado com os filhos e não dos avós. Devido à complexidade da situação, a avó solicitou a guarda dos netos para que eles não permanecessem mais tempo institucionalizados e, assim, foi deferido pelo poder judiciário. Diante

disso, houve um rearranjo da acomodação espacial de parte da família, para viabilização de suporte às crianças. Sobre a relação interpessoal entre Avó Materna e a Mãe, é atravessada por mudanças na convivência, considerando as novas exigências, regras e limites estabelecidos, na divisão do cuidado e responsabilização da parentalidade, impactando diretamente na nova dinâmica familiar.

### **Família C**

Em termos de composição, a família é formada pela **Avó Paterna, 61 anos**, casada, se autodeclara parda, tem dois filhos, sendo que um faleceu em decorrência de acidente automobilístico em abril de 2024, três netos, segue a religião evangélica, possui ensino fundamental incompleto, não exerce atividade laborativa remunerada e informou estar inserida no Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família); e pela **Mãe, 39 anos**, solteira, se autodeclara preta, possui três filhos com idade de doze anos, sete anos e um ano e sete meses respectivamente, segue a religião evangélica, possui ensino fundamental completo, exerce atividade laborativa formalmente como auxiliar de serviços gerais e informou estar inserida do Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família). No tocante à moradia, ambas residem em bairros distintos da cidade de Nova Friburgo/RJ, a Avó Paterna reside com o marido e o filho, já a Mãe reside com os três filhos. Em relação ao cuidado compartilhado à criança, ocorre entre a Mãe e a Avó Paterna.

Sobre a dinâmica sociofamiliar, a Mãe estabeleceu relação conjugal com o pai da criança e perdurou até ela completar três anos de idade. Desde então, a família paterna mantinha o contato com a criança, visitava quinzenalmente e sempre funcionou como rede de suporte. Na época o Pai da filha mais velha, que veio a falecer em 2024, estabeleceu uma nova relação e, com isso, o contato não se manteve de forma regular com a criança, gerando desconforto principalmente com a Avó Paterna, pois não concordava com tal comportamento. Após o término da relação conjugal com o pai de sua filha, a Mãe estabeleceu novos relacionamentos e destas relações nasceu o segundo filho, atualmente com 08 anos de idade e, posteriormente, o terceiro filho, atualmente com um ano e sete meses. Vale destacar que a Mãe não possui contato e suporte dos respectivos pais de seus filhos, também não possui contato com a sua família extensa e sua rede de suporte é restrita, contanto apenas com a Avó paterna de sua primeira filha.

Ao discorrer sobre os cuidados às crianças mais novas, a Avó Paterna sempre deu o suporte afetivo e financeiro para a Mãe, sendo evidenciado por ambas sobre o fortalecimento da relação após o nascimento da segunda criança. No que se refere ao seu segundo filho, durante o seu puerpério a Mãe precisou de cuidados diante da fragilidade de seu quadro clínico e contou com a Avó paterna para o suporte necessário.

Após o falecimento de seu filho, o Pai da primeira criança, a Avó Paterna se manteve mais presente na vida da família, expressando afeto por ambas as crianças e considerando todos como seus netos. Existe uma relação maternal entre a Mãe e a Avó Paterna, sendo exposto pelas duas e descrito em diferentes momentos. Ao se referir à Mãe, a Avó Paterna diz: “Ela é a minha filha que eu não tive, entendeu?”.

Ao discorrer sobre o início da relação com o seu filho e a nora, a Avó Paterna relata que sempre verbalizou que não gostaria de ser avó, que sempre passou a vida cuidando dos outros e não gostaria de cuidar de neto, algo naturalizado por ela como uma atribuição de ser avó. Porém, no decorrer das diferentes gestações da Mãe, o afeto foi se fortalecendo com o tempo e a aproximação se intensificando, principalmente após a morte de seu filho. A Avó Paterna considera que houve uma mudança sobre o desejo de ser avó, alegando que compartilha o cuidado com prazer, alegria e paixão.

### **Família D**

Em termos de composição, a família é formada pela **Avó Materna, 69 anos**, solteira, se autodeclara branca, tem uma filha, duas netas, segue a religião católica, possui ensino fundamental incompleto, é aposentada e exerce atividade laborativa informalmente como costureira; e pela **Mãe, 42 anos**, solteira, se autodeclara branca, possui duas filhas com idades de 21 anos e oito anos respectivamente, segue a religião católica, possui ensino médio completo, exerce atividade laborativa informalmente como trabalhadora doméstica e informou estar inserida no Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família). No tocante à moradia, residem juntas a Avó materna, a Mãe e as duas filhas na cidade de Nova Friburgo/RJ. Em relação ao cuidado compartilhado à criança, ocorre entre a Mãe, Avó Materna e a irmã mais velha da criança.

Sobre a dinâmica sociofamiliar, a Avó Materna possui a curatela de sua filha, Mãe de suas netas, devido ao diagnóstico de Encefalopatia, conforme consta no documento. De acordo com a Mãe, as suas filhas são frutos de relacionamentos

distintos, não perdurando as relações e também não ocorrendo o compartilhamento do exercício da parentalidade com os pais. Diante disso, sempre dividiu os cuidados com a Avó Materna, destacando que, na primeira filha, considerava a Mãe inexperiente nos cuidados cotidianos e, na segunda filha, encontrou certos impedimentos pela Avó Materna.

Ao discorrer sobre os cuidados às netas, a Avó Materna relata que esteve à frente dos cuidados diários de suas netas, expressando receio de a filha não conseguir exercê-los, no período do puerpério ficava também responsável pela organização da casa, reproduzindo o comportamento nas duas gestações. A Avó Materna destaca sobre a sua dedicação exclusiva à família e conseqüentemente fez com que não se relacionasse com outras pessoas.

No que se refere à maternidade, a Mãe compartilhou que não tinha o desejo de engravidar novamente e gostaria de ter apenas uma filha, destacando que a segunda filha foi a “raspinha de tacho”. No período do puerpério identifica que teve depressão e enfatiza o desejo de querer ter cuidado das fases iniciais do bebê. Atualmente identifica uma relação com afeto e classifica a sua filha como meiga, carinhosa e amiga.

Ao estabelecer uma nova relação, a Mãe foi residir com o seu companheiro e levou a sua filha mais nova, mas devido à intervenção direta da Avó Materna, do acompanhamento e decisão dos órgãos do SGD, a Mãe e a criança retornaram a coabitar na residência da Avó Materna. O cuidado permanece sendo compartilhado, porém a relação é atravessada por conflitos em diferentes aspectos.

### **Família E**

Em termos de composição, a família é formada pelo **Avô Materno, 64 anos**, solteiro, se autodeclara branco, tem uma filha, quatro netos, segue a religião evangélica, possui ensino superior completo, é aposentado e exerce atividade laborativa informalmente como zelador de prédio; e pela **Mãe, 28 anos**, solteira, se autodeclara parda, possui quatro filhos com idades de dez anos, sete anos, cinco anos e três anos respectivamente, segue a religião evangélica, possui ensino fundamental incompleto, não exerce atividade laborativa remunerada e informou estar inserida no Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família). No tocante à moradia, residem juntos o Avô Paterno, a Mãe e os quatro filhos na cidade de Nova Friburgo/RJ. Em relação ao cuidado compartilhado às crianças, ocorre entre a Mãe, Avô Paterno e a Tia-avó das crianças.

Sobre a dinâmica sociofamiliar, a Mãe passou a residir com o Avô Materno após o falecimento de sua avó paterna, bisavó das crianças. Relata que seu pai ficou sozinho e resolveu morar com ele, neste período tinha os seus dois filhos mais velhos, um contava com quatro anos de idade e a outra com três meses aproximadamente. As duas gestações posteriores ocorreram quando a Mãe estava residindo com o Avô Materno.

Ao discorrer sobre os cuidados aos netos, o Avô Materno relata que sempre acompanhou as gestações de sua filha e que, no período em que a sua filha estava residindo com o Pai do primeiro filho, também oferecia suporte afetivo e financeiro à família. Ao coabitarem todos juntos, o avô materno viu a necessidade de compartilhar os cuidados, inclusive ressaltando a dedicação exclusiva aos cuidados da família, diante da intensificação das demandas e da necessidade de dar apoio à sua filha.

No que se refere aos pais dos seus filhos, é destacada a ausência do exercício da parentalidade de ambos, ficando a mãe responsável pelos cuidados com as crianças e compartilhando com o Avô Materno. A mãe reforça que o avô exerce a paternidade dos seus filhos: “O meu pai é pai dos meus filhos”. Cabe destacar que a família conta como rede de suporte a Tia-Avó da Mãe que, ao ser solicitada, contribui para a dinâmica da família e os cuidados das crianças.

#### **4.5.**

#### **Sentidos atribuídos ao cuidado compartilhado e conflitos intergeracionais entre avós e figuras parentais**

Ao elaborar esta síntese interpretativa, inicialmente, foi realizada a leitura de forma minuciosa das entrevistas com as/o participantes da pesquisa. Em seguida ao estabelecimento de dois eixos de análise - Cuidado Compartilhado e Conflito Intergeracional -, foram organizados núcleos de sentido que, por sua vez, foram detalhados em vinte e seis ideias associadas, expressões mais específicas de sentidos atribuídos por mães e avós.

Ademais, no quadro a seguir (Quadro 3), será possível identificar a sistematização adotada para a disposição das informações referentes à análise empreendida, facilitando a compreensão à medida que os dados produzidos empiricamente são postos em diálogo com os referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa.

Quadro 3 - Sistematização dos núcleos de sentido e ideias associadas da pesquisa em tela

Eixos de Análise	Núcleos de Sentido	Ideias Associadas
<b>Cuidado Compartilhado</b>	<b>Concepção sobre cuidado</b>	Cuidados Cotidianos
		Suporte emocional
		Suporte financeiro
	<b>Divisão do cuidado</b>	Solidariedade familiar
		Rede de suporte
		Coabitação/Re-coabitação
		Reafirmação da função paterna
		Divisão das atividades de cuidado
		Necessidade ou Desejo
		Responsabilização pela criança
		Início do compartilhamento do cuidado
		Validação recíproca de autoridade
		Monoparentalidade
<b>Conflito Intergeracional</b>	<b>Concepção sobre conflito</b>	Violência física entre as gerações
		Suporte ou Responsabilidade
		Conflito como parte das relações
	<b>Conflito integrado à convivência</b>	Convivência
		Divergência na forma de cuidar
		Inversão da titularidade do cuidado
		Supressão da figura parental
		Sobrecarga de trabalho
	<b>Interferência no exercício da parentalidade</b>	Disputa de autoridade
		Inversão da titularidade do cuidado
		Diferença geracional
		Super proteção
		Pactuação de normas e limites

Fonte: Elaboração própria (2025).

É importante registrar que, na identificação dos fragmentos, optamos por utilizar nomes fictícios, a fim de garantir o anonimato das pessoas participantes

da entrevista, bem como de outras citadas nas dinâmicas familiares. Para melhor entendimento, ressalta-se que, nas falas destacadas ao longo da análise, há trechos que não têm relevância para a pesquisa, motivo pelo qual foram retirados, sendo indicado pelo uso de reticências entre parênteses (...). De outro modo, recorreu-se ao uso de [ ] para identificar acréscimos da pesquisadora às falas de participantes, a fim de viabilizar a compreensão do sentido da frase que, retiradas do contexto oral para o escrito, necessitam de tal recurso. Os trechos sublinhados identificam a importância que a pesquisadora quis lhes conferir, destacando sua especial relevância à discussão da correspondente ideia associada.

Contudo, antes de adentrarmos especificamente nas análises, é sumamente significativo frisar que o estudo irá ocorrer a partir de uma perspectiva e um determinado contexto. Diante disso, considerando a complexidade do estudo em questão, não é pretendido findar a discussão acerca do presente tema, conforme sinalizado no início do capítulo.

#### **4.5.1. Cuidado Compartilhado**

De acordo com este eixo de análise, foram identificados dois núcleos de sentido, sendo eles: **Concepção sobre Cuidados** e **Divisão do Cuidado**.

No que tange à categoria "**Concepção sobre Cuidados**", identificou-se três ideias associadas, expressas por avós e figuras parentais: a) cuidados cotidianos; b) suporte emocional; c) suporte financeiro.

Em diálogo com o proposto por Coutrim (2006), Fonseca (1990), Peixoto (2000), Sarti (2011) e Vitale (2015), é possível afirmar que as mudanças nas estruturas familiares possibilitaram a ampliação do papel de avós nas famílias, que começaram a compartilhar o cuidado dos netos, assumindo tanto suporte financeiro como execução de tarefas domésticas. Conforme aponta Vitale (2002), no cerne desses circuitos de ajuda estão as relações de gênero e intergeracionais, às quais a análise dos dados produzidos nesta pesquisa autorizam acrescentar as dimensões de classe e geração.

Ribeiro (2016) corrobora que o cuidado pode ser identificado por meio das dimensões relacionais. Assim, para Boff (1999), está relacionado com o apoio social, pois a capacidade que o ser humano tem de envolver-se, de afetar e ser afetado pelo outro é o que o torna humano. O autor complementa a discussão com a informação de que o cuidar está relacionado com a capacidade do ser

humano de ter atitudes de zelo, atenção e preocupação com o outro. No caso das avós participantes da entrevista, os netos, apesar de passarem muito tempo com elas, circulam entre os cuidados dos avós e das figuras parentais, nessa pesquisa representadas somente por mães, ratificando a reduzida participação masculina nesse âmbito.

Como aponta Peixoto (2004), o cuidado pode estar relacionado a **práticas cotidianas**, compreendendo diversas formas de atividades/atribuições: administrar alimentação, higiene, estudos, educação e outros. Destaca, sobretudo, a associação entre cuidado e **suporte emocional** e aponta também o **suporte financeiro** como uma forma de cuidado. Ideia essa que apareceu na entrevista com as figuras parentais e avós, ao serem interpeladas sobre o cuidado e como é realizada a divisão, conforme os relatos a seguir:

Ó, Patrícia trabalha e eu tomo conta dela. Levo pra escola, banho, dou comida, fico com ela no dia a dia (...) (Avó Materna, Família A, 2025).

(...) Se ela está fazendo a janta, eu ajudo cuidando das crianças, dando uma atenção, botando pra um banho. Se é dia de colégio a gente vai fazer o deverzinho, de cada um. Então aí a gente divide assim, quando tá em casa, enquanto uma tá fazendo uma coisa, a outra tá fazendo outra. (Avó Materna, Família B, 2025).

É assim, tem as situações de quando eu preciso pra trabalhar, né, uma faxina assim de, extra assim, desse serviço que eu tô, ela vai lá pra casa. Aí ela fica lá e fica com os três. De fazer tudo, né, dar comida, tudo. Aí quando Cristina, que Cristina tem uma fase que tá bem rebelde assim, que eu falo, estava me afrontando, me peitando, ela tem 12 anos agora, na época ela tinha uns 10. Então a gente estava, ela veio junto pra conversar, a Maria, que é a avó dela, o avô. Fala, Cristina nessa rebeldia, não tem motivo, então acho que é isso, meio assim, de ajudar a conversar, entendeu? Fora o ajudar a ficar pra eu trabalhar tem também isso da conversa, e ajudar de comprar as coisas, pra também, tá faltando alguma coisa, uma roupa, mochila, um negócio assim também, está sempre próximo, pra cuidar disso também. Me dá, assim, a Maria, que eu sou mais chegada a Maria, né? Tá precisando de alguma coisa, que eu posso ajudar? Ah, Maria, você pode então de ficar com eles? Ah Cristina tá sem um tênis, não sei o quê... Ela vem e tenta ajudar nisso tudo. (Mãe, Família C, 2025).

Então, isso aí, a maior parte de cozinha, fogão, comida, era geralmente era sempre eu que fazia. Entendeu? (Avó Materna, Família D, 2025).

É, como eu trabalho, na minha ausência ela dá o banho, ela né? As roupas, prepara as roupas, o asseio, a orientação, certo? E quando eu chego então é tipo um revezamento. Eles me esperam. Vô, tô com fome. Chegar da rua, fazer uma coisinha. Minha mãe faz, não gostam. Aí eu tenho que fazer um arrozinho, carninha, entendeu? (Avó Paterno, Família E, 2025).

Com relação ao núcleo de sentido **Divisão do Cuidado**, foram identificadas dez ideais associadas: a) *solidariedade familiar*; b) *rede de suporte*; c) *coabitação/convivência*; d) *reafirmação da função paterna*; e) *divisão das atividades de cuidado*; f) *necessidade ou desejo*; g) *responsabilização pela*

criança; h) *início do compartilhamento do cuidado*; i) *validação recíproca de autoridade*; j) *monoparentalidade*.

De acordo com o que foi exposto sobre as mudanças nas estruturas familiares e a pluralidade de arranjos familiares, é possível identificar que nesse aspecto a divisão do cuidado ainda é pensada a partir do modelo burguês patriarcal. Deste modo, apesar da constatação dessa pluralidade, ainda revela uma “tendência à naturalização do papel da mãe como cuidadora”, persistindo como competência feminina o cuidado com crianças e sua socialização inicial, conforme aponta Oliveira (2018). Vale destacar que ao iniciar o cuidado entre as partes, conseqüentemente já está sendo posto como vai ser compartilhado, mesmo que após a divisão ocorra alteração diante das circunstâncias.

A socióloga Attias-Donfut (2004), aponta que o cuidar dos outros é um papel tradicionalmente exercido pelas mulheres. Em seus estudos, Cardoso (2011) cita a socióloga para reforçar que o surgimento da sociedade multigeracional ampliou este papel com o aparecimento de uma geração de mulheres que a autora designou como “pivô”, pois ajuda, ao mesmo tempo, os pais idosos, os filhos e os netos. Attias-Donfut (2004) denomina tais contextos como uma rede de ajuda mútua que se estrutura nas relações intergeracionais femininas, pois as mulheres da família se ajudam mutuamente e assim perfazem um ciclo de reciprocidades.

A partir da visão de Vitale (2002) sobre **solidariedade familiar**, reitera-se que o sistema de trocas familiares é marcado por laços de solidariedade, mas também por conflitos e contradições. Em seus estudos, a autora também destaca que nessa teia de relações, as trocas intergeracionais, ou seja, as solidariedades familiares, ajudam a existência destas famílias, devendo ser refletida na relação com o encolhimento da responsabilidade do Estado e com a ausência de políticas públicas consistentes ante expressões da questão social que se apresentam no âmbito familiar. Nesse sentido, para apreender os sentidos atribuídos à solidariedade familiar, as famílias foram indagadas sobre o início dos cuidados e se foi um desejo ou necessidade de cuidar.

Não, aquilo foi uma coisa bem, bem espontânea. Porque eu trabalhava, né? E ela também. Então nós chegamos num senso de que seria melhor que ela continuasse trabalhando e eu parasse pra tomar conta, que eu não queria que colocasse ela em creche. Porque eu falei com Patrícia assim: você nunca foi pra creche. Então eu virei pra ela e falei assim: botar a minha neta numa creche, eu não via essa possibilidade. Então eu falei: eu prefiro sair do meu serviço e tomar conta dela. E nós combinamos assim. (Avó Materna, Família A, 2025).

(...) Eu não sei o que eu faria, né, se não fosse ela. Como é que eu ia trabalhar, como que eu ia sustentar minha filha, como que eu ia dar conta de fazer tudo o que

fosse, que tivesse que fazer, se não tivesse ela ali, comigo, né?. (Mãe, Família A, 2025).

Nesta pesquisa, nota-se que, em consonância ao apresentado por Peixoto e Luz (2007) e também por Attias-Donfut (2004), destaca-se a contribuição das avós no que tange aos cuidados e à educação dos netos, possibilitando às filhas, a continuidade no trabalho profissional. Nessa mesma direção, Fonseca (1990), ao abordar sobre circulação de crianças, reforça que há solidariedade entre gerações e a frequente participação das avós nos cuidados cotidianos de crianças.

Conforme observado nos apontamentos acima, afirma-se a relevância aos estudos sobre a solidariedade familiar, porém alguns questionamentos se intensificam a partir do surgimento da solidariedade como um comportamento intrínseco às mulheres, compreendendo inclusive o seu conceito, que perpassa os cuidados, e que só é esperado entre mulheres. No decorrer dos estudos, algo nos chama atenção em relação à solidariedade familiar, pois é possível observar a imputação do cuidado como obrigação feminina.

Destarte, compreendendo que a proposição da noção de solidariedade familiar seja uma tentativa de descrever e explicar a realidade, identifica-se como mais um indício da sobrecarga feminina, como um suposto social, cultural e que “prejudica” as mulheres.

Concepção que apareceu na entrevista com a avó, quando questionada sobre a operacionalização do cuidado com a sua filha, colocando em prática a solidariedade familiar e conseqüentemente a sobrecarga de trabalho.

Não vou te dizer sobrecarregada. Às vezes eu fico cansada, devido à idade, devido aos problemas que eu tenho, né? Mas não sobrecarregada, às vezes só cansada mesmo, cansaço físico, físico. É, porque uma criança tem muita energia, né? E ela é o tempo todo: vó, eu quero brincar, eu quero, então... Eu já não tenho mais aquele pique que eu tinha de brincar, mas só cansaço físico. (Avó Materna, Família A, 2025).

Observa-se, a partir da análise das entrevistas, que as avós e o avô se apresentam também como **rede de apoio**; mas nota-se que, diante do acúmulo de atribuições que elas/ele e as figuras parentais desempenham, seja no âmbito profissional, doméstico ou parental, ocorre a necessidade do suporte de outras pessoas da família.

Meu pai, sim... Meu pai, o que precisar, ele tá sempre ali. Corri com ela pro hospital: dá 5 minutos ele tá lá. Né? Nesse mês tô apertada, estourei o limite do cartão, tem que comprar remédio... Ele vai e ele compra. Aí vai, leva fruta, leva legume, né? Dá

bichinho. A um tempo atrás arrumou um peixe, já estava cheio de bicho lá em casa. Dá roupa, dá brinquedo, sabe? Ele leva pra passear, então ele ajuda muito a gente também, graças a Deus. (Mãe, Família A, 2025).

Tem a minha tia que fica às vezes com as crianças, mas não é uma coisa certa, só uma vez ou outra mesmo, só quando eu preciso. (Mãe, Família E, 2025).

Além disso, foi possível identificar, a partir das entrevistas, a ideia associada sobre **reafirmação da função paterna**. Tal noção aparece quando a avó paterna (Família C) ou avô materno (Família E) reafirmam a presença de outra figura parental. Essa reafirmação surge com mais ênfase para a figura parental masculina, pois em ambos os casos, não estão presentes no contexto familiar. Esse avô de certa forma, embora ele seja o pai da mãe, é uma figura masculina de referência de cuidado. O avô exerce a parentalidade, encontra meios para não desamparar os netos, porém não invalida a figura paterna e busca dar o suporte necessário para a filha. Por sua vez, a avó paterna representa a linhagem paterna e procura reafirmar esse lugar, por mais que o filho não esteja fisicamente presente, ele é representado pela figura da avó paterna. Vale destacar que, de formas diferentes, os avós reafirmam a função paterna.

A partir da análise da entrevista, compreende-se que a realização do cuidado por uma figura paterna (função parental masculina), no caso da Família C, é evidenciada por laços de parentesco, da linhagem paterna. A presença da avó paterna, faz com que seu filho também esteja presente, ao menos simbolicamente, na vida dos seus netos. Diante disso, a relação entre os avós e os netos se constrói também a partir da relação de parentalidade, considerando que o seu exercício– função não necessariamente desempenhada pelos pais biológicos – serve de referência para os netos, ocupando o lugar de proteção.

(...) Então eu tô assim, e principalmente depois que meu filho faleceu, eu tô mais ainda é, inserida na vida dela, entendeu? Pra poder ocupar minha mente também, a minha cabeça, porque fez 8 meses agora que o meu filho faleceu. Entendeu? O pai da Cristina. (...)Eu chego lá, se eu tiver que brigar com as criança, repreender as criança, eu falo, eu ensino, eu mostro o que é certo e o que é errado, eu converso muito com eles, explico muito da vida pra eles, o que tá certo e o que tá errado, o que pode e o que não pode fazer, entendeu? (Avó Paterna, Família C, 2025).

(...) Mas todo dia eu falo com ele: Breno, não pode por isso, por isso e por isso. Sempre explicando, pra evitar as más companhias, brincadeiras que não podem ser feitas, entendeu? Mas sempre, de acordo com a minha filha, que na verdade, eu não mando neles, não é verdade? Então, eu não tenho essa obrigação de, mas cobro deles, todos eles. Todos eles me respeitam, eu acredito que me amam muito. Entendeu? (Avô Materno, Família E, 2025).

No que refere-se à **coabitação/re-coabitação** na divisão de cuidado, é uma associação presente em todas as famílias entrevistadas, repercutindo diretamente na organização familiar, sobretudo, nas relações entre figuras parentais e avós. Estudos apontam para um número crescente de coabitação entre duas ou mais gerações e que esse tipo de configuração familiar tem sido nomeado de diversas formas, como: coresidência, coabitação (Camarano & EL Ghaouri, 2003), família multigeracional (Kemp, 2007), famílias de três gerações (Goodman, 2007) e coabitação ou família ampliada (Peixoto & Luz, 2007). A literatura também nos apresenta a diferença entre coabitação permanente, onde as gerações sempre residiram juntas; e a re-coabitação, que implica ter ocorrido um afastamento físico entre as gerações, mas que, por algum motivo, voltaram a morar juntas (Attias-Donfut, 1995 apud Peixoto & Luz, 2007).

Segundo os estudos de Peixoto e Luz (2007), a re-coabitação, por parte dos filhos na casa dos seus pais, não é um fenômeno muito recente, porém a novidade ocorre no crescimento dessa prática tanto nas famílias de classe popular quanto nas famílias de classe média, devido a períodos anteriores de crescimento econômico que favoreceram as gerações mais velhas. Neste modo, a melhoria da situação financeira das pessoas idosas compensou a instabilidade e a precarização da situação econômica vivenciada pelas gerações mais jovens.

Neste viés, a aposentadoria exerce um papel importante na renda dos idosos e, em algumas situações, boa parte da renda da família depende da renda da pessoa idosa. De acordo com Camarano (2002), o Estado, ao alterar os benefícios previdenciários, não irá atingir apenas as pessoas idosas, mas uma parte razoável dos rendimentos das famílias.

Conforme apresentado no capítulo 2, há diversos motivos que possibilitam a Coabitação/Re-coabitação e essa diversidade foi possível identificar nas entrevistas, como o desemprego, divórcio, institucionalização e outros motivos, ocasionando mudanças significativas nas relações intergeracionais, podendo encontrar contornos e confrontos. Em apoio a essa argumentação, as autoras Peixoto (2000) e Goldani (2002) reforçam, em seus estudos sobre o crescimento da coabitação/re-coabitação entre as gerações, a relevância de suporte financeiro, ajuda no cuidado de netos, na manutenção da casa, entre outros. Sendo assim, corroborando para esta análise, temos o fragmento da *Família A*, apresentado em seguida.

Em seus importantes estudos, Peixoto (2000), irá destacar que um dos fatores que favorecem a coabitação/re-coabitação é a falta de políticas públicas. Ao serem indagadas sobre o início do compartilhamento do cuidado, apareceram

diferentes formas de coabitação/re-coabitação, identificando implicações econômicas e sociais no interior do grupo familiar.

Eu engravidei aos 19, engravidei cedo, né, eu morava ainda com a minha mãe. Então foi ela que me deu todo o suporte, enquanto eu tava grávida, que eu tive muitos problemas de saúde, né? Durante a gravidez, foi ela que ficou do meu lado, me cuidou, cuidou da Julia quando nasceu. E desde que eu voltei a trabalhar, Julia tinha 8 meses, ela que sempre tomou conta pra mim, né? Sempre ficou com a Júlia pra eu poder trabalhar. (Mãe, Família A, 2025, grifo nosso).

Depois que ele foi denunciado, foi pro abrigo. Aí a gente entrou, a gente pegou, entrou com um processo pra recuperar a guarda e ela veio e a justiça pegou. (Mãe, Família B, 2025, grifo nosso).

Sim, eu só tinha os mais velhos, no caso. Quando eu fui morar com o meu pai. Eu fui morar com o meu pai logo assim que a minha avó faleceu. Meu pai ficou sozinho e eu resolvi ficar com o meu pai. Aí eu só tinha o Breno e Lorena, que são os mais velhos. (Mãe, Família E, 2025, grifo nosso).

A coabitação/recoabitação implica diretamente na **divisão das atividades de cuidado** entre figuras parentais e avós às crianças, refletindo a partir da divisão sexual do trabalho e a prevalência das avós no compartilhamento. Conforme explicitado no capítulo 3, essas formas de configurações familiares se baseiam na divisão social e sexual do trabalho, com a diferenciação de papéis familiares a partir do gênero na organização interna das famílias, na qual se atribui, ainda de forma persistente, a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com as crianças majoritariamente às mulheres, segundo aponta Durham (1982). Apoiando-se nas pesquisas de Araújo e Scalón (2005) e em dados da PNAD Contínua 2019, Jesus (2021) aponta que mulheres participam mais horas das atividades domésticas e de cuidado com crianças e adolescentes que homens, mesmo quando elas estão inseridas no mercado de trabalho formal.

Eu trabalho, né? Praticamente o dia todo, ela fica em casa com a minha mãe, na parte da manhã, e a tarde ela vai pra escola. Né? Aí ela volta da escola e dali a pouquinho eu chego em casa, aí eu vou fazer a lição de casa, dar banho pra dormir, dar a janta, aquela coisa toda. Da parte da manhã, o almoço, quem dá é a minha mãe. É ela que cuida, arruma pra levar pra escola e tudo mais. (Mãe, Família A, 2025, grifo nosso).

Como nos informa Moragas (2004), há uma cooperação vantajosa para os pais quando recebem ajuda dos avós para cuidar de seus filhos, de modo que cumpram o compromisso profissional. Essa cooperação, que geralmente é voluntária e muito benéfica, pode resultar em obrigação para os avós, que atribuem a essas atividades um esgotamento físico e mental, como se verifica no fragmento a seguir, já anteriormente destacado:

Não vou te dizer sobrecarregada. Às vezes eu fico cansada, devido à idade, devido aos problemas que eu tenho, né? Mas não sobrecarregada, as vezes só cansada mesmo, cansaço físico, físico. É, porque uma criança tem muita energia, né? E ela é o tempo todo: vó, eu quero brincar, eu quero, então... eu já não tenho mais aquele pique que eu tinha de brincar, mas só cansaço físico. (Avó Materna, Família A, 2025, grifo nosso).

Conforme descrito abaixo, na *Família C* a divisão do cuidado ocorre por meio de atividades do cotidiano, mas também é possível identificar a divisão ocorrendo por parte do suporte afetivo, emocional e financeiro, principalmente quando apresenta a relação da avó paterna com a neta adolescente. Esse fragmento conduz para o entendimento da dimensionalidade do cuidado, seja ele material - que implica em um trabalho -; econômico - que implica em custos -; ou psicológico - que implica em um vínculo afetivo -, conforme aponta Ribeiro (2016), em seus estudos, e se constata em mais um fragmento de menção reiterada e no referente à Família D:

É assim, tem as situações de quando eu preciso pra trabalhar, né, uma faxina assim de, extra assim, desse serviço que eu tô, ela vai lá pra casa. Aí ela fica lá e fica com os três. De fazer tudo, né, dar comida, tudo. Aí quando Cristina, que Cristina tem uma fase que tá bem rebelde assim, que eu falo, estava me afrontando, me peitando, ela tem 12 anos agora, na época ela tinha uns 10. Então a gente estava, ela veio junto pra conversar, a Maria, que é a avó dela, o avô. Fala, Cristina nessa rebeldia, não tem motivo, então acho que é isso, meio assim, de ajudar a conversar, entendeu? Fora o ajudar a ficar pra eu trabalhar tem também isso da conversa, e ajudar de comprar as coisas, pra também, tá faltando alguma coisa, uma roupa, mochila, um negócio assim também, está sempre próximo, pra cuidar disso também. Me dá, assim, a Maria, que eu sou mais chegada a Fátima, né? Tá precisando de alguma coisa, que eu posso ajudar? Ah, Maria, você pode então de ficar com eles? Ah Cristina tá sem um tênis, não sei o quê... Ela vem e tenta ajudar nisso tudo. (Mãe, Família C, 2025, grifo nosso).

Por exemplo, o dia que eu não posso pegar a Juliana na escola, ela pega. Então quando eu não tiver, a minha filha mais velha vai. Quando a minha filha, nem eu, nem a filha, ela pega a Juliana [neste caso a avó materna pega a neta, sendo este o combinado]. Esse é o combinado entre nós três, adultos. (Mãe, Família D, 2025, grifo nosso).

Ao entrevistar a *Família E*, é possível identificar que há uma divisão nas atividades do cuidado, porém a maior parcela das atividades fica sob a responsabilidade da figura parental feminina, sejam tarefas relacionadas ao cuidado diário ou a atividades domésticas. Vale pontuar que outra figura feminina aparece na divisão do cuidado, identificada como a Tia-Avó. Há uma personagem central deste lugar: a mulher, sendo evocada como detentora natural desse processo, conforme mencionado no capítulo 3 deste trabalho. Ao se destacar sobre a divisão do cuidado desta família, o avô materno ocupa efetivamente o

lugar do cuidado afetivo e financeiro e, quando solicitado, compartilha as atividades do cotidiano, como é possível observar no fragmento abaixo:

Assim, eu costumo fazer tudo, né, dentro de casa, e quando o meu pai chega, eu falo com ele: ó, agora eu vou descansar um pouquinho, você dá uma janta, dá um banho, que eu não dei. Ou então quando eu preciso fazer alguma coisa, sair pra algum lugar, ir ao médico ou algo assim, e não posso levar as crianças, aí ele toma conta pra mim. Se ele não puder, tem minha tia, que é tia-avó das crianças, né, toma conta. (Mãe, Família E, 2025).

(...) Eu optei por não ter ninguém de companhia, dar todo o suporte, entendeu? Lógico, que eu deixo mais aos cuidados dela, para que ela tenha mais responsabilidade, cuide muito bem dos filhos, entendeu? E tem sido assim. (Avô Materno, Família E, 2025, grifo nosso).

Também foi possível identificar nas falas das entrevistadas e do entrevistado a associação de ideia **Necessidade ou Desejo**, ao compartilhar o cuidado entre figura parental e avós a crianças e adolescentes. Compreende-se que esta aproximação pode ocorrer de forma voluntária, a partir do desejo ou por haver necessidade dos filhos diante dos diferentes motivos apresentados no decorrer das entrevistas, como fator econômico, judicial, entre outros, além de poderem coexistir ambas as motivações. A autora Peixoto (2000) compartilha que poucos são os avós que não participam, em algum momento, do cuidado com os netos, desempenhando seus papéis classificados em participativos, cuidadores voluntários e cuidadores involuntários, conforme apontado anteriormente. Para Pinto et al. (2014) e Vitale (2015), os avós efetivamente passam a ser importantes redes de apoio, segurança, estabilidade e suporte emocional para os seus filhos nos momentos de dificuldade familiar.

A partir disso, as relações intergeracionais se modificam de modo significativo, podendo contribuir positivamente para a convivência entre ambos. Lins de Barros (1987) afirma que a relação dos avós com seus netos é essencial para o desenvolvimento da subjetividade desses netos, que não têm as figuras parentais como única referência. Destacando que há uma oportunidade de convívio com outras pessoas, e os avós são particularmente importantes, mesmo levando-se em conta os conflitos de geração, as diferenças de opinião, podendo ser vistos nas análises dos núcleos de sentido posteriores.

Na fala das pessoas entrevistadas, considerando os diferentes motivos que levaram a tal posição, há um ponto comum sobre o compartilhamento do cuidado, que é o *desejo*, em que os avós se mostram disponíveis para a função, tornando-se, assim, atores sociais importantes na vida de seus netos e das famílias. Outra associação identificada é a *necessidade* do compartilhamento entre a figura

parental e avós, sendo importante frisar que este lugar foi ocupado por avós diante das circunstâncias, mas não pelo desejo.

De acordo com estudos apresentados no capítulo 3 (Lins de Barros, 2005; Peixoto, 2004), a necessidade da participação de avós na criação dos netos ocorre para que a figura parental possa desempenhar suas funções profissionais, sendo identificada no fragmento abaixo:

Foi questão mesmo de necessidade, né? Porque a gente já morava junta, né, nós duas, e eu tinha que voltar a trabalhar, né? Porque eu tava desempregada já, e eu precisava voltar pra trabalhar de qualquer forma. E como é que você volta a trabalhar com um bebê pequeno? Aí ela falou: olha, eu tô em casa, então assim, eu cuido dela. (Mãe, Família A, 2025).

Não, aquilo foi uma coisa bem, bem espontânea. Porque eu trabalhava, né? E ela também. Então, nós chegamos num senso de que seria melhor que ela continuasse trabalhando e eu parasse pra tomar conta, que eu não queria que colocasse ela em creche. Porque eu falei assim: você nunca foi pra creche. Então eu virei pra ela e falei assim: botar a minha neta numa creche, eu não via essa possibilidade. Então eu falei: eu prefiro sair do meu serviço e tomar conta dela. E nós combinamos assim. (Avó Materna, Família A, 2025).

Os estudos de Vitale (2002) contribuem para analisar o outro aspecto, que consiste no desejo e na disponibilidade para cuidar dos netos e, mesmo em diferentes níveis, acabam exercendo o apoio afetivo e moral, bem como suporte financeiro, desempenhando uma importante rede de apoio e ocupando, em muitos momentos, o lugar de cuidadores integrais dos netos.

E é assim, é uma gratificação pra mim, porque, é como eu falei com o técnico, antes, é assim, eu também mudei por dentro. Porque antes, Renata sabia que eu não queria ter neto. Eu nunca quis ter neto. Eu falava com ela: não me engravida porque eu não quero ter neto. Eu não quero cuidar de neto. Mas assim, Deus sabe como ele trabalha na vida da gente e ele vai botando as coisas na vida da gente e vai transformando a vida da gente também, que hoje os meus três netos são a minha alegria, e a cada dia eu tô mais apaixonada por eles, entendeu? Essa semana eu até falei com ela: Renata, eu vou te falar uma coisa que você não vai acreditar: a cada dia eu tô mais apaixonada pelos seus filhos(...). Então, eu tento dar um adiantinho pra ela, entendeu? Como eu fico em casa, eu não trabalho fora, aí eu faço pra ela e depois eu vou pra minha casa cuidar da minha, entendeu? (Avó Paterna, Família C, 2025, grifo nosso).

Em uma perspectiva diferente das ideias associadas citadas anteriormente, a **Responsabilização pela Criança** ocorre quando os avós passam a assumir o papel de cuidadores de forma involuntária, em que, por motivos distintos, possuem a guarda dos netos e conseqüentemente a responsabilidade por eles. Nessa circunstância, eles são chamados de “avós com custódia” (quando detêm a

guarda dos netos judicialmente), de acordo com a definição de Dias Costa e Rangel (2005).

Em relação à *Família B* e à *Família D*, em que respectivamente a avó materna possui a guarda dos netos e a outra, detém a curatela da filha. Nestas situações especificamente, a responsabilização pela criança inverte os papéis. Em ambos os casos, não é a mãe que vai pedir que a avó compartilhe o cuidado, mas a avó que permite até onde ela quiser que a mãe compartilhe, potencializando uma confusão quanto aos papéis parentais. É possível observar, na entrevista com a avó materna da *Família B*, a guarda dos netos como uma obrigação, de acordo com o fragmento abaixo:

Foram pedidos. Não porque eu não ame eles, que eu não queira, mas eu sempre vejo assim: a responsabilidade de um filho é dos pais. Óbvio que nós podemos, né, dar uma rede de apoio e fazer. Mas a minha concepção, como eu fui criada, ensinada, é assim: você tem um filho e você vai ter responsabilidade com ele, né? Assim, você não pode dirigir a terceiros. Logicamente nesse caso que foi judicialmente, eu me apresentei pra pegar a guarda deles porque não achava justo eles ficarem num abrigo, né? (Avó Materna, Família B, 2025).

(...) Na verdade, eu sou curadora e representante judicial dela. Eu tenho, ela é interdita, judicial, pela justiça. (...) Você sabe né, Aline, que você é interdita, você não tem poder *nenhum* pra decidir sobre essa criança, quem vai decidir é a sua mãe. (Avó Materna, Família D, 2025).

Como apresentamos no Capítulo 2, o **início do compartilhamento do cuidado** entre figuras parentais e avós a crianças e adolescentes ocorre por motivos distintos, conforme sinalizado nas análises anteriores. As outras formas de configurações familiares propiciaram alterações no desempenho dos papéis, ocasionando a necessidade do suporte de outras pessoas da família, nestes casos a figura dos avós.

Desde sempre, desde sempre. Porque eu tive que voltar a trabalhar cedo, ela tinha 8 meses, então ela ficava em casa com Júlia. Ela que dava o banhozinho, ela que fazia comida, ela que fazia tudo. Até, naquela época eu trabalhava um pouco menos horas, então já era mais fácil, chegava em casa, né, já conseguia cuidar mais dela. Mas sempre foi a minha mãe. (Mãe, Família A, 2025).

Aí como, perante a Justiça, só poderia entrar com um processo para reaver a guarda das crianças, só que pra ela seria mais difícil. Então aí eu entrei com o pedido na Justiça pra pegar a guarda deles. (Avó Materna, Família B, 2025).

Sim, é porque foi, quando eu ganhei Cristina, né? Sempre comigo. A neta, que é de sangue dela. Ela sempre estava lá em casa, na época a gente morava em Duas Pedra, porque teve a enchente em Olaria, aí eu fui morar em Duas Pedra, então ela estava sempre lá. Aí foi dando mesmo de, de tá presente ali, de ir num médico, de uma consulta, perguntando como é que tá (...). (Mãe, Família C, 2025).

Quando eu fui morar com o meu pai. Eu fui morar com o meu pai logo assim que a minha avó faleceu. Meu pai ficou sozinho e eu resolvi ficar com o meu pai. Aí eu só tinha o Breno e Lorena, que são os mais velhos. (Mãe, Família E, 2025).

Por conseguinte, também foi identificada a associação feita pelos avós e figuras parentais sobre a **validação recíproca de autoridade**, sendo reforçados os respectivos papéis nas configurações familiares e considerando a divisão do cuidado estabelecida. Conforme mencionado anteriormente, os conflitos fazem parte dessa dinâmica, mas para efeito de análise, a validação de autoridade é destacada como parte da pactuação, da contribuição e também da limitação que ela pode gerar.

Corroborando sobre a autonomia e a importância do respeito mútuo nas relações familiares, Sarti (2003, p. 46) afirma que é preciso definir os “limites pessoais e a atenção às necessidades do outro. Respeitando-se os limites da autonomia, podem ser modificadas as relações de autoridade”. Nesse sentido, Peixoto e Luz (2007) destacam a dificuldade de saber respeitar os limites de uns e outros quando as fronteiras não são as mesmas para as figuras parentais, avós e netos, posto que as visões de mundo, os valores e os comportamentos se modificam a cada geração. De acordo com as entrevistas realizadas com as respectivas famílias, *Família C* e *Família E*, foi possível identificar o respeito entre ambos, a autoridade que os avós exercem sobre as crianças sem descredibilizar ou interferir ativamente no exercício da parentalidade das mães.

Vale destacar que, referente à Família C, a avó paterna não tem demanda de suprimir essa mãe, de substituir essa mãe, ela reforça e valida essa mãe, dá mais recurso pra essa mãe cuidar dos filhos. Essa família não é monoparental.

Ela eu acho que ela já é mais, fala, dá aquele puxão de orelha, mas ela fala de um, contorna e fica mais doce. Eles ficam aporrinhado comigo. Com ela não, entendeu? (Mãe, Família C, 2025).

Ah, é diferente porque ela tem a maneira dela de viver, a maneira dela de criar os filhos dela, e eu tenho a minha maneira de viver e a minha maneira que eu criei os meus filhos, entendeu? (Avó Paterna, Família C, 2025).

Não é diferente, porque às vezes eu dou mais liberdade, entendeu? O Breno, hoje, hoje, o Breno ele sai pra brincar com as crianças perto de casa e volta um pouco mais tarde. Mas todo dia eu falo com ele: ‘Breno, não pode por isso, por isso e por isso’. Sempre explicando, pra evitar as más companhias, brincadeiras que não podem ser feitas, entendeu? Mas sempre de acordo com a minha filha, que na verdade, eu não mando neles, não é verdade? Então, eu não tenho essa obrigação de, mas cobro deles, todos eles. Todos eles me respeitam, eu acredito que me amam muito. Entendeu? (Avô Materno, Família E, 2025, grifo nosso).

Não, eu falo pra ele: olha, não tem como não corrigir isso, senão depois vai ficar fora de linha. Tem que pôr limite. Ele não se opõe a nada. (Mãe, Família E, 2025).

No que diz respeito à associação **Monoparentalidade**, durante as entrevistas ela irá se expressar nos casos em que as mães solo coabitam ou re-coabitam com as outras figuras femininas, representadas pelas avós. É interessante observar que juridicamente a monoparentalidade é definida conforme o art. 226, § 4º, da Constituição Federal de 1988, da seguinte forma: "Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". Trata-se de família estipulada no eixo vertical da parentalidade que liga pais e filhos de toda origem, acrescida do termo "mono", que significa um, ou seja, é a família formada por um ascendente, seja só mãe ou só pai e sua descendência, composta por um ou mais filhos, conforme destacado por Dufner (2023).

Referente à condição da *Família C*, representada pela mãe e a sogra, torna-se necessário problematizar sua classificação como caso de monoparentalidade, pois compreende-se que existe o compartilhamento de cuidado, com ambas dividindo não só a responsabilidade de cuidar das crianças, como apoio, senão exercem a parentalidade juntas, com a avó materializando, de certo modo, a presença paterna. Apesar de a figura masculina não estar presente fisicamente - não somente devido ao óbito, dado que o pai já era ausente antes disso -, a linhagem paterna é representada pela avó paterna, que sempre manifestou sua discordância quanto à postura omissa do próprio filho. Ou seja, a avó está exercendo a função paterna, equivalendo - embora não juridicamente - a um contexto de guarda compartilhada.

Em leitura à Vitale (2002) compreende-se que a expressão "famílias monoparentais" foi utilizada por Nadine Lefaucheur, na França, desde os anos 1970 para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros.

Para Barroso e Bruschini (1981), em seus estudos sobre as mulheres chefes de família, foi a partir de 1970, no Brasil, que essas mulheres passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas. Segundo as autoras, as mulheres chefes de família costumam ser também "mães de família"; acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica (Barroso & Bruschini, 1981).

Sobre as famílias chefiadas por mulheres, Lefaucheur (1997) corrobora que, à primeira vista, pode se confundir com famílias monoparentais femininas. No

entanto, as famílias chefiadas por mulheres não são necessariamente monoparentais.

Diante dessa reflexão, é viável problematizar novamente sobre as famílias entrevistadas, que em sua maioria são famílias chefiadas por mulheres, porém não necessariamente monoparentais, considerando a parentalidade exercida, de forma simultânea e complementar, por mães e avós, em algum desses casos. Ou seja, nesses casos não existem outras figuras parentais masculinas, mas existem outras figuras femininas exercendo a parentalidade concomitantemente à mãe.

Abordar sobre a monoparentalidade é seguramente pontuar inquietações e indagações que foram observadas no processo de entrevista com essas famílias, podendo ser analisado que não é um grupo homogêneo, senão marcado por distintas nuances e diversos contextos sociais e familiares.

Desde sempre, desde que eu tava grávida, né? Eu engravidei aos 19, engravidei cedo, né, eu morava ainda com a minha mãe. Então foi ela que me deu todo o suporte, enquanto eu tava grávida, que eu tive muitos problemas de saúde, né? Durante a gravidez, foi ela que ficou do meu lado, me cuidou, cuidou da Júlia quando nasceu. E desde que eu voltei a trabalhar, Júlia tinha 8 meses, ela que sempre tomou conta pra mim, né? Sempre ficou com a Júlia pra eu poder trabalhar. (Mãe, Família A, 2025).

Ah, eu acho que é o afeto deles, todo pra eles também. Ainda mais a gente que é assim, sozinha com eles. O pai da Cristina morreu. O do Pedro ele trabalha de sacoleiro, não é tão presente, vai pra lá de vez em quando, não vai de 15 em 15 dias, tem vezes que fica um mês, dois meses inteiros sem pegar. Aí manda uma mensagem, né, não está tão presente. O do Inácio a gente tá procurando, pela Defensoria ele, que eu não sei o paradeiro dele(...). Minha avó tá presente, meu avô tá presente e meu pai faleceu, que ele também não era tão presente antes da morte. Mas ela tem ali um, ela vê que tem gente por ela, por eles [A mãe ao relatar o que a filha acha sobre a relação com a avó]. E assim, que amam eles, que se preocupa, não só de dar presente, de passear, mas que se preocupa, que tá ali com eles, entendeu? Que tem mais gente, ah, não é só a minha mãe lá, que fica lá estressada, que cuida da gente. Eu acho que é importante. Porque eu não tive isso, esse, essa rede, algum familiar, entendeu. Do tipo: ah, aconteceu uma coisa muito grave! Meu Deus, o que eu vou fazer? Ah, fulano, eu posso conversar, né? Posso contar, ter uma ajuda. Eu acho que isso é importante pra eles. (Mãe, Família C, 2025, grifo nosso).

É assim, tem as situações de quando eu preciso pra trabalhar, né, uma faxina assim de, extra assim, desse serviço que eu tô, ela vai lá pra casa. Aí ela fica lá e fica com os três. De fazer tudo, né, dar comida, tudo. Aí quando Cristina, que Cristina tem uma fase que tá bem rebelde assim, que eu falo, estava me afrontando, me peitando, ela tem 12 anos agora, na época ela tinha uns 10. Então, a gente estava, ela veio junto pra conversar, a Maria, que é a avó dela, e o avô. Fala, Cristina nessa rebeldia, não tem motivo, então acho que é isso, meio assim, de ajudar a conversar, entendeu? Fora o ajudar a ficar pra eu trabalhar tem também isso da conversa, e ajudar de comprar as coisas, pra também, tá faltando alguma coisa, uma roupa, mochila, um negócio assim também, está sempre próximo, pra cuidar disso também. Me dá, assim, a Fátima, que eu sou mais chegada a Maria, né? Tá precisando de alguma coisa, que eu posso ajudar? Ah, Maria, você pode então ficar com eles? Ah Cristina tá sem um tênis, não sei o quê... Ela vem e tenta ajudar nisso tudo. (Mãe, Família C, 2025).

Contudo, algumas perguntas se desdobram a partir das entrevistas e modelos familiares apresentados, como: Quando e como falar em monoparentalidade, quando tem a presença de pessoas que dividem o exercício da parentalidade? Estamos voltando à referência estritamente biológica e sexualmente binária como principal na definição do exercício da parentalidade?

#### 4.5.2. Conflito Intergeracional

De acordo com este eixo de análise, foram identificados três núcleos de sentido, sendo eles: **Concepção sobre conflito, Conflito Integrado à Convivência Familiar e Interferência no Exercício da Parentalidade**, e treze ideias associadas, no total, para os respectivos núcleos.

No que diz respeito ao primeiro núcleo de sentido, **Concepção sobre conflito**, foi possível identificar três principais ideias associadas: a) *violência física entre as gerações*; b) *suporte ou responsabilidade*; c) *conflito como parte das relações*.

Ainda que com menor frequência, ao longo das entrevistas com avós e figuras parentais, foi feita a articulação da concepção sobre conflito com a **violência física entre gerações**. Observação como essa nos mostra a dificuldade das pessoas entrevistadas em abordar diretamente sobre a questão apresentada, sobretudo, ao serem indagados sobre a existência de conflito a partir do cuidado compartilhado entre eles/elas e na diferente forma de cuidar, reiterando a prevalência da carga semântica exclusivamente negativa associada ao termo. Cabe ressaltar que o conflito aparece com mais destaque em outras perguntas, como na divisão do cuidado, na diferença geracional e como parte das relações ou, em outras palavras, em situações de tensão não explicitamente nomeadas ou qualificadas como conflituosas.

Não, porque ela tem uma maneira de pensar e eu tenho uma maneira de pensar, o conflito nosso é isso mesmo, não é fisicamente. (Mãe, Família D, 2025).

Não, não existe conflito. Pelo menos, da minha parte, eu acho que não. (Avó Materna, Família A, 2025).

Em outro aspecto, a violência física aparece como possível conflito entre as diferentes gerações, como uma forma de impor limite e controle diante da situação de desobediência.

(...) às vezes eu até falo com a Renata: ó, não tá obedecendo, não tá escutando? Usa a Psicologia Havaiana: tira a sandália Havaiana do pé e dá uma chinelada na bunda porque é, pé de galinha nunca matou pinto. Mas eu não sou adepta a bater. Eu falo assim, de boca pra fora, entendeu? E ela sabe também disso, entendeu? Porque ela também não bate nas crianças, entendeu? (Avó Materna, Família C, 2025).

Pelo que foi possível observar, pela fala das famílias entrevistadas, o **Suporte ou Responsabilidade** aparecem associados diretamente ao lugar ocupado dos cuidados integrais de seus netos e os conflitos que decorrem a partir dessa função. Nesses dois casos, analisamos a existência da avó por custódia, *Família C*, que assume a responsabilidade legal dos netos, tornando-se a cuidadora primária legal (Gerondo, 2016). A outra avó, *Família D*, cuida de forma permanente, considerando que possui a curatela da filha devido à deficiência. Esses lugares que ambas ocupam acabam gerando conflitos entre as figuras parentais e avós, mediante insatisfação no exercício da função ou disputa de autoridade, dentre outros fatores. Uma avó não gostaria de estar nesse lugar de responsabilidade dos netos, pois atribui essa função aos pais e a outra avó gostaria de exercer a parentalidade, porém sem a presença da mãe.

Conforme exposto no capítulo 2, o processo de compartilhamento de responsabilidades, e até mesmo de suporte, não irá transcorrer sem percalços, divergências sobre o método de criação, disputas e conflitos entre essas gerações distintas.

Não. Como eu te disse: a responsabilidade é do pai e da mãe, então, não é uma escolha minha, e sim, uma coisa que eu tive que fazer pro bem deles. Né? Isso não me causou, é, assim, ah, 'morri por causa disso'. Não. Mas tipo assim, quem tem os seus filhos tem que ter a responsabilidade de cuidar. Já que você não quer ter a responsabilidade, não tenha. E se teve um, pra quê você teve três? Se você não tem capacidade de cuidar de um, você arruma três? Né? Então, tipo assim, é, não nessa situação, ah, Deus que me perdoe, mas se a mãe viesse a falecer, os pais, lógico, eu iria pegar eles pra criar de qualquer forma, né? Porque não deixaria na mão de ninguém. Mas não por escolha minha. Ah, eu quero. Igual a Amanda, a gente quis pegar ela. Não foi Conselho Tutelar, não foi nada, a gente quis adotar ela, pra gente. Ali foi uma escolha. Não que eu não tive escolha, a escolha foi meio que assim: ou você pega ou seus filhos vão ficar sofrendo, seus netos vão ficar sofrendo. E isso você não quer, então... Entendeu? Que é assim. (Avó Materna, Família B, 2025, grifo nosso).

Se eu, tendo condições, aí eu cuido. Entendeu? Mas sem a mãe perto. Com a mãe perto não tem condições. Não tem como. Infelizmente, é a minha filha, mas não tem como. (Avó Materna, Família D, 2025).

Outra ideia associada nas entrevistas é o **conflito como parte das relações**, sendo identificado o benefício mútuo, seja com o suporte financeiro, emocional e afetivo, a troca de conhecimento, dentre outros. Mas, ao mesmo

tempo, as diferenças intergeracionais que decorrem de múltiplos fatores, como concepções e práticas de cuidados, desejos díspares em relação ao cuidado compartilhado, sendo conduzidas como parte dessas relações estabelecidas entre figuras parentais e avós.

Nesse contexto, Peixoto e Luz (2007) pontuam que as relações não são regidas somente por harmonias da troca, identificando também que os conflitos estão integrados ao convívio, sendo derivados das relações de poder entre as gerações e marcados por sentimentos contraditórios.

São coisas assim, bem pontuais também, né? Não é uma coisa recorrente, não é uma coisa grave nem que ocupe muito da nossa vida. Não é. (Mãe, Família A, 2025).

Aí às vezes surge alguma divergenciazinha no que eu falo e no que ela acha que tem que ser, mas nada que perdure. É decidido ali na hora e pronto(...). (Avó Materna, Família A, 2025).

(...)Tem uns pequenos conflitos, que há, que na verdade nem deveria ter, e quando eles falam alguma coisa assim, perante, e não pode deixar passar, a gente chama a atenção, como subir em cima de uma cadeira próximo ao fogão, o perigo que é, certo? E outra assim, excesso de banho, só isso. E o desleixo, porque criança pega os seus brinquedos e joga no chão, não quer guardar com cuidado. (Avô Paterno, Família E, 2025).

Sobre o núcleo **Conflito Integrado à Convivência Familiar**, as ideias associadas são: a) *convivência*; b) *divergência na forma de cuidar*; c) *inversão na titularidade do cuidado*; d) *Supressão da figura parental*; e) *Sobrecarga de trabalho*.

A partir desse núcleo de sentido, fica mais evidente a autoridade e o poder se manifestando nas relações. De acordo com Romanelli (2003), embora a autoridade e o poder se refiram a relações de comando e obediência, o modo como se expressam é diferente.

A noção de autoridade irá se reportar às experiências comuns vividas no passado e seu exercício visa preservar posições hierárquicas já estabelecidas. Já as relações de poder se manifestam no confronto com o outro e vão se transformando, até mesmo se subvertendo a posições tradicionais de comando. Como podemos observar nas entrevistas com determinadas famílias, autoridade e poder manifestam-se sobrepostos e entrelaçados na dinâmica familiar, ora resultando em conflitos, limitações ou supressão.

A ideia associada à **convivência** corrobora os estudos compartilhados no capítulo 2, em que foram destacadas mudanças significativas nas relações intergeracionais a partir da coabitação, sinalizando confrontos geracionais,

conforme explicitado neste estudo. Essa convivência acarreta participação mais ativa na vida do outro e, com isso, acaba provocando conflitos no ambiente familiar. De acordo com Peixoto e Luz (2007), a coabitação torna-se difícil, principalmente com a existência de duas, três ou até quatro gerações, existindo conflitos e até rupturas.

Sendo assim, as mudanças nas estruturas familiares possibilitam a ampliação e até a inversão dos papéis, pois há avós que cuidam e aquelas que possuem a responsabilidade legal sobre os netos. A associação surge nas entrevistas da seguinte forma:

Não, a gente sempre foi, temos nossas brigas, claro, como toda mãe e filha, de vez em quando, sai uns arranca rabo, mas a gente sempre teve uma boa relação, sabe? A gente sempre foi muito parceira, porque sempre fomos só eu e ela, né? Meus pais separaram eu era muito pequena também, apesar do meu pai sempre ter sido um pai bastante presente, graças a Deus, mas foi sempre nós duas. Então a gente sempre teve essa boa relação, damos as nossas bicadas de vez em quando, mas a gente sempre foi muito parceira. E isso continua, vem continuando, né? Até hoje. (Mãe, Família A, 2025).

Mudou, porque aí eu passei a cobrar mais dela, porque eu não posso deixar cair. Ela deixa de ter responsabilidade, o que é dela. Eu deixo isso bem claro pra ela. Eu criei vocês. Eu não tive Conselho Tutelar na minha porta. Vocês tão tudo criado, tudo maior de idade. (Avó Materna, Família B, 2025).

Não, a mesma coisa. A gente briga, a gente diverge, se tiver que dar uns puxões de orelha a gente dá também, mas é a mesma coisa. (...) Só fica um pouquinho no meu pé a mais, mas eu não dou bola. Ela fala, entra por aqui e sai aqui. (Mãe, Família B, 2025).

Eu acho que só ficou mais forte, assim mesmo, mais próxima. Eu sempre tive, além, quando foi sogra, né, eu sempre falava que ela, tipo, a mãe, uma segunda mãe, a mãe que Deus enviou pra mim. (Mãe, Família C, 2025).

A partir da convivência entre as gerações, é possível identificar a **divergência na forma de cuidar**. Esses conflitos intergeracionais são potencializados devido à composição dos lares multigeracionais, ocorrendo na interferência na educação, nas normas contraditórias impostas pelas figuras parentais e avós, nos desejos díspares em relação ao cuidado compartilhado. Desta forma, os conflitos intergeracionais podem ocorrer quando avós tecem críticas sobre o modo como suas filhas criam seus netos ou os responsáveis não concordam com a forma de cuidado de avós a netos(as).

Nota-se que as diferenças no modo de cuidar podem ser exacerbadas, desenvolvendo conflitos entre figuras parentais e avós na dinâmica familiar.

Minha mãe é evangélica. Eu creio em Deus, mas eu não tenho uma religião. Então assim, eu vou explicar, Julia vem com os questionamentos, de toda criança, né?

'Ah, da onde vem tal coisa, o que acontece?'. Então eu vou explicando a ela, né, numa pegada mais, científica? Digamos assim. Aí minha mãe já vem: 'não, não foi assim, foi Deus que fez. Pare! Pare!'. 'Mãe, da onde vêm as pessoas, da onde vem o ser humano?'. Falei, 'então, minha filha, tem uma teoria assim, assim, assim...'. 'Quem fez o ser humano foi Deus!' Vem a minha mãe. Então assim, nisso a gente tem bastante desencontro, que eu quero ensinar de uma forma e ela acha que tudo tem que puxar pra religião. Eu não gosto disso. (Mãe, Família A, 2025, grifo nosso).

Eu tenho um jeito mais rígido, pra falar, entendeu? O tom de voz é diferente. Eu altero, geralmente gritando. Minha mãe já fala mais baixo. Se eu não falo mais alto com ele, ele não obedece, então... (Mãe, Família B, 2025).

Acredito que não. Você sabe por que não? [*avó materna relatando a forma de cuidar da mãe*] Por exemplo, no banho, porque que uma criança vai tomar banho depois de 10 horas da noite? Por que que uma criança tem que dormir depois de 11 horas, meia-noite, já levanta, aliás, nem levanta da cama, a garota não levanta, não escova um dente, não lava uma boca, não toma um café, já com o celular da mãe na mão. Isso é errado. (Avó Materna, Família D, 2025, grifo nosso).

Não, não houve. Do jeito que eu faço ela nunca fala se está certo ou se está errado, entendeu? Mas quando eu vejo que está faltando alguma coisa, 'filha, olha, é assim, assim e assim'. Às vezes, ou, as criança acorda, o cabelo fica todo à vontade. Então, você há de convir que tem que fazer o asseio, tomar um banho, escovar o dentinho, pentear o cabelo, pôr tudo em ordem. Às vezes isso não acontece. Aí a gente discorda. Mas nunca tivemos problema. 'Filha tem que fazer assim, assim e assim'. 'Ah, mas eu acho tão bonitinho ela assim'. Não, mas não está certo. Só isso. (Avó Paterno, Família E, 2025).

(...) Então antigamente a gente tinha isso, hoje criaram filho bem diferente, porque o mundo tá tão evoluído, que é só o celular, é só a televisão, é só a internet, só que isso, ao invés de ajudar, prejudica. 'Ah, tá aporrinhando! Dá o celular pra essa criança!'. Vê um vídeo, dá um pouco de sossego. É assim. E nós acabamos pegando esse comportamento pra gente também. Porque o que a gente vai fazer? Se todo mundo já tá fazendo e a gente não consegue botar uma criança pra brincar no quintal, uma criança, é, comer até mesmo uma fruta do pé, não consegue mais, porque criança passa mal dois minutos depois. Então, começou a ficar muito diferente porque, antes, e também a paciência, né? Porque a gente tá com 20, 30 anos, é uma coisa. Depois dos 40 é outra. Mas assim, aqui a gente fala: 'criança vai dar trabalho?'. Vai. Depois de um certo tempo vai melhorar. Toda criança, a maioria, né, das criança dá trabalho, uma menos e outra mais. Mas dá trabalho, é criança. E, assim, mudou nossa rotina, mudou nossa vida, mudou tudo. (Mãe, Família B, 2025).

Os estudos de Camarano (1999) e Peixoto (2004), contribuem para a análise sobre a **inversão na titularidade do cuidado**, identificada no decorrer das entrevistas. O cenário de coabitação/re-coabitação tende a acarretar a divisão, o desempenho e a inversão de papéis no contexto familiar, provocando dificuldades e conflitos integrados à convivência familiar, interferindo também diretamente no exercício da parentalidade. De acordo com Cardoso (2011), a necessidade das figuras parentais em compartilhar os cuidados dos filhos com avós acaba contribuindo para que se consolide na família a confusão dos papéis parentais. A autora enfatiza que os avós, nessas situações, acabam assumindo atribuições

referentes aos pais e tomam para si a responsabilidade dos cuidados com as crianças.

Referente à *Família B*, a relação de poder encontra-se estabelecida por meio das atribuições de direitos e deveres, sobretudo quando a avó materna possui a titularidade devido a obter a responsabilidade legal dos netos. Diante disso, o exercício da autoridade e do controle acaba gerando mais conflitos entre as gerações.

Só que eu cobro dela: 'você vai me ajudar'. 'Ah, mas a guarda tá com você'. Falei: 'Dane-se! A Justiça não me sustenta, não sustenta você. Quem te sustenta ainda sou eu. Então vamos ajudar sim. Eu arrumei casa! Você mora dentro dessa casa. Se eu estou trabalhando e saio 4 horas da manhã, eu não posso arrumar uma casa 4 horas da manhã. Então eu espero que no mínimo você ajeite a sala e lave a louça. Né?'. Faxinar a casa não, tá? Não vai sair lá do cantinho dela não. Mas assim, né, deixar meio que organizado, né, sem tanta bagunça, né, esquentar a alimentação das crianças, pq eu faço janta, né? Eu faço questão de fazer a janta, pra deixar. Porque eu faço marmita pro meu filho. E também, se ela tá fazendo, eu deixo ela terminar de fazer. Mas se eu cheguei e ela não está fazendo, eu vou fazer e ela vai cuidar das criança, né? E assim a gente faz. (Avó Materna, Família B, 2025).

Diferentemente do que foi identificado nas entrevistas com avós, Billé (2002), em seus estudos, aponta sobre a sutileza que é o papel dos avós, ou seja, que é estar disponível, porém não atrapalhar; responder às demandas por conselhos, mas sem julgar; não se envolver nos projetos educativos, mas oferecer escolhas, sem confrontar os genitores e, principalmente, não usurpar a função dos pais. A **Supressão da figura parental** é compreendida nas entrevistas, ao identificar as avós afastando ou subestimando a figura materna, quando, pelo fato de serem responsáveis legalmente, seja por curatela (Família D) ou guarda (Família B), acabam substituindo e negando o exercício da parentalidade destas mães. Com isso, comprometem a divisão do cuidado e potencializam o conflito entre ambas. Vale destacar que a supressão de uma geração significa também suprimir uma história, trazendo impactos e limites para a maternagem e para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Oliveira, 2011).

Então, porque não é que eu sei cuidar melhor que ela, nada disso. É o que eu te falei, nem tudo é a ferro e fogo, e às vezes, pra ela, tudo é a ferro e fogo. E o respeito, a criança, ela não tem que ter medo, ela tem que ter respeito. Você fala não, é não. Agora não. Quando eu quiser, ou tiver tempo, ou puder, eu faço (...)  
(Avó Materna, Família B, 2025).

(...)Ela não tem assim, a maturidade que, às vezes, ela se comporta igual aos filhos. Né? Acha que é tudo, se você disser não pra ela é difícil também. Ela é igual criança.  
(Avó Materna, Família B, 2025).

É, porque quando a Mariana ficava sozinha comigo ela me obedecia, só que hoje ela não me obedece mais. (Avó Materna, Família D, 2025).

Querida muito que isso mudasse, se fosse um pouco, não tudo, do meu jeito. Mas alguma coisa sim. Entendeu? Eu acredito que sim. Ela comigo ela é uma coisa e com a mãe, as duas juntam, e não fica bem, entendeu? E, inclusive, a mãe está ficando bem, bem diferente comigo. (Avó Materna, Família D, 2025).

As concepções explicitadas acima permitem pensar sobre o impacto para as equipes, seja do Judiciário ou dos órgãos de proteção, no manejo de casos em que ocorra a supressão de uma geração, acentuando, assim, seu grau de complexidade.

Na fala das entrevistadas, é possível identificar a **Sobrecarga de trabalho** e os pontos em que há convergência. De acordo com Ribeiro (2016), o lugar do cuidado ocupado pela mulher e o seu papel imposto de multifuncionalidade, ou seja, responsável pelas atividades externas, domésticas e cuidado com os filhos, provoca uma sobrecarga avassaladora, sobretudo mediante a necessidade de sustento e sobrevivência da família. A autora reforça que, nas famílias em que a mulher é a responsável pela renda familiar, torna-se ainda mais sacrificante, pois além de trabalhar, ainda precisa desempenhar o cuidado com filhos, caso contrário, carrega consigo a culpabilização por não administrar melhor o tempo, gerando conflitos internos e com quem compartilha o cuidado. Os trechos abaixo exemplificam a associação apresentada nas entrevistas.

A gente sempre pode melhorar, né? Eu sempre me cobro, assim, de eu não conseguir brincar tanto com ela. Acho que eu deveria ser uma mãe mais, sabe, não é que eu não sou presente, claro que sou. Moro com ela, né? A gente tá junto todo dia. Só que às vezes eu acho que eu peço um pouco no quesito: 'mamãe, vem brincar comigo!'. E eu tô toda enrolada com alguma outra coisa. Tentando dar conta de casa, de trabalho, de faculdade. E aí eu não brinco tanto com ela quanto eu deveria. Sabe, às vezes eu sinto que eu tô deixando passar momentos importantes por conta da correria do dia a dia, do cansaço, e isso eu me cobro muito. Entende? E aquele, com amor, aquele praxe, quando a gente se estressa com a criança, a gente dá uns grito, depois a gente chora. Ah, porque quê que eu gritei, eu tenho que ser mais calma! Só que na hora você se estressa e não tem como, você dá um grito. Acontece bastante. (Mãe, Família A, 2025, grifo nosso).

Às vezes, não é sempre não. Às vezes, assim, a gente questiona: ah, por exemplo, se ela tiver em casa eu posso sair, fazer compras do mês, eu posso ir ao médico. Mas se ela não tiver, aí como é que eu faço? Tem que arrumar alguém, ou eu vou ter que carregar junto, tem lugar que eu posso levar, tem lugar que eu não posso. Né? Então, às vezes, sobrecarrega, mas nada muita coisa assim não. Óbvio que mudou minha rotina, né? Antes eu tinha uma criança em casa, ela ia pro quarto dela, ia dormir, vamos supor, à tarde, ela chegava do colégio e ia dormir. A casa ficava tranquila pra mim arrumar, ou fazer alguma coisa ou até mesmo tirar meu cochilinho da tarde, a gente fala, o soninho da beleza, né? Que meus filhos falavam: 'mãe, continua dormindo que não tá adiantando muito não'. Mas assim, é, acaba mudando um pouquinho e sobrecarrega um pouquinho. Sim, claro. Uma despesa a mais, não reclamando, tá? Mas assim, é óbvio, tudo você vai gastar a mais, né? As

coisinhas deles que a gente sempre compra, agora, material escolar. Então, ao invés de ser pra um é pra dois. E hoje em dia você não vai lá comprar, as crianças olham, aí é bem mais carinho, né? Aí vai e essa escolhe alguma coisa, essa escolhe a outra, mas nada muito pesado, né, muito. (Avó Materna, Família B, 2025, grifo nosso).

“Ah, tinha que arrumar a cozinha”. Tá, arrumei, “mas podia ter adiantado tal coisa”. Aí agora vou ficar mais um tempo com eles. “Ah, já cheguei do serviço”, já tem a uma casa assim, já deixei pré-arrumado, as coisas pré-feito, pra não perder tanto naqueles trem, porque eu já tô chegando estressada. Eu sinto insegurança. Eu falo, às vezes, que eu não tô me aguentando, eu não tô me aguentando, de tão chata. E minha cabeça, igual hoje, eu saí e a casa tá lá. E fora, ah, se arrumar, jogar roupa e tudo, então eu acho que eu não tô tendo pulso nessa organização, de não cobrar demais deles, que, né? de acordo com a idade, mas de cobrar alguma coisa. Igual tem, começar a falar com eles, não, isso não é favor, tem coisa que são tarefas, são obrigações de vocês. (Mãe, Família C, 2025).

Muita coisa. Não, não é contra a Mariana, em geral, em geral. [avó materna ao falar que se sente sobrecarregada]. (Avó Materna, Família D, 2025, grifo nosso).

Referente ao núcleo de sentido sobre **Interferência no Exercício da Parentalidade**, as ideias associadas são: a) *disputa de autoridade*; b) *inversão da titularidade do cuidado*; c) *diferença geracional*; d) *superproteção*; e) *pactuação de normas e limites*.

Na presente investigação, foi possível notar a **disputa de autoridade** como uma forma de interferir no exercício da parentalidade. Por motivos que já foram explicitados no decorrer da pesquisa, ocorreu a inserção de avós ao cuidado de netos e, conforme detalhado no capítulo 3, esses avós, por terem essa incumbência, podem educar a seu modo, em detrimento da vontade dos genitores, ou mesmo podem depreciar a importância dos pais. O estudo nos aponta sobre os conflitos que surgem entre as diferentes gerações, quando necessidades e desejos de avós e das figuras parentais entram em conflito, ocorrendo a disputa de autoridade.

Evitar de ficar gritando, porque isso altera, né, crianças, evitar ficar gritando. E bater, realmente não pode, né? Até porque ela já foi denunciada por conta disso. Então, evitar gritar. Óbvio, uma hora ou outra a gente, né, acaba gritando, isso aí é fato. Não vou dizer que ela nunca grita, eu falo: ‘cuidado com o que você fala, do jeito que você fala. Porque nós temos vizinhos também, e eles não vão gostar de ficar ouvindo grito o dia inteiro’. Então eu chamo a atenção. Não obedeceu? Tiro o fio da televisão, tiro aquelas coisa assim, que conecta na televisão e coisa. É de plugue, né? Se você quiser tirar os dois, você tira, não tem televisão (...). (Avó Materna, Família B, 2025).

Sim. Você não pode falar assim com ele! Você tem... [mãe relatando conversa entre a avó materna e ela]. Eu digo assim: ‘Não se mete! Se não for assim, não me escuta’. Igual tomar banho, pra tomar banho eu tenho que ficar dentro do banheiro com ele. (Mãe, Família B, 2025, grifo nosso).

Ah, é diferente, ela cuida de um jeito e eu penso de cuidar assim, diferente, mas não prejudicando, pra andar pra frente, entendeu? (Avó Materna, Família D, 2025).

Com a minha mãe é assim, tem que ter horário, então, pra eu não bater de frente com ela que eu dependo pra morar do teto, eu prefiro ficar quieta, entendeu? E não discutir mais, porque se eu for ficar dando audiência, quanto mais eu falo mais ela fala. Então eu prefiro recuar pra ela esfriar a cabeça, eu esfriar a cabeça aí nós conversa. (Mãe, Família D, 2025).

Assim como a ideia associada acima, a **Inversão da titularidade do cuidado** apresenta a interferência direta no exercício da parentalidade. Nessas situações, os avós acabam assumindo as atribuições referentes aos pais e tomam para si a responsabilidade dos cuidados com as crianças.

Isso, é, se as crianças não estiver, assim, tiver bem agitado. Não precisa fazer nada, só olhar as criança. Quando eu chegar arrumo a casa. Só não deixar tanta bagunça, que uma hora ou outra você dá um jeitinho. Ah, não quiseram comer. Pode dar um lanche? Pode. Aqui a gente fala que uma hora a gente pode ceder. É o que eu falo com ela: nem tudo é a ferro e fogo. Tem hora que eu posso ceder, tem hora que não. E se eu ceder sempre, eles vão achar que sempre eles vão poder fazer o que quer. Não. Tem hora pra isso, tem hora pra aquilo. 'Ah, eu obedeci hoje, respeitei'. Que legal. O que nós vamos fazer então? Vamos comer uma pipoca, assistindo TV, meio que uma recompensa por bom comportamento. E assim vai gerar neles o quê? Toda vez que eu me comportar, a gente vai tá todo mundo reunido, brincando junto, comendo uma pipoca. Eu assisto Mongo e Drongo. 'Vó, vou botar Mongo e Drongo, você adora Mongo e Drongo'. Falei: 'Adoro. Não desgosto nem gosto, né?'. Mas é uns bichinho bem feinho, não sei se você já viu? (Avó Materna, Família B, 2025).

Então eu ainda tô evitando pra não ter um outro conflito entre eu e minha mãe. Mas a minha mãe quer controlar tudo, e eu não vou, eu não permito, entendeu? (Mãe, Família D, 2025).

Sobre a ideia associada à **diferença geracional**, é possível identificar aspectos de divergência entre as pessoas entrevistadas, que ocorrem justamente nas diferentes formas e comportamentos, diante do cuidado à criança e ao adolescente, vivências distintas e experiências como uma manifestação da diferença geracional.

A partir da visão de Lins de Barros (2006) sobre geração, reitera-se que as formas de comportamento e de pensamento são observadas e sentidas de modo distinto de uma geração para outra, mas há também percepção de permanências de valores e práticas.

Para Cardoso (2011), quanto maiores as mudanças socioculturais, maior é a discrepância entre as experiências de cada geração e, conseqüentemente, maior pode ser a acentuação das diferenças intergeracionais. Para a autora, o fato de diferentes gerações estarem vivendo na contemporaneidade não elimina as especificidades das visões de cada uma delas. Contudo, por serem distintos seus posicionamentos geracionais, cada um deles interpretará essas mudanças de

forma particular. Nessa discussão, conforme apontado no capítulo 3, a autora Groeninga (2006, p. 6) considera que a família “se caracteriza pela diferença de gerações e pelo exercício diferenciado das funções e valores, transmitidos de geração em geração”.

Nessa concepção, observa-se que as dinâmicas familiares podem, por vezes, suscitar relações de competição e disputas intergeracionais, por ser a família um lugar não só de formação do ser humano, como também de aprendizado, realização e conflitos.

Não, nenhuma. Volta e meia, claro, a gente tem os nossos desentendimentos. Não, não quero que seja feito dessa forma, né? Tô criando ela assim, então, vamos seguir isso aqui. Não, mas eu acho que tem que ser diferente, isso acontece sempre, claro. Gerações diferentes, mas a gente consegue se entender. (Mãe, Família A, 2025).

Sim, eu acho que devido até a geração, né? Eu cuido de um jeito, ela já cuida de outro, já abre mais, né, exceções. Eu já prefiro ficar mais atenta, mais cuidado, ah, não deixo ela ir pra aquele lugar, pode ser perigoso, em relação à escola, passeios na escola. Eu fico meio receosa, porque a gente cuida. A gente não sabe se a pessoa que vai estar lá, se é professora, vai cuidar. Não cuida como a gente, né? Então eu tenho certos receios. Ela já não. Ela já fala: mãe, ela precisa ter esse espaço, ela precisa ampliar os horizontes. Aí, muito contra a vontade, mas eu aceito. (Avó Materna, Família A, 2025).

Ah, acho que sim, porque cada geração tem um jeito de criar diferente, cuidar diferente. Então cada geração é diferente. (Mãe, Família B, 2025).

Ah, muda. Porque talvez, né, a cabeça diferente e, sei lá, parece que eu também assim, é, chegou uma certa idade e a gente parece que a gente estaciona. Mas isso não é só eu, né? (...) O comportamento. Muda o jeito de você agir. Ah, eu agora tô com sono, não vou sair não, eu vou descansar que amanhã tem que trabalhar. Às vezes de tarde eu penso assim: 'não, eu vou dar uma descansada, que amanhã eu pego cedo, né?' Mas muda sim. (Avó Materna, Família B, 2025).

Ah, é diferente porque eu tenho a minha maneira do jeito antigo de cuidar das crianças, de conversar, de explicar pra eles o que pode e o que não pode, o que é certo e o que não é certo, entendeu? E ela já tem a maneira dela de mãe, do jeito que ela foi criada, da maneira dela. Mas isso também não influi em nada porque a gente se juntando, as duas, é o mesmo cuidado, entendeu? (Avó Paterna, Família C, 2025).

Eu acho que muda, mas, assim, que ela fala que eu tenho que ter mais pulso, né? Que é o que eu não tô conseguindo ter. Mas eu gosto do jeito dela, assim, dela, ela também fala alto, puxa a orelha da Cristina, mas ela, eu não sei, como que ela consegue assim, de chamar a atenção, mesmo que parece que eles não ouve, o que a gente conversa, parece que eles não ouve. (Mãe, Família C, 2025).

Eu acho que sim, porque eu fui criada de uma forma, Juliana, no caso, Juliana foi cuidada de outra forma. Entendeu? Porque, a gente mais novo, a gente tem mais paciência, de conversar, dialogar, de explicar, de, é mostrar como é o mundo aqui fora. (Mãe, Família D, 2025).

A gente tem um pouco, assim, de experiência, a gente vê, já passou por tanta coisa, entendeu? Eu creio que em parte dessa mudança, né? Agora minha filha tá, dado o problema dela, ela tá assim, ela é muito atenta aos filhos, demais da conta. Se um

dia eu errar com essas crianças, né, o tratamento, ela fala: 'pai, você não gostou, é assim'. E a gente chega a um comum acordo. (Avô Materno, Família E, 2025).

É. Meu pai tem muito, ele prende muito com medo, eu já não tenho esse medo, eu gosto de ensinar eles a ser mais, mais autônomos, mais por eles mesmos. (Mãe, Família E, 2025).

Os trechos abaixo descrevem sobre a **superproteção** e como essa ideia associada pode interferir no exercício da parentalidade. Essa associação não aparece de forma convergente entre as pessoas entrevistadas, mas é ressaltada como um dificultador nas relações intergeracionais.

Eu sou mais desse jeito que eu te falei, mais solta. Eu deixo ela mais solta, né? Ela fala: 'ô mãe, posso virar cambalhota em cima da cama?'. 'Pode!'. Aí eu fico meio, vou segurar, que se cair, eu tô aqui. Mas eu tento deixar ela andar com as próprias pernas. Entendeu? Se entender e entender o mundo à volta dela, pela percepção dela, sem tanta influência minha. Minha mãe não, minha mãe já vem né, de uma criação diferente, em que a criança tem que tá sempre vigiada o tempo todo, a criança tem que ficar com alguém olhando em cima o tempo inteiro, eu já penso diferente. Eu já acho que a criança tem que ter um pouco, um pouco de autonomia. Até pra ela poder crescer como um adulto mais funcional, um adulto que saiba se posicionar, saiba quem é, saiba o que gosta, saiba o que não gosta, saiba o que aceita, saiba o que não aceita. E se a criança for vigiada, controlada o tempo inteiro, ela vai pensar com a cabeça dos outros. 'Não, eu não posso fazer isso'. 'Por quê?'. 'Ah não, porque sempre me disseram que eu não posso'. 'Mas o que que vai acontecer se você fizer?'. 'Não sei'. Porque ela não teve essa experiência, entender, por si só, o que que ela ia passar, o que que ia acontecer. Então, eu já sou mais assim. Eu não: deixa ela andar com as próprias pernas. Eu tô aqui, eu fico aqui atrás, se precisar eu tô aqui, eu pego. Caiu? Vou segurar. Machucou? Vamos parar. Mas deixa ela andar. Entendeu? Eu já sou mais assim. (Mãe, Família A, 2025, grifo nosso).

Olha, talvez nesse lance que eu disse a você agora, né? Eu acho que eu diminuiria um pouco o cuidado, né? Excessivo. Deixar ela um pouco, caminhar sozinha, né? Porque eu fico muito, não sei, talvez, pelo fato de eu ter também criado a minha filha solo, então, isso já me deixou mais protetora, né? Que aí agora vem, a minha neta, e a minha filha sendo mãe solo, então eu acho que isso triplica o meu cuidado. Então, talvez isso eu mudaria. (Avó Materna, Família A, 2025).

A **pactuação de normas e limites** é uma ideia associada que no decorrer das entrevistas foi possível identificar como uma interferência positiva no exercício da parentalidade. Contudo, nessa pactuação existe uma interferência na liberdade e conseqüentemente uma limitação de poderes, mas, concomitantemente, possui uma validação e construção de referência única para a criança. Vale destacar que nessas relações há conflitos, mas existe uma pactuação da validação recíproca de autoridade.

Isso a gente consegue lidar muito bem, isso a gente consegue lidar muito bem. Por ela, Júlia nem tinha celular. Mas assim, entendo que, né, é uma geração, é uma, o mundo hoje tá diferente. Então assim, ela precisa ter um pouco mais dessa liberdade, ela tem esse celular, que ela tem acesso às amiguinhas da escola. Tá de

férias, mas fala com os amiguinhos, joga junto com eles, né? Aqueles joguinhos né, das crianças. Então assim, é uma forma dela interagir, é uma boa forma dela se distrair. Porém aquilo, controlado. Que a gente sabe que faz mal, excesso faz mal. Então assim, nisso a gente concorda bem. 'Ó, tempo, limite'. Então nisso eu e minha mãe a gente concorda superbem. Não, pode mexer? Pode brincar e tal. Mas tem limite. 'Ó, pode... mas tem limite'. Isso a gente sabe, a gente consegue conciliar muito bem. (Mãe, Família A, 2025).

Não, não, a gente sempre, eu chego pra ela, falo as coisas, 'ah, Carol acho que tinha que ser assim', ela concorda. Se ela não concordar, na mesma hora: 'não, mãe, isso aí não tá legal'. Mas nunca chegou assim: 'ó, vai ser assim, assim, assim'. Nunca foi nada combinadinho (Avó Materna, Família A, 2025).

Não. Eu crio a Júlia, crio assim, né? Conforme eu criei ela. Mas aí tem algumas coisas que tem que mudar, porque são outros tempos, né? A gente tem que ceder um pouco, embora que seja difícil. Mas a gente tem que ter um pulso, porque criança tem que ter limites, né? Aí, às vezes, surge alguma divergenciazinha no que eu falo e no que ela acha que tem que ser, mas nada que perdure. É decidido ali na hora e pronto. Mas nada combinado. (Avó Materna, Família A, 2025).

Não, é como se fosse os netos dele mesmo, de verdade, e como se eu fosse mãe dela de verdade. Eu chego lá, se eu tiver que brigar com as criança, repreender as criança, eu falo, eu ensino, eu mostro o que é certo e o que é errado, eu converso muito com eles, explico muito da vida pra eles, o que tá certo e o que tá errado, o que pode e o que não pode fazer, entendeu?. (Avó Paterna, Família C, 2025).

(...) Mas é o que eu falo, tem dois meninos, dois homens não tem pra quê eu ter isso, né? A princípio, né? Lógico que o maiorzinho já se cuida sozinho e tal, e o pequenininho não. E tem as duas meninas, a Alicia tem 7 e a Lorena tem 5. Ela eu ainda dou um banho, entendeu, superficial. Lógico, perdoe a expressão, nessa parte, né, nunca coloquei a mão. 'Filha, orienta a sua filha a fazer isso, isso e isso'. E tem sido feito assim até hoje. Entendeu?. (Avô Paterno, Família E, 2025).

Da análise do material produzido na pesquisa de campo pode-se apreender aproximações e distanciamentos entre sentidos atribuídos por figuras parentais e avós, tanto ao cuidado compartilhado de crianças e adolescentes como aos conflitos dele decorrentes, com consequências para o exercício da parentalidade.

Ao mesmo tempo, torna-se também possível identificar diferenças intergeracionais, reforçando que os elementos em discussão na presente pesquisa são multideterminados para além da dimensão geracional, exigindo análises que tomem em conta sua complexidade.

## 5

### Considerações finais

As pesquisas em Serviço Social, especialmente as desenvolvidas nos programas de pós-graduação, constituídas por Mestrado e Doutorado acadêmicos, buscam contribuir com o aprimoramento intelectual, fomentando reflexões teóricas e práticas acerca das expressões da questão social. Nos últimos anos, as pesquisas desenvolvidas nos supracitados níveis de formação compõem o acervo de produções das Ciências Sociais e Humanas, com objetos de estudo teóricos, mas também empíricos, isto é, com questões que partiram de problemas sociais cotidianos e foram elaboradas e enunciadas à luz de referenciais teóricos.

Com o intuito de atingir o objetivo desta pesquisa, buscou-se analisar os sentidos atribuídos por avós e figuras parentais ao cuidado compartilhado e identificar principais conflitos intergeracionais decorrentes de tal compartilhamento. Para tanto, procurou-se apreender as percepções dessas famílias, representadas por figuras parentais e avós, que estavam em avaliação e acompanhamento em programas destinados à proteção de crianças e adolescentes na Instituição Casa da Criança e Adolescente, localizada em Nova Friburgo/RJ.

Assim, para o aprofundamento do estudo, considerando as especificidades dessas famílias, a pesquisa foi desenvolvida a partir dos moldes qualitativos e teríamos como referência os princípios hermenêuticos-dialéticos. Além disso, foi utilizada, como instrumento de produção de dados, a entrevista semiestruturada e o tratamento de dados deu-se por meio do Método de Interpretação de Sentidos.

Entretanto, antes de apresentarmos os resultados da pesquisa, foi necessário demonstrar as discussões realizadas ao longo do trabalho, fundamentando-nos em diversos autores. Isso a partir de abordagens teóricas que subsidiaram os estudos para a análise dos sentidos atribuídos por avós e figuras parentais ao cuidado compartilhado e identificar principais conflitos intergeracionais advindos de tal exercício.

É importante destacar que esta pesquisa se estabeleceu mediante ao diálogo com outras áreas do saber, como a Antropologia, História, Psicologia, Sociologia, entre outros campos de conhecimento. Considerando o

desenvolvimento humano como um processo dinâmico e inserido em contexto histórico e sociocultural, então, devemos reconhecer que o conjunto de estudos interdisciplinares é que permitirá avançar na complexidade do fenômeno investigado.

Para tanto, percebe-se que o surgimento de outros modelos familiares, derivados de fenômenos sociais - baixa taxa de natalidade, aumento do número de divórcios, inserção dos parentes na família, as transformações nas relações de gênero, inserção das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da expectativa de vida, a inserção e as atribuições vivenciadas de avós no contexto familiar - constituindo-se em processos de mudança na contemporaneidade, produzindo novas vivências e propiciando pensar a família em aspectos amplos, multidimensionais. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE e apresentados na pesquisa, a família conjugal moderna não se apresenta de forma hegemônica, pois atualmente a diversidade de arranjos familiares sobrepõe a denominada “família tradicional”.

A apresentação de dados fortalece o reconhecimento e a legitimação de como famílias dos diversos arranjos familiares que, juntamente com a família “tradicional”, apresentam novos universos de significados, simbolismos, crenças, costumes, culturas, dinâmicas e formas. Diante disso, no centro dessa novidade, o antigo se revela sob uma nova roupagem, imbuído de permanências e mudanças que são contraditórias e complementares.

Desta forma, por meio de Rocha-Coutinho (1994) e Oliveira (2011; 2017), compreendeu-se que as famílias brasileiras, ao longo dos anos, foram se modificando. Para além, constatou-se, que esse aspecto permanece na atualidade. Ou seja, utilizando a expressão de Goldani (2005), convive-se com famílias reinventadas.

Ainda nessa discussão, pode-se dizer que a possibilidade de dissolução conjugal e a formação de outras composições familiares, com a convivência das diferentes gerações e toda a gama de novas relações que surgem no interior destas, também se constituem como fatores de destaque nos estudos sobre famílias. Esse e outros temas pertinentes à pesquisa, com base em diversos autores, a partir de abordagens teóricas, deram relevância ao trabalho e deram suporte para buscarmos o objetivo deste trabalho.

Diante da complexidade da temática, foram colocados também em destaque os conflitos intergeracionais que são atravessados por um conjunto de significados e sentidos importantes para a contextualização e entendimento da família contemporânea. Sabemos, porém, que tanto nos espaços públicos quanto

nos domínios da vida privada, são inúmeras as reflexões que precisamos alcançar para tratar de temas tão atuais e, por isso, se faz necessário ser analisado no intuito de aprofundar e produzir discussões teóricas mais específicas.

Questão essa que se tornou evidente, sobretudo, quando analisada a prevalência de famílias participantes da pesquisa, compreendendo as suas particularidades e especificidades, coabitam ou passaram recoabitar entre as gerações, ou seja, o aumento de lares multigeracionais, conforme justificado nos estudos (Cardoso, 2011; Dias, 2022). Isso tem impacto direto no compartilhamento do cuidado, na divisão sexual do cuidado, na convivência e na responsabilidade.

Dentro do que foi apreendido neste trabalho, o cuidado compartilhado não necessariamente precisa ocorrer com as famílias coabitando entre gerações, inclusive, um dos critérios de inclusão estabelecidos foi ter ao menos uma figura parental compartilhando o cuidado. Mas ao acessarmos às histórias das famílias com potencial para participarem da pesquisa, deparamos-nos com o maior número de famílias convivendo em lares multigeracionais. Diante disso, o cuidado compartilhado toma outra dimensão e outros apontamentos surgem a partir disso, destacando não só a divisão dos cuidados cotidianos entre figuras parentais e avós, mas a responsabilização, ocorrendo em determinadas entrevistas, de forma imposta judicialmente e outras por necessidade e conseqüentemente o desejo.

Um dado interessante da pesquisa é que, ao ter acesso direto a essas famílias, ocorrendo pela realização das entrevistas, foi possível a oportunidade de aproximação das dinâmicas familiares, identificando suas nuances e, com isso, um aprofundamento nos detalhes das histórias compartilhadas. Inclusive, ao identificar novas questões pertinentes aos conflitos intergeracionais, que ultrapassam as diferenças nos cuidados cotidianos.

Nesse contexto especificamente, os conflitos intergeracionais antecedem ao nascimento da criança e isso corrobora para análise, pois entende-se que os conflitos foram intensificados após o compartilhamento do cuidado e a recoabitação, porém os conflitos surgem a partir das relações estabelecidas entre mãe e avó. O conflito não é somente pela diferença na forma de cuidar ou valores e culturas diferentes, ele marca um lugar na relação.

Nesses casos, relevantes questões foram tocadas, como por exemplo a responsabilização. Nos discursos das avós foi possível apurar que, ao mesmo tempo em que possui necessidade e também desejo pelo exercício dos cuidados aos netos, por outro lado, existe uma insatisfação no compartilhamento, alegando que a responsabilidade pelos netos é dever das figuras parentais. Diante disso,

essas avós reafirmam não só a pluralidade do ser avó, mas também o impacto dos processos geracionais e o fazer algo em relação ao compartilhamento do cuidado, à responsabilização, à sobrecarga, ao desejo e à supressão da parentalidade.

Quanto ao sentido atribuído pelas avós entrevistadas, pode-se identificar a inversão da titularidade do exercício da parentalidade presentes na entrevista, sendo disputada as atribuições de responsabilidade às figuras parentais, impondo limites e regras, principalmente nos casos em que as avós são as responsáveis legais e provedoras da casa.

Nesse aspecto, no conflito intergeracional, também foi identificada a supressão na desqualificação da parentalidade exercida pela figura parental. Pois além de disputar a titularidade, existe a supressão da geração, em que desqualifica o lugar como responsável pelo exercício da maternagem, trazendo consideráveis impactos para o âmbito familiar e profissional.

Considerando o âmbito das gerações, tornou-se fundamental para reconhecer o processo de transformação, admitindo que não há estaticidade da vida e da sociedade. Com isso, as experiências individuais, as diferentes formas de compreender e exercer o cuidado, também apresentou impactos nas relações intergeracionais, sendo representados pelas diferentes formas de cuidar e, com isso, potencializou as divergências e os conflitos nas relações.

Contudo, os conflitos intergeracionais também se apresentaram como parte do convívio entre as gerações ou sendo potencializado por questões que antecederam o compartilhamento do cuidado, interferindo diretamente no exercício da parentalidade. A complexidade do que foi exposto, requer mais e contínuo aprofundamento empírico e teórico. Deixo o convite para o diálogo.

No que concerne aos resultados deste estudo, ressalta-se que, na função de cuidar, ainda há predominância feminina, nos papéis de mãe, avós maternas, avós paternas, tias-avós, irmãs, no qual perpassa o cuidado intergeracional. O homem possui pouquíssima inserção nesse campo, e mesmo quando desempenha a função do cuidado, intitula a mulher como dona desse lugar, como foi observado na família C. Desta forma, perante essa realidade, constata-se a sobrecarga feminina como um resultado da desigualdade das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, demarcado pela maioria das entrevistadas.

Outro aspecto que ocorreu nas entrevistas e importante a ser destacado, dentro dessa discussão, está no sentimento de culpa da mulher, mediante sua sobrecarga, por sua vez, evidenciando as divergências e convergências entre o cuidado pensado e vivido. Devido a isso, não se sente cuidando do filho, contudo,

na realidade, ela cuida da forma que é possível, ilustrada no cuidado vivido. Neste contexto, destacou-se ainda o aprofundamento da invisibilidade no cuidado, em relação ao não reconhecimento de suas multidimensionalidades, principalmente, no aspecto do trabalho, tempo e custo, pois cuidar exige uma disponibilidade física, mental, emocional, atrelados à dedicação, presença, interação e atenção.

Um dos pontos surpreendentes que emergiu do campo da pesquisa foi a possibilidade de nomear as diferenças intergeracionais, as quais impactam diretamente nos aspectos que envolvem a divisão do cuidado, a convivência e a interferência do exercício da parentalidade. Os conflitos intergeracionais, identificados neste trabalho, apresentam os elementos que são multideterminados, destacando os pontos divergências e convergências e que ultrapassam a dimensão geracional.

Por intermédio desta pesquisa, estar atento a tal temática tornou-se fundamental para a reflexão e atuação de profissionais de Serviço Social, para aqueles/aquelas que atuam diretamente e indiretamente com as famílias. Nesse sentido, buscou-se refletir acerca dos níveis macro e micro do cuidado dentro das famílias, pois é necessário adentrar no âmbito micro por esse universo de significados, a fim de compreendê-los e articulá-los ao nível macro sob o contexto político, social, econômico, histórico e cultural em que estão inseridos.

Para o(a) profissional, torna-se fundamental a compreensão da dinâmica familiar marcada por singularidade e subjetividades imbuídas do seu universo de significados, valores, crenças, simbolismos, rituais, costumes, entre outros, não sendo possível enquadrá-las numa mesma forma. Portanto, aos profissionais de Serviço Social, o aprofundamento deste estudo irá subsidiar para a sua prática, possibilitando ações amplas, assertivas, éticas, na perspectiva da totalidade, diante da complexidade do contexto.

No que se refere às dificuldades da pesquisa, podemos elencar duas delas. A primeira possui relação com a campo empírico, pois apesar de termos inicialmente estabelecido que as entrevistas ocorreriam com as famílias, especificamente com avós e figuras parentais, atendidas no NACA/Nova Friburgo, foi preciso ampliar para outro programa da Instituição. Então, mediante a dificuldade de acesso a essas famílias, e a recomendação da equipe técnica do equipamento, foi necessário alterar a nossa estratégia para alcançar o objetivo da pesquisa. Dessa forma, nos apropriamos de Minayo (2012), quando a autora afirma que, quando combinados a teoria, o método e a criatividade, eles se apresentam como ótimos ingredientes que produzem conhecimento e dão

prosseguimento à tarefa dinâmica de investigar a realidade e desvendar seus segredos.

Além disso, percebeu-se outro desafio para o aprofundamento da pesquisa. No Brasil, especificamente, apesar da produção científica sobre avós tenha aumentado nas últimas décadas, devido à presença intensificada nas relações familiares, conforme Lins de Barros (1987), os resultados encontrados no levantamento apontam que tais pesquisas ainda são relativamente escassas. Sobretudo, quando se investiga a relação de avós com as figuras parentais em contextos de conflitos intergeracionais. Desse modo, devido ao quantitativo ínfimo sobre o cuidado compartilhado entre diferentes gerações e os possíveis conflitos que surgem a partir dessas relações, este estudo torna-se de extrema relevância no âmbito acadêmico e profissional.

Assim, por diversas vezes, foi preciso recorrer a autores em que suas discussões não se centravam, estritamente, ao foco do estudo, ou seja, sobre conflitos intergeracionais decorrentes do cuidado compartilhado, mas que ao analisarem um processo semelhante acerca de famílias, relações intergeracionais, avós, por exemplo, e pudemos estabelecer um contraponto. Quanto a essa dimensão, depreendemos que ainda são escassos os estudos que a consideram como principal categoria de análise, quando se pesquisa o cuidado compartilhado e conflito intergeracional. Assim, ressaltamos que buscamos reforçar em diferentes espaços, sempre que possível, a importância da produção e publicação de estudos científicos dessa dimensão em diversos meios.

O presente trabalho não apresenta respostas conclusivas, mas busca, por meio de elementos debatidos e analisados em seu processo de construção, estimular indagações e estudos futuros sobre esta temática rica e desafiadora, mas ainda escassa de pesquisas, em especial, na área do Serviço Social.

Assim, a pesquisadora espera contribuir para os estudos sobre cuidado compartilhado e conflitos intergeracionais, potencializando a discussão sobre famílias no espaço acadêmico do Serviço Social, assim como o espaço profissional com Assistentes Sociais que atuam diretamente e indiretamente com famílias em distintos espaços de proteção à criança e ao adolescente e outros.

## 6

### Referências bibliográficas

ACKERMAN, N. W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Tradução de Maria Cristina R. Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

AGUIRRE, R. **Las bases invisibles del bienestar social**. El trabajo no remunerado en Uruguay. Montevideo: UNIFEM/Doble Clic Editoras, 2009.

ANTÓNIO, S. **Avós e netos, relações intergeracionais**. A matrilinearidade dos afectos. Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2010.

ARAUJO, A. B. Da ética do cuidado à interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. **Mediações**, v. 23, n. 3, p. 43-69, 2018.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.) **Gênero, famílias e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, L. M. C. **Violência e Saúde: limites e desafios para atendimento a casos de violência doméstica na Maré por profissionais da Atenção Básica à Saúde**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, L. M. **Relações de gênero e violência: estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ATTIAS-DONFUT, C. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 85-108. (Coleção família, geração e cultura).

ATTIAS-DONFUT, C. Transferts publics et transferts privés entre générations. In: ATTIAS-DONFUT, C. (Org.). **Les Solidarités entre Générations: Vieillesse, Familles, État**. Paris: Nathan, 1995.

ATTIAS-DONFUT, C. Un jeu entre générations. **Informations Sociales**, Paris, n. 30, p. 112-117, 1993.

ATTIAS-DONFUT, C.; SEGALEN, M. L' invention de la grand-parentalité. In: GALL, D.; BETTAHAR, Y. **La pluriparentalité**. Paris: Universitaires de France, 2001.

ATTIAS-DONFUT, C.; SEGALEN, M. **Les grands parents**: la famille à travers les générations. Paris: Editions Odile Jacob, 1998.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, M. C. A. Sofridas e mal pagas. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 40, 1981.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: II a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BILAC, E. D. Famílias: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2003. p. 29-38.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43-61.

BILLÉ, M. A quoi servent les grands-parents? Des grands-parents pour intro-duire au "sacré". **Dialogue – Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille**, 4<sup>o</sup> trim., p. 3-10, 2002.

BIRMAN, J. Laces e Desenlaces na contemporaneidade. **Jornal da Psicanálise**, São Paulo, jun, 2007, p. 47-62

BIROLI, F. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BOFF, L. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

BOFF, L. **O cuidado necessário**: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOFF, L. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In: BOURDIEU, P. MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02>>. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. **Guia de orientação n. 1**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

BRITO, L. M. T.; CARDOSO, A. R. Ser avó na família contemporânea: que jeito é esse? **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 433-441, set./dez. 2014.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROTTO, L. M. **Machismo e violência contra a mulher**: das raízes socioculturais ao olhar de adolescentes atendidos no Núcleo de Estudos da Saúde e do Adolescente. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, p.281-304, 1999.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Texto para discussão**, n. 858, Instituto de Pesquisas Econômicas, Rio de Janeiro, 2002.

CAMARANO, A. A.; EL GHOURI, S. K.; **Família com idosos**: ninhos vazios. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas, 2003. (Texto para discussão, n. 950).

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. Famílias: Espaço e compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: Camarano, A. A. (Org.). **Os novos brasileiros**: Muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 137-167.

CARDOSO, A. R. **Avós no Século XXI**: mutações e rearranjos na família contemporânea. Curitiba: Juruá, 2011.

CARDOSO, A. R. **Ser avó para “estragar” ou para educar”?**: um desafio com grupos de avós que cuidam de netos. Rio de Janeiro, 2010. 250p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARLOTO, C. M. Programa bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T. et al. (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CARRILHO, M. R. O cuidado como ser e o cuidado como agir. **Ex æquo**, v. 21, p.107-114, 2010.

CERTEAU, M. **A escrita de história**. São Paulo: Forense, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução nº 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 1993.

COUTRIM, R. M. E. et al. O que os avós ensinam aos netos? A influência da relação intergeracional na educação formal e informal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13. Recife, PE : UFPE, p. 1-15, 2007.

COUTRIM, R. M. et al. **Apontamentos a respeito do papel dos avós no cotidiano escolar de crianças do ensino fundamental**. Núcleo de Estudos Sociedade, Família e Escola, 2006.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, U. C.; DIAS, C. M. S. B. A recoabitação dos filhos e netos na perspectiva de idosas chefes de família. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 2, p. 599-616, 2019.

DA MATTA, R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, A. et al. **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987. p. 115-136.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 49-67.

DEUTSCH, M. **The Resolution of Conflict: Constructive and Deconstructive Processes**, New Haven. CT: Yale University Press, 1973.

DIAS, C. M. S. B. (Org.). **Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção**. Campinas, SP: Alínea, 2022. 198 p. (Coleção velhice e sociedade, 103).

DIAS, C. M. S. B.; COSTA, J. M.; Rangel, V. A. Avós que criam seus netos: Circunstâncias e consequências. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal, efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p.158-176.

DIAS, C. M. S. B.; HORA, F. F. A.; AGUIAR, A. G. S. Jovens criados por avós e por um ou ambos os pais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 2, p. 188-199, 2010.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, D. V. Os avós: Uma revisão da literatura nas últimas décadas. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família, entre a tradição e a transformação**. p. 118-149, 1999.

DUFFY, M. Fazendo o trabalho sujo: gênero, raça e trabalho reprodutivo em perspectiva histórica. **Gênero e sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-336, 2007.

DUFNER, S. Famílias Monoparentais. In: DUFNER, S. **Famílias Multifacetadas** - Ed. 2023. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/familias-multifacetadas-ed2023/1929471953>>. Acesso em: 16 maio 2025

DURHAM, E. R. Família e casamento. In: ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1982, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 1982. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontro-abep/abep-1982/trabalhos/familia-e-casamento?lang=pt-br>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

EURICO, E. M. C. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor**. Conselho Federal de Serviço Social. 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FACHINETTI, B. R. M. **Dinâmica relacionais de avós e netos: um caso de família homoafetiva feminina**. Salvador, BA, 2019. 97p. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la. In: FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed., Porto Alegre, Artmed, 2009. p. 20-38.

- FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional. **Caderno Pagu**, v. 26, Campinas, jan./jun. 2006, p.11-43.
- FONSECA, C. Crianças em circulação. **Ciência Hoje**, n. 66, v. 11, São Paulo: Cortez Editora, 1990.
- FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORI, M. (Org.); PINSKY, C.B. (Coord. de Textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- FREITAS, R. C. S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez Editora, v. 71 (Famílias), p. 80-101, 2002.
- FREITAS, R. C. S. **Famílias, violência contra as mulheres, gênero e Proteção Social**. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social, 2013.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regimeda economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003a.
- FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971
- GALDO, R. **A outra margem do Rio**: os contrastes na recuperação da Região Serrana. Globo: Política (site), 17/09/2014 - 06:00 / Atualizado em 26/10/2014 - 10:55.
- GERONDO, V. **As avós idosas cuidadoras dos netos hospitalizados**. Curitiba, PR, 2006. 176p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/27947/R%20-%20D%20%20VANESSA%20LUZ%20DOS%20SANTOS%20GERONDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 jan. 2024
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 34. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79-108.

GOMES, R. et. al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Avaliação por Triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

GOMES, R. et. al. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 565-574, mar. 2007.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho. Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. 1979. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

GOODMAN, C. Family dynamics in three generation grandfamilies. **Journal of Family Issues**, n. 28, p. 855-833, 2007.

GROENINGA, G. Questões transgeracionais – filhos, pais, avós. **Boletim IBDFAM**, n. 36, p. 6-7, jul./ago. 2006.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. Apresentação: controvérsias desafiadoras. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Solidariedade Intergeracional de Avós com Netos com Deficiência: Análise Bibliométrica e de Conteúdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0025, 2021.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Parte 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Revista Pensando Famílias**, Editora Domus, nº. 3, 2001, p. 08-19. DOI: 10.13140/RG.2.2.12933.24804.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Composição domiciliar e óbitos informado**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, T. M. **De provedor a cuidador**: um estudo sobre homens e cuidado com crianças e adolescentes em âmbito familiar. Rio de Janeiro, 2021. 168p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. Não foi bom pai, nem boom marido: Conjugalidade e Paretalidade em famílias separadas de baixa renda. **Psic.: Teor e Pesq.**, Brasília, v. 32, p. 1-9, 2016.

KAHANA, B.; KAHANA, E. Grandparenthood from the perspective of the developing grandchild. **Developmental Psychology**, n. 3, p. 98-105, 1970.

KEHDI, R. G. P. **Estado da arte de cuidar**: apontamentos sobre estudos contemporâneos acerca da relação entre cuidado e famílias. Rio de Janeiro, 2017. 81p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

KEMP, C. L Grandparent-grandchildren ties: reflections and change across three generations. **Journal of Family Issues**, n. 28, p. 355-370, 2007.

LEFAUCHEUR. N. Les familles dites monoparentales. In: SINGLY, F. (Org.). **La famille: les états de savoirs**. Paris: éditions la découverte, 1997.

LINS DE BARROS, M. M. Memória, Gênero e geração na sociedade brasileira contemporânea. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 44-68, 2005.

LINS DE BARROS, M. M. **Reciprocidade e fluxos culturais entre gerações**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES. São Paulo, out. 2003.

LINS DE BARROS, M. M. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LINS DE BARROS, M. M. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 17-37, 2006.

LINS DE BARROS, M. M. Três gerações femininas em famílias de camadas médias: trajetórias de vida e o projeto de autonomização. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (Orgs.). **Gerações, família, sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009

LINS DE BARROS, M. M. Velhice na Contemporaneidade. In: PEIXOTO, C.E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-23 E-book.

LOPES, E. S. L. NERI, A. L.; PARK, M. B. Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea. **Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2005.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais; PUC/SP, 2007.

MANNHEIM, K. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MAYEROFF, M. **On caring**. New York: Harper Perennial, 1971.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.

MORAGAS, R. M. As Relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v. 15, n. 29, p.7-27, jan. 2004.

MOTTA, A. B. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 109-144 (Família, geração e cultura).

MOTTA, A. B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. v. 25, n. 2, 2010.

NODDINGS, N. **Caring**: a feminine approach to ethics and moral education. Berkeley, Ca: University of California Press, 1984.

NOVAES, M. R. C. G. et al. Conflito intergeracional na família. Relato de um projeto terapêutico singular. **Com. Ciências Saúde**, v. 24, n. 2, p.169-178, 2012.

OLIVEIRA, A. C. **(Des)Caminhos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo**: consequências para as famílias. Rio de Janeiro, 2011. 233 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, A. C. Famílias, Cuidado e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 195-208, 2017.

OLIVEIRA, A. C; MIOTO, R. C. T. Famílias, cuidados e políticas públicas. **O Social em Questão**, ano XXII, v. 43, p. 9-22, 2019.

OLIVEIRA, M. R. **Nascimento de filhos**: rede social de apoio e envolvimento de pais e avós. Brasília, DF: 2007. 158p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

ORTIZ, R. (Org.). **Coleção grandes cientistas sociais**: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

PADILHA, D. M. Assistência Social, Trabalho Infantil e Família. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010. p. 201-224.

PAIS, J. M. **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea** (Introdução). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais; Secretaria de Estado da Juventude, SEJ, 1998.

PEIXOTO, C. E. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: Peixoto, C. E. (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 57-84. (Coleção Família, geração e cultura).

PEIXOTO, C. E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, C. E. SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, p. 95-111, 2000.

PEIXOTO, C. E.; LUZ, G. M. De uma morada a outra: processo de re-coabitação entre as gerações. **Caderno Pagu**, n. 29, p. 171-191, 2007.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2009.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1 ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, K. L. B.; ARRAIS, A. R.; BRASIL, K. C. T. R. Avosidade X maternidade: Avó como suporte parental na adolescência. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 1, p. 37-47, jan./abr., 2014.

PREUSS, M. R. G. **Emprego doméstico e domínio simbólico**. Rio de Janeiro, 1995, 337p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, T. S. **Cuidar em família**: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 164p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, T. S. É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, Gênero e Famílias. **O Social em Questão**, ano XXII, n. 43, p. 43-66, jan./abr., 2019.

RIBEIRO, T. S. **Mulheres negras na encruzilhada do cuidado**: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. Rio de Janeiro, 2023. 366p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ROCHA-COUTINHO, M. L. De Cinderela a mulher maravilha: a maternidade em tempos de mudança. **Série Documenta**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 9, p. 91-116, 1998.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Transmissão Geracional e família na contemporaneidade. In: Lins de Barros, M. L. (Org.). **Famílias e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 91-106. (Família, Geração e Cultura).

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2003, p. 73-88.

ROUDINESCO, E. A família em desordem. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C. e COSTA, A. O. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992, p.183-215.

SAFFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, 2002.

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFFRJ, 1987. p. 25-36.

SAMPAIO, D. **A razão dos avós** Colaboração de Eulália Barros. 3. ed. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, 2008.

SANTANA, A. C. O. **Violência infamiliar contra crianças e adolescentes: uma análise dos casos atendidos no NACA-Rio, no período de 2009 e 2010**. Rio de Janeiro, 2016. 66p. Trabalho Conclusão de Curso (Especialização em Atendimento à Criança e Adolescente Vítimas de Violência Doméstica do Departamento de Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANTOS, I. S. **Gênero e cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar**. Rio de Janeiro, 2020. 164p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANTOS, K. F. S. **Exercício da parentalidade durante e após a vida conjugal**. Rio de Janeiro, 2023. 94p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARTI, C. A. Família e Individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). 5. ed. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 2003.

SARTI, C. A. Famílias e jovens; no horizonte de ação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 99-109, 1999.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: VITALE, A. A. F.; ACOSTA, A. R. **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, p. 31-48, 2015.

SCOTT, A. S. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SCURO, L. A divisão sexual do trabalho e cuidado na América Latina. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). **Entre casa e trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Lisboa, Portugal: Terramar, 1996.

SILVA, L. R. F. Autonomia, imperativo à atividade e “máscara da idade”: prerrogativas do envelhecimento contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 128-134, 2009.

SINGER, P. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 109-141.

SINGLY, F. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E. SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Org.) **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13-19.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 208p. (Família, geração & cultura)

SZYMANSKI, H. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 4, p. 34-39, 1994.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: BRANT DE CARVALHO, M. C. (Org.). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003, p. 23-27.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, n. 71. ano XXII, especial set. 2002. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

TEIXEIRA, S. B. S. **Depoimento Especial: tensões entre proteção e violação**. Rio de Janeiro, 2021. 171 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRALBA, F. R. **Antropologia do Cuidar**. Organização literária e apresentação de Vera Regina Waldow. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALLADARES, L. P. **A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com**– Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: VITALE, M. A. F.; ACOSTA, A. R.(Org.). **Famílias**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, p. 107-118, 2015.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez Editora, v. 71 (Famílias), p. 45-62, 2002.

VITALE, M. A. F. Separação e ciclo vital: um enfoque sociodramático. In: ALMEIDA, W. C. (Org.). **Grupos**: a proposta do psicodrama. São Paulo: Editora Ágora, 1999.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: BRANT DE CARVALHO, M. C. (Org.). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, p. 89-96, 2003

WALDOW, V. R. Atualização do cuidado. **Aquichán**, Bogotá, v. 8, n. 1, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.unisabana.edu.co/revistas/index.php/aquichan/article/viewArticle/1596/3419>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

WALDOW, V. R. **Cuidado Humano**: o resgate necessário. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

## 7 Apêndices

### 7.1.

#### Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**Título do Projeto: “Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais”.**

**Pesquisadora Responsável: Ana Carolina de O. Santana**

**Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “**Avós no cuidado compartilhado de netos (as) e conflitos intergeracionais**” de responsabilidade de Ana Carolina de Oliveira Santana, Assistente Social, Pesquisadora e Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, na esfera do Grupo de Pesquisa do CNPq “Famílias, Violência e Políticas Públicas”.

Essa pesquisa apresenta como objetivo geral analisar os conflitos entre avós, mães e/ou pais) no dia-a-dia do cuidado conjunto com filhos(as) netos(as), podendo contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas destinadas a famílias e cuidados.

Solicitaremos que responda um breve questionário (9 perguntas) – no início ou no final de nosso encontro – com o intuito de obter alguns dados sobre você, como gênero, data de nascimento/idade, escolaridade, ocupação, profissão, raça/cor, se tem companheiro(a), com quem reside, com quem compartilha o cuidado da criança e/ou adolescente. Na entrevista, que ocorrerá de forma presencial, com duração entre 40 minutos e 1 hora, pediremos que você fale sobre o cotidiano de cuidados de crianças e adolescentes e dos desafios de dividir esses cuidados entre avós e mães ou pais.

Caso você se disponha a participar, serão agendados previamente o dia e horário, ocorrendo a entrevista de forma individualizada no NACA Nova Friburgo.

As entrevistas serão gravadas em áudio, e posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das gravações ficará guardado em arquivo sob a responsabilidade desta pesquisadora e será destruído após 5 anos do término da pesquisa.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgada nenhuma informação que leve à sua identificação ou de qualquer pessoa ou instituição por você mencionada. Além disso, as informações serão utilizadas exclusivamente na dissertação do mestrado, em publicações e eventos científicos, garantindo sigilo, confidencialidade e anonimato.

Como se trata de falar sobre questões que envolvem a vida familiar, sua participação pode ocasionar desconforto, evocando lembranças e emoções. Visando a minimizar tais riscos, você poderá interromper a entrevista a qualquer momento ou não responder a perguntas que lhe causem desconforto, sem incorrer em nenhuma consequência para sua relação com a equipe do NACA de Nova Friburgo ou com a pesquisadora. Sendo necessário e de seu desejo, eu me comprometo a interromper a pesquisa, caso perceba algum tipo de desconforto neste sentido. Ainda, se necessário for, na condição de assistente social me comprometo a viabilizar encaminhamento ao atendimento especializado no sistema público de saúde.

Sua participação não lhe trará nenhum ganho direto, ou seja, não há pagamento ou qualquer tipo de recompensa (tratamentos, brindes e outros). Você também não será reembolsado por possíveis despesas econômicas (transporte, alimentação e outros) decorrentes da sua participação na pesquisa. No entanto, o estudo possui potencial para compreensão de conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas destinadas a famílias e cuidados.

Quando a pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos seus resultados, que poderão ser obtidos na dissertação de mestrado cujo título será “Avós no cuidado compartilhado de netos (as) e conflitos intergeracionais”. É um direito seu ter acesso aos resultados da pesquisa. Para tal, basta deixar registrado seu endereço de e-mail para envio dos mesmos, após sua finalização.

A sua participação é voluntária e a qualquer instante você pode desistir ou recusar. A recusa não implicará na sua relação com a pesquisadora e nem com a instituição. Informamos que a pesquisa não implica em benefícios diretos a

participantes.

Esta pesquisa foi avaliada e autorizada pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, órgão da universidade responsável pela análise de questões éticas de pesquisas e pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos. Em caso de dúvidas sobre sua participação e sobre o projeto de pesquisa, você poderá entrar em contato com a responsável da pesquisa, Ana Carolina Santana, através do telefone celular (21) 98122-4242 ou e-mail [ninaosantana@gmail.com](mailto:ninaosantana@gmail.com), bem com o orientador da pesquisa, Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, através do telefone do Departamento do Serviço Social da PUC-Rio (21) 3527-1290 ou e-mail: [antoniocarlos@puc-rio.br](mailto:antoniocarlos@puc-rio.br). Dúvidas sobre questões éticas relativas á pesquisa, podendo ser tiradas com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, através no número (21) 3527-1618, localizada na Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos – Rua Marques de São Vicente, nº225 Prédio Kennedy, 2º andar, Gávea/RJ.

A pesquisa atende todas as especificações da Resolução nº466/2012 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e da Resolução nº510/2016, que dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Eu \_\_\_\_\_, de maneira voluntária, livre e esclarecida estou de acordo em participar da pesquisa “**Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais**”, ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, das garantias de sigilo e confidencialidade, dos riscos e suas formas de contorno, da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado/a de que se trata de uma pesquisa vinculada ao Programa de Serviço Social da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem, meu nome e voz não serão publicados. Este Termo foi impresso e assinado em duas vias, das quais uma me foi concedida e ficará em minha posse e a outra será arquivada pela pesquisadora responsável.

Autorizo a gravação da entrevista: ( ) SIM ( ) NÃO

(Assinatura do/a participante)

(local/data)

Ana Carolina de O. Santana  
Pesquisadora

(local/data)

## 7.2.

**Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturado com avós**

**Título da Pesquisa: “Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais”**

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Núcleo familiar: \_\_\_\_\_

**Identificação:**

1. Gênero: ( )F ( )M ( )Transgênero ( )Não binário ( )Prefere não dizer

2. Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

3. Escolaridade:

( ) Sem Escolaridade ( ) Fundamental Incompleto. Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto. Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Superior Completo ( ) Pós Graduação

4. Ocupação:

( ) Trabalhador Formal ( ) Trabalhador Informal/Autônomo ( ) Estudante ( ) Desempregado/a

5. Possui profissão? ( ) Não ( ) Caso sim, qual? \_\_\_\_\_

6. Cor/Raça: ( ) Preta ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

7. Tem Companheiro ( ) Companheira ( ) Não tem( )

8. Além de você, quem mais mora na casa?

---

---

9. Você compartilha o cuidado da criança/adolescente com outra pessoa? Se sim, com quem?

---

---

**TEMA 1 - Relação familiar:**

- Como você começou a cuidar de seu/sua neto/a(s)?
- De quem foi a iniciativa para cuidar do(s) neto/a(s)?
- E como tem sido o relacionamento com as figuras parentais, sobre esses cuidados?
- Algo mudou no relacionamento de vocês depois que passou a cuidar dos neto/a(s)?

**TEMA 2 - Processo de Convivência:**

- Como o cuidado é dividido entre vocês?
- Como é combinado o que pode e o que não pode no cuidado de neto/a(s)?
- Você gostaria que algo fosse diferente na convivência entre vocês?
- Você acha que, por ser de geração diferente, pode interferir na maneira de cuidar? Se sim, de qual forma?

**TEMA 3 - Necessidades/Expectativas:**

- Como se sente criando os(as) netos(as)?
- Existe discordância entre as pessoas que cuidam? Caso sim, quais?

## 7.3.

**Apêndice 3 – Roteiro de entrevista semiestruturado com figuras parentais**

**Título da Pesquisa: “Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais”**

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Núcleo familiar: \_\_\_\_\_

**Identificação:**

1. Gênero: ( ) F ( ) M ( ) Transgênero ( ) Não binário ( ) Prefere não dizer

2. Data de nascimento: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

3. Escolaridade:

( ) Sem Escolaridade ( ) Fundamental Incompleto. Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto. Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto Em qual ano/série parou? \_\_\_\_\_

( ) Superior Completo ( ) Pós Graduação

4. Ocupação:

( ) Trabalhador Formal ( ) Trabalhador Informal/Autônomo ( ) Estudante ( ) Desempregado/a

5. Possui profissão? ( ) Não ( ) Caso sim, qual? \_\_\_\_\_

6. Cor/Raça: ( ) Preta ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

7. Tem Companheiro ( ) Companheira ( ) Não tem( )

8. Além de você, quem mais mora na casa?

---

---

9. Você compartilha o cuidado da criança/adolescente com outra pessoa? Se sim, com quem?

---

---

**TEMA 1 - Relação familiar:**

- Como as avós passaram a dividir o cuidado com você?
- De quem foi a iniciativa para dividir o cuidado do/a(s) filho/a(s)?
- E como tem sido o relacionamento com as avós, sobre esses cuidados?
- Algo mudou no relacionamento de vocês depois que as avós passaram a cuidar do/as filho/a(s)?

**TEMA 2 - Processo de Convivência:**

- Como o cuidado é dividido entre vocês?
- Como é combinado o que pode e o que não pode no cuidado com o/a(as) filho/a(s)?
- Você gostaria que algo fosse diferente na convivência entre vocês?
- Você acha que, por ser de geração diferente, pode interferir na maneira de cuidar? Se sim, de qual forma?

**TEMA 3 - Necessidades/Expectativas:**

- Como se sente dividindo o cuidado de seus filho/a(s) com as avós?
- Existe discordância entre as pessoas que cuidam? Caso sim, quais?

## 8 Anexos

### 8.1. Anexo 1 – Parecer Câmara de Ética PUC-Rio



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



#### CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 68-2024 – Protocolo 94-2024  
Proposta: SGOC 519896

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

#### Identificação:

**Título:** "Avós no cuidado compartilhado de netos (as) e conflitos intergeracionais" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Autora:** Ana Carolina de Oliveira Santana (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Orientador:** Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Apresentação:** Pesquisa qualitativa de abordagem exploratória, descritiva que visa analisar conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos (as) e sua interferência no exercício da parentalidade. Prevê abordar avós e figuras parentais que estejam em atendimento no Programa Criança e Adolescentes Vítimas de Violência, vinculado ao Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente (NACA) Nova Friburgo. Aplicará entrevista semiestruturada, presencial. A análise dos dados gerados será orientada pela análise dos sentidos (Minayo, 2002, 2006; Gomes, 2015).

**Aspectos éticos:** O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo, anonimato e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

**Parecer:** Aprovado.

Profa. Marley M. B. Rebuzzi Velasco  
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva  
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2024

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos  
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Glória - 22453-900  
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612/3527-1618  
e-mail: [ymc@puc-rio.br](mailto:ymc@puc-rio.br)

## 8.2. Anexo 2- Carta de Anuência



Nova Friburgo, 05 de dezembro de 2024.

### Carta de Anuência a Projeto de Pesquisa

A Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo, através desse instrumento, informa sua anuência ao desenvolvimento, em suas dependências, do projeto de pesquisa intitulado **Avós no cuidado compartilhado de netos(as) e conflitos intergeracionais**, de autoria de ANA CAROLINA DE OLIVEIRA SANTANA, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

Através do suporte das equipes técnicas dos Programas NACA e Evoluir – ambos de atenção a crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência doméstica ou familiar –, a mestranda supramencionada obterá acesso a pais, mães, avós e avôs que se disponham a participar de entrevistas na pesquisa por ela proposta.

Tendo por objetivo analisar conflitos intergeracionais a partir do cuidado compartilhado exercido por avós a netos(as) e sua interferência no exercício da parentalidade, a referida pesquisa possui alto potencial de contribuição ao trabalho social com famílias, em especial com aquelas que vivenciam algum processo de vulnerabilização, atestando sua relevância social e acadêmica.

Atenciosamente,

**Anoberto Serafim Mattos**  
Coordenador / Psicólogo  
CRP nº 05/38794